The background features a series of thin, grey, wavy lines that resemble topographic contour lines or energy field lines. These lines flow from the top left towards the bottom right. Scattered throughout the white space are small, grey plus signs (+).

A WORLD FULL OF ENERGY

RELATÓRIO E CONTAS 2012

edp distribuição



ÍNDICE

mensagem do presidente	4
principais indicadores da atividade	7
órgãos sociais	8
organigrama	9
visão da edp distribuição	10
Enquadramento do negócio da EDP Distribuição	11
enquadramento legislativo e regulatório	12
factos relevantes em 2012	14
factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	19
riscos e incertezas associadas à atividade	19
atividade operacional e comercial	21
investimentos	29
qualidade de serviço	35
recursos humanos	39
análise económica e financeira	43
considerações finais	49
anexos	53

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A EDP Distribuição em 2012 manteve a sua trajetória de melhoria contínua dos serviços prestados, utilizando os recursos de forma sempre mais eficiente e antecipando os desafios do futuro.

O foco no cliente tem sido o tema dominante da estratégia da EDP Distribuição e isso é patente nos resultados alcançados. Em 2012 foi atingida a melhor marca de sempre no tempo de interrupção da rede (58 minutos), acentuando a tendência de redução deste valor iniciada há mais de 10 anos. Adicionalmente, nas restantes atividades que envolvem a prestação de serviços aos clientes, todos os níveis de serviço estabelecidos regulamentarmente foram largamente superados.

O foco no cliente é também evidente no papel que a EDP Distribuição tem assumido como dinamizador do mercado livre de comercialização de eletricidade. Através do portal de mudança de comercializador a EDP Distribuição tem a responsabilidade de operacionalizar as transferências de clientes entre comercializadores. Durante 2012 foram realizadas 817 mil



operações de switching, concluídas num tempo médio inferior a 2 dias em 2012, o que constitui uma melhor prática a nível internacional.

O foco no cliente também significa inovar e fazer chegar essas soluções aos seus clientes. Em 2012 a EDP Distribuição prosseguiu com a expansão do projecto InovGrid a sete novos municípios e a duas ilhas da região do Algarve. Trata-se de um Projeto muito ambicioso, que permite dotar a Rede das novas tecnologias e inteligência de atuação, conferindo eficácia de operação, informação para eficiência nos consumos, qualidade de serviço técnica e comercial, e informação para gestão. Concorre ainda para facilitar o desenvolvimento do projeto Mobilidade Elétrica, e para o natural crescimento da produção distribuída. É muito gratificante para a EDP Distribuição o reconhecimento internacional atribuído a este Projeto. Como reflexo deste reconhecimento, em 2012 o “Joint Research Centre (JRC)” da Comissão Europeia publicou um estudo intitulado “Guidelines for Conducting a Cost-Benefit Analysis of Smart Grid Projects” [EUR 25246 EN], no qual o Projecto Inovgrid aparece como caso de estudo único que serve de base ao teste da metodologia proposta.

Também no campo da iluminação pública se tem assistido a inovações relevantes. Durante 2012 foram celebrados protocolos com alguns municípios no sentido criar as condições para a melhoria da eficiência na iluminação pública. Em 2012 foram também qualificados os primeiros equipamentos de Iluminação Pública da tecnologia LED, abrindo assim caminho para a sua adoção mais alargada.

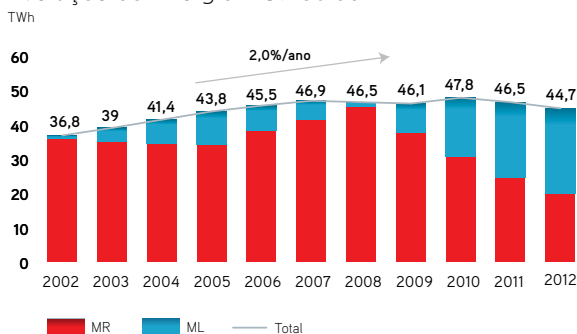
No plano financeiro 2012 foi um ano muito exigente, tal como 2011 já havia sido, marcado por uma disciplina redobrada de controlo de custos e de otimização do investimento. Este esforço permitiu, mais uma vez, uma redução dos custos de operação em termos reais, e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de serviço nas suas múltiplas vertentes.

Este trabalho não teria sido possível sem o incedível contributo dos colaboradores da EDP Distribuição, que graças ao seu total empenhamento, aliado ao seu saber e experiência, permitiram a materialização desta estratégia, num contexto evolvente muito desafiante.

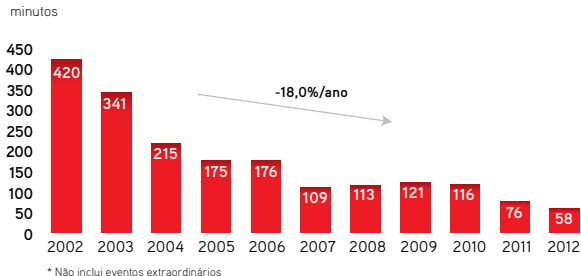
João José Saraiva Torres
Presidente do Conselho de Administração

PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE

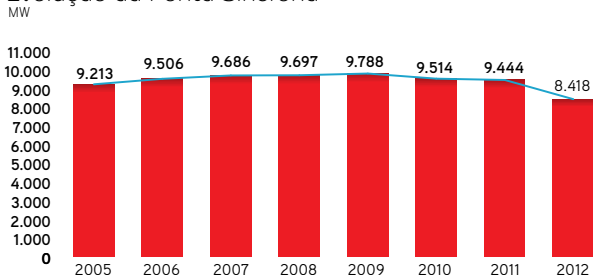
Evolução da Energia Distribuída



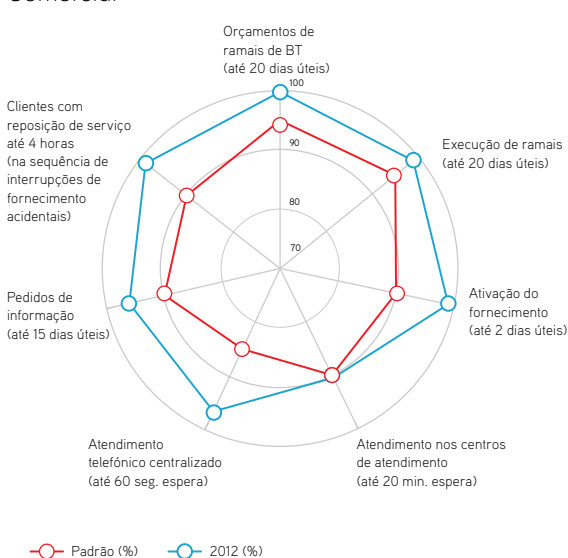
Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em Média Tensão - TIEPI



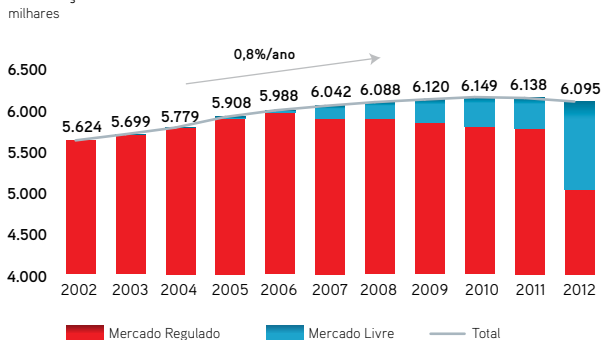
Evolução da Ponta Síncrona



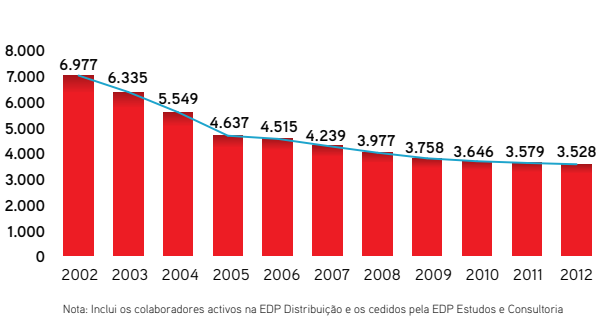
Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial



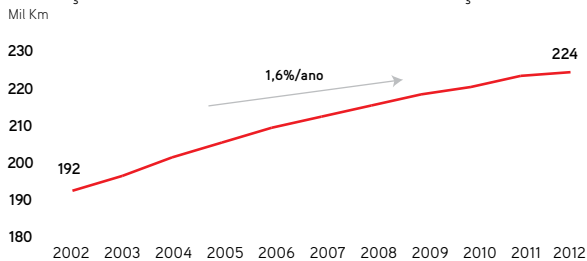
Evolução do Número de Clientes



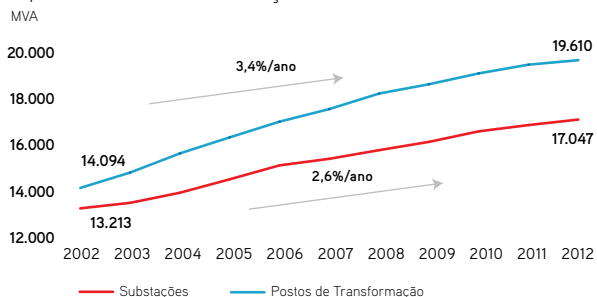
Colaboradores no Activo



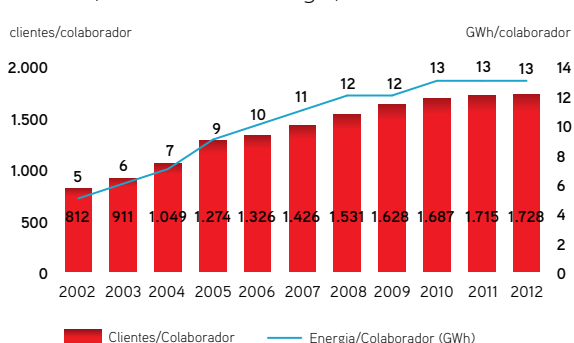
Evolução das linhas da Rede de Distribuição



Evolução da potência instalada em subestações e postos de transformação



Cientes/Colaborador. Energia/Colaborador



: principais indicadores da atividade :

PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

RUBRICAS	Unidades	2011	2012	% Δ
Energia elétrica entrada na rede de distribuição (MR + ML)	GWh	49 972	48 559	-2,8%
Energia elétrica distribuída (MR + ML)	GWh	46 508	44 655	-4,0%
Perdas na rede de distribuição (MR + ML)	GWh	3 464	3 904	12,7%
Instalações em serviço (final do ano)				
Subestações-Potência de transformação	MVA	16 809	17 047	1,4%
Linhas de Distribuição	km	222 627	223 734	0,5%
Postos de Transformação-Potência instalada	MVA	19 417	19 610	1,0%
Número de clientes (final do ano)		6 137 676	6 095 206	-0,7%
Nº trabalhadores (final do ano) ^{a)}		3 579	3 528	-1,4%

a) Inclui os colaboradores ativos da EDP Distribuição e outros colaboradores cedidos pela EDP Estudos e Consultoria

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Milhões de Euros	2011	2012	% Δ	
ATIVO				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 411	2 432	0,9%	
Investimentos financeiros	105	105	-0,2%	
Ativos por Impostos diferidos	361	275	-23,8%	
Clientes	659	614	-6,9%	
Devedores e outros ativos	1 169	1 546	32,3%	
Inventários	24	20	-19,2%	
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	-70,1%	
Total	4 729	4 992	5,6%	
CAPITAL PRÓPRIO				
	609	564	-7,5%	
PASSIVO				
Dívida financeira	2 041	2 340	14,7%	
Benefícios aos empregados	1 227	1 206	-1,7%	
Provisões para riscos e encargos	59	55	-6,5%	
Credores e outros Passivos	793	827	4,3%	
Total	4 729	4 992	5,6%	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Milhões de Euros	2011	2012	Δ Valor	Δ %
Margem Bruta	1 182	1 271	88	7,5%
Fornecimentos e serviços externos	234	239	5	2,2%
Custos com Pessoal e Benefícios aos Empregados	127	135	8	6,2%
Custos com Rendas das concessões	242	249	7	2,9%
Outros custos operacionais (líquidos)	- 61	- 13	48	-78,7%
Custos Operacionais	542	610	68	12,5%
Resultado Operacional Bruto	641	661	20	3,2%
Provisões para riscos e encargos	3	3	0	-1,7%
Depreciações e amortizações líquidas	245	231	-14	-5,6%
Resultado Operacional	393	427	34	8,7%
Resultados Financeiros	- 124	- 124	0	0,4%
Resultado antes de impostos	269	303	34	12,6%
IRC e Impostos diferidos	- 47	- 90	-43	91,5%
Resultado líquido do exercício	222	213	-9	-4,1%

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr.ª Maria Teresa Isabel Pereira

Presidente

Dr.ª Joana Monteiro Dinis

Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engº João José Saraiva Torres

Presidente

Engº Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Administrador

Dr. Carlos Alves Pereira (a partir de 20 de fevereiro de 2012)

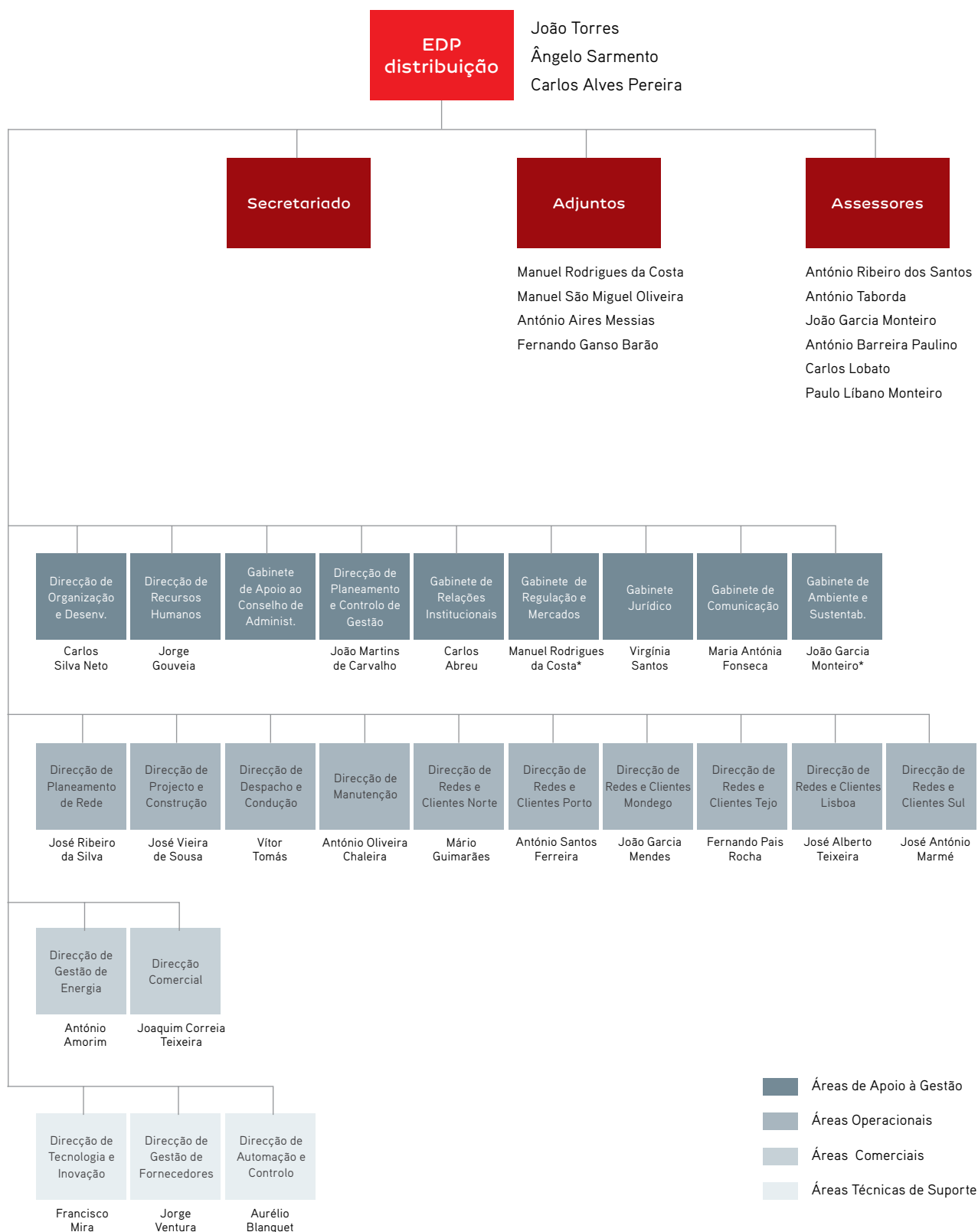
Administrador

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

ROC Efetivo: KPMG & Associados – SROC, S.A.,
representada por **Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho**

ROC Suplente: **Susana de Macedo Melim de Abreu Lopes**

: organigrama :



* Avocado

A VISÃO DA EDP DISTRIBUIÇÃO



ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO DA EDP DISTRIBUIÇÃO

O setor elétrico em Portugal pode ser dividido em quatro atividades principais: Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização. A Produção e a Comercialização operam em regime de mercado, mantendo-se apenas a figura de comercializador regulado para os clientes de Baixa Tensão Normal (BTN). O Transporte e a Distribuição são operados num regime de concessões. A concessão de Transporte (Muito Alta Tensão) é explorada pela REN. A EDP Distribuição é a empresa responsável pela distribuição de eletricidade em Portugal, fazendo a ponte entre a REN e os comercializadores. Para exercer a sua atividade a EDP Distribuição detém:

- Concessão nacional da distribuição de eletricidade em AT/MT, renovada por 35 anos em 2009;
- Concessões para distribuição de eletricidade em Baixa Tensão. Atribuídas por cada município, com duração de aproximadamente 20 anos, mas com momentos de renovação diversos.

O negócio de distribuição de energia elétrica contempla essencialmente três tipos de atividades:

- Garantir o abastecimento de eletricidade: escoar a energia dos produtores e abastecer os clientes do comercializador, cumprindo os objetivos regulatórios em termos de qualidade de energia, número e duração das interrupções de energia; repor o fornecimento em caso de avarias na rede;
- Garantir a expansão e a fiabilidade da rede: planejar, desenvolver, operar e manter a rede de distribuição; efetuar ligações à rede de distribuição de clientes e de produtores;
- Fornecer serviços aos comercializadores: mudanças de comercializador (switching), cortes, alterações de potência, leituras, entre outros.

A remuneração da atividade de distribuição é definida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) para períodos regulatórios de 3 anos. De forma simplificada, a remuneração da EDP Distribuição pode ser dividida em 3 parcelas:

- Recuperação de custos não controláveis: custos não passíveis de ser alterados por intervenção da EDP Distribuição;
- Recuperação de custos controláveis: custos em relação aos quais o Regulador entende existir alguma possibilidade de otimização por parte da EDP Distribuição e que podem ou não ser aceites na totalidade pelo regulador;
- Amortização e Remuneração do ativo regulatório: compensação pelo investimento realizado em ativos regulatórios.

O valor resultante da soma destas parcelas representa a totalidade de proveitos da EDP Distribuição, que é posteriormente convertido numa tarifa de uso de redes de distribuição (URD).

O ano de 2012 é o primeiro ano do novo período regulatório 2012-2014, com a introdução de algumas alterações ao modelo de remuneração da atividade de distribuição de energia. A atividade de distribuição foi, desde o início da regulação, uma atividade regulada por price-cap com uma evolução indexada à taxa de inflação adicionada dos ganhos de eficiência previstos para o período de regulação. A ERSE alterou esta metodologia, procurando garantir a eficiência da base de custos, sem prejudicar o necessário investimento. Assim, a metodologia tipo price-cap passa a ser aplicada apenas à base de custos, sendo o Investimento analisado separadamente, o que implica remunerar os investimentos aceites ao custo de capital da empresa, integrando as respetivas amortizações nos proveitos permitidos.

Esta nova metodologia implica ainda que a empresa fique vinculada ao nível de investimento que se propôs realizar no período regulatório e que deverá refletir a evolução da atividade.

Adicionalmente à remuneração da sua operação, a EDP Distribuição pode também ser alvo de incentivos ou penalizações, em função do seu desempenho a nível de disponibilidade da rede e perdas.

Para além de desempenhar as suas obrigações com excelência, a EDP Distribuição também reconhece o seu papel como agente facilitador do desenvolvimento do setor elétrico e da relação dos clientes com o consumo de energia. Nesse sentido, a Empresa tem sido o promotor (ou participante ativo) de várias iniciativas, como p.ex.: a implementação na rede de carregamento de veículos elétricos, a implementação de redes inteligentes em Évora e a promoção de pilotos de eficiência energética na iluminação pública, entre outros.

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E REGULATÓRIO

O ano de 2012 foi caracterizado por produção legislativa abundante com reflexos na atividade da EDP Distribuição.

Com o objetivo de conclusão do processo de liberalização do setor da eletricidade e completar a transposição das diretivas que integram o Terceiro Pacote Energético, foi feita a revisão do Decreto-Lei nº 29/2006 enquanto diploma estruturante da organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN).

Destacam-se em seguida alguns temas cujas alterações implementadas têm impacto considerado mais significativo.

ALTERAÇÃO DAS BASES DO SETOR ELÉTRICO

Com a revisão do Decreto-Lei nº 29/2006, verificou-se a consagração de medidas que permitem garantir a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional, estando também subjacentes a esta revisão, os objetivos definidos pelo Governo para o “mercado da energia e política energética”.

Realçam-se as alterações aos conceitos de produção em regime ordinário e de produção em regime especial, a revisão dos requisitos de separação jurídica do Operador da Rede de Distribuição, assegurando a independência deste face aos agentes do SEN que desempenham as atividades de comercialização e de produção. Este Operador deve ainda dispor de um código de ética de conduta relativo à independência funcional da respetiva operação da Rede, integrando um programa de conformidades.

O referido DL 29/2006 foi entretanto actualizado pelo 104/2010, de 29 de setembro, pelo DL 78/2011, de 20 de junho, pelo DL 75/2012, de 26 de março e pelo DL 215-A/2012 e B/2012, de 8 de outubro, incorporando, no essencial, os princípios da Diretiva 2009/72/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade.

ESTATUTOS DA ERSE

No mesmo âmbito do ponto anterior, efetuaram-se alterações aos estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). As novas disposições refletem-se na organização desta entidade reforçando-se a sua independência, isenção e de incompatibilidades de vínculos ou relações de caráter profissional. As suas atribuições foram igualmente alargadas, competindo-lhe, entre outras matérias, proteger os direitos e interesses dos consumidores economicamente mais vulneráveis, apoiar a constituição e supervisionar o funcionamento do operador logístico de mudança de comercializador. Viu ainda os seus poderes de regulação do setor reforçados pela publicação do Decreto-Lei nº 212/2012, designadamente os de natureza sancionatória.

REGULAMENTO DE RELAÇÕES COMERCIAIS DO SETOR ELÉTRICO

A ERSE, Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, procedeu a nova alteração ao Regulamento de Relações Comerciais do Setor Elétrico, objeto de discussão pública, no âmbito do regime regulamentar das ligações às redes, devido à publicação de legislação que aprovou o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais.

TARIFAS REGULADAS

Foi fixado o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumo em Baixa Tensão Normal (BTN), a adoção de mecanismos de salvaguarda dos clientes economicamente vulneráveis e mudanças na gestão dos processos e dos prazos de mudança de comercializador. Estas alterações implicaram alterações no processo de switching e um aumento muito grande da atividade neste âmbito.

CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA (CMEC)

Pelo Decreto-Lei nº 256/2012, foi consagrado o diferimento para 2014 e 2015 dos ajustamentos anuais relativos aos custos referentes à parcela de acerto devida, no ano de 2011, pela cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CMEC). Este Decreto veio ainda estabelecer o diferimento do ajustamento previsional dos sobrecustos, ocorridos em 2012, com a aquisição de energia elétrica ao abrigo destes contratos, e a dedução no sobrecusto com aquisição da Produção em Regime Especial (PRE) a partir de fontes renováveis, das receitas geradas pela venda de licenças de emissão de gases com efeito de estufa.

Este diploma alarga ainda o período de aplicação das tarifas transitórias para fornecimentos em BTE, MT, AT e MAT, de modo a assegurar a transição adequada dos clientes finais abrangidos para o regime de mercado liberalizado.

REGRAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO (PDIRD)

Compete agora à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) comunicar a proposta do PDIRD ao Operador da Rede Nacional de Transporte para emissão de parecer no prazo de 60 dias, competindo à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) a respetiva submissão a consulta pública e acompanhar e fiscalizar a sua concretização.

REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Foi publicado o diploma que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, estando prevista a agregação de freguesias e a fusão de municípios mediante apresentação de proposta à Assembleia da República.

FURTOS E RECETAÇÃO DE MATERIAIS NÃO PRECIOSOS

Foi publicada a Lei nº 54/2012, a qual define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos.

FACTOS RELEVANTES EM 2012

PROJETO INOVGRID

Em 2012 a EDP Distribuição prosseguiu o objetivo, que tem vindo a desenvolver desde 2007, de implementar as infraestruturas e as transformações associadas ao paradigma das redes de distribuição inteligentes, em particular através do Projeto InovGrid. Este paradigma assenta na implementação de um conjunto de novas tecnologias e modelos avançados de processamento da informação e de operação de rede, tais como telegestão, automação, armazenamento e gestão ativa de energia. Estas inovações permitirão, por um lado, aumentar a capacidade de integrar na rede novas tecnologias de cariz ecológico, tais como a produção distribuída renovável e o veículo elétrico e, por outro lado, dotar os consumidores de condições para aumentarem a eficiência no consumo de eletricidade, em particular através da disponibilização de informação detalhada e atual sobre os seus padrões de consumo. Este duplo enfoque na integração de tecnologias limpas e no aumento da eficiência no consumo, posiciona as redes inteligentes como uma resposta ao desafio da sustentabilidade. As tecnologias e conceitos de operação inovadores que caracterizam as redes inteligentes constituem igualmente um poderoso instrumento para o aumento da eficiência das operações, melhoria do serviço prestado aos clientes e melhoria do conhecimento e gestão dos riscos do negócio, três objetivos fundamentais que enquadram a estratégia da EDP Distribuição.

Após a conclusão da instalação de contadores inteligentes (EDP Box) em Évora, 2012 foi marcado pela preparação do alargamento do processo a novos municípios, que numa primeira fase incluirá: Guimarães, São João da Madeira, Lamego, Marinha Grande, Batalha, Alcochete e as ilhas barreira de Faro e Tavira. Nos próximos tempos o enfoque do projeto vai estar na consolidação da aprendizagem iniciada em Évora, em particular no que toca à reação dos consumidores, no teste de novas tecnologias, no alargamento do leque de fornecedores e no aprofundamento da integração no negócio das novas potencialidades oferecidas pela plataforma tecnológica.

O Inovgrid é um projeto diferenciador no panorama europeu, porque combina uma escala significativa, em termos de número de consumidores abrangidos, com um claro enfoque na vertente de redes inteligentes. Como reflexo disso, em 2012 o Joint Research Centre (JRC) da Comissão Europeia publicou um estudo intitulado "Guidelines for Conducting a Cost-Benefit Analysis of Smart Grid Projects" [EUR 25246 EN] no qual o projeto Inovgrid aparece como caso de estudo único que serve de base ao teste da metodologia proposta. Em 2012 a notoriedade do projeto manteve-se elevada, tanto a nível nacional como internacional, tendo-se registado um grande número de visitas e contactos para o seu conhecimento e, simultaneamente, muitas solicitações à EDP Distribuição para participação em iniciativas e parcerias com outros operadores e entidades do sector energético.

PROGRAMA DISTRIBUIÇÃO 2012

Mantiveram-se em 2012 as atividades no âmbito deste Programa cujo foco incide na mobilização e preparação da Empresa para enfrentar os desafios que se têm perspectivado ao longo do ano. Face à incerteza que se verificou, a atividade desenvolvida foi complexa mas com resultados positivos. Assenta o seu foco na Execução, no maior

envolvimento dos colaboradores, e na promoção da Simplicidade e Inovação.

Este Programa assenta em cinco eixos estratégicos: Risco Controlado, Rentabilidade Superior, Excelente Qualidade de Serviço, Inovação Constante e Cultura Organizacional.

EIXO RISCO CONTROLADO

O Eixo Estratégico Risco Controlado surge enquadrado na estratégia do Grupo EDP de atuação com um baixo perfil de risco, nomeadamente pela gestão sustentada dos desafios regulatórios e do capital humano, em articulação com o modelo de outsourcing, conseguindo assegurar bons sistemas, processos e informação de apoio à gestão, promovendo uma cultura de Ambiente e Sustentabilidade em todas as atividades. O ano de 2012 foi marcado por evolução significativa das várias iniciativas elencadas neste eixo, com especial destaque para:

FERRAMENTAS DE CONTROLO DE GESTÃO

Durante o ano de 2012 foram aprofundadas um conjunto de ferramentas de gestão, tendo como objetivo fomentar a partilha de melhores práticas de gestão na organização e melhorar o conhecimento do negócio aos vários níveis da organização. Foram preparadas abordagens de análise aos custos de Manutenção por área o que permitiu aprofundar o conhecimento do negócio e identificar áreas de aumento de eficiência.

RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO INTERNO

No âmbito desta iniciativa e dando continuidade ao trabalho desenvolvido em 2011, com o objetivo de reter as capacidades e recursos mais importantes que distinguem a EDP Distribuição de outras empresas similares, fomentar o trabalho em equipa e viabilizar a troca de experiências, partilha de informação, conhecimento e soluções, a Empresa tem dado especial atenção à identificação e divulgação do seu conhecimento crítico, apostando no desenvolvimento das melhores estratégias para a sua retenção e transmissão.

Dando continuidade aos workshops sobre diversas temáticas, em 2012 ocorreram 60 workshops internos que envolveram 793 participantes, o que permitiu continuar a enriquecer o Repositório do Conhecimento e publicar os documentos de suporte na Biblioteca Virtual.

GESTÃO DO RISCO

Em 2012 a EDP Distribuição prosseguiu com as ações de sensibilização e formação dos colaboradores, envolvendo toda a organização, desde a macroestrutura, chefias e restantes quadros superiores. O enfoque principal é a adoção de uma política de gestão de risco em toda a organização, considerando-se que o risco é um denominador comum a todas as atividades, sendo perfeitamente quantificável e permitindo priorizar as ações, reduzindo os níveis de subjetividade.

Ao nível da gestão dos ativos técnicos a empresa tem vindo a implementar metodologias baseadas no risco, tal como preconizado pelas melhores práticas internacionais (ISO 55.000 - PAS 55). O papel da Matriz de Risco da EDP Distribuição, sendo o documento estratégico da empresa, impacta diretamente em todas as atividades,

ajudando à tomada de decisão nas várias fases do processo, desde a elaboração dos planos operacionais até à execução e tendo sempre presente os ciclos de melhoria contínua (feedback e posterior integração).

A Gestão de Risco permite ainda conhecer os riscos associados à nossa atividade e aos nossos ativos, permitindo-nos implementar medidas mitigadoras, as quais, podem passar pela adoção/preparação de planos de contingência e/ou transferência de responsabilidades para as seguradoras.

EIXO RENTABILIDADE SUPERIOR

O Eixo Estratégico Rentabilidade Superior continuou durante o ano de 2012 com as suas principais iniciativas, tendo sido alcançados, novamente, resultados relevantes para o aumento da eficiência da atividade da EDP Distribuição. Mantiveram-se as orientações estratégicas de (i) potenciar a capacidade da empresa fazer investimentos criteriosos que permitam rápido retorno do capital investido, (ii) minimizar custos (iii) e otimizar os processos core de negócio.

Destacam-se os seguintes resultados deste Eixo Estratégico:

GESTÃO DE ATIVOS

Em 2012 a EDPD, no seguimento do trabalho produzido anteriormente, deu passos importantes no seu Modelo de Gestão de Ativos, passando a incorporar metodologias de gestão preconizadas pelo BSI PAS 55:2008, com resultados relevantes ao nível do Opex, na performance dos ativos e na mitigação de riscos.

A gestão de ativos, baseada na gestão do risco e da condição técnica (saúde), tocou toda a organização e entrou na fase de maturação própria para a sua expansão ao nível da Empresa.

Para o efeito foi desenhado e aprovado o Programa de Gestão de Ativos, estruturado em três plataformas i) Especificação, ii) Implementação iii) Gestão da Mudança, trabalhando ao nível da estratégia e análise de risco, ao nível da gestão do ciclo de vida (processos), ao nível da arquitetura dos sistemas e modelos de dados e ao nível da pessoas, estimulando a sua adesão e promovendo o desenvolvimento de novas competências.

Em 2013 será lançado o Programa de Gestão de Ativos que irá marcar e transformar a EDP Distribuição numa empresa de referência ao nível da gestão de ativos.

OPEX

O OPEX é um projeto, transversal ao Grupo EDP, que prossegue o desenvolvimento sustentável numa cultura de reforço da eficiência e eliminação do desperdício, contando com o empenhamento ativo de todos os colaboradores num processo global de melhoria contínua dos níveis de competitividade da Empresa.

O projeto está, atualmente, na 3ª fase – OPEX III, a decorrer no horizonte 2011-2015, com objetivos anuais estabelecidos, destacando-se, na EDP Distribuição, a meta de 25M€ de poupanças nos custos operacionais a realizar nesse último ano do período.

No ano 2012, os resultados alcançados excederam novamente as expectativas; as poupanças captadas atingiram 17,9M€, superando em 5M€ o objetivo fixado.

PROGRAMA LEAN

Em Junho, após o desenvolvimento das atividades de pré-lançamento, arrancou na EDP Distribuição o Programa LEAN 2012 – 2014, envolvendo todas as Direções e Gabinetes da Empresa. É um programa com metas bastante ambiciosas no que respeita ao número de iniciativas e ao número de colaboradores envolvidos, e pretende ser um instrumento para uma estratégia multiplicadora da prática da melhoria contínua, visando o desenvolvimento e implementação de iniciativas naquele triénio envolvendo todos os colaboradores da Organização.

As atividades de preparação deste Programa consistiram na formação e preparação dos Embaixadores e “Leaners” através do Curso Atitude LEAN (UEDP) e de sessões de partilha, envolvendo 200 colaboradores, e na formação de Coordenadores e de Equipas, envolvendo 1 020 colaboradores.

No lançamento do Programa procedeu-se à respetiva apresentação interna e Stakeholders, à entrega da Carta de Missão aos Embaixadores e ao arranque das Equipas LEAN no número de 155. No final do ano, estavam envolvidos 1 300 colaboradores, dos quais 847 integram as equipas, no número de 219, cada responsável por uma Iniciativa Lean.

EIXO EXCELENTE QUALIDADE DE SERVIÇO

Durante o ano foi dada continuação ao conjunto de projetos pertencentes às seis iniciativas que compõem este Eixo, cujo principal objetivo se insere na melhoria da qualidade do serviço prestado (QST). Estes projetos, atuam em duas principais vertentes que consistem na redução das assimetrias da qualidade de serviço técnica entre regiões e na melhoria da qualidade de serviço comercial, simplificando processos e valorizando o cliente.

1. Planos especiais de melhoria QST da Rede MT

Consideram-se dois projetos: (I) “Planos especiais de redução de assimetrias AO’s (Áreas Operacionais)”; (II) “Uniformização de regimes de neutro”.

A primeira está orientada para a redução das assimetrias que ainda se verificam em algumas regiões, identificadas pelos respetivos indicadores que se caracterizam por valores acima da média da EDP Distribuição, obtendo assim ganhos não só para a região em causa como para todo o país. Tem a sua atuação com base em investimentos seletivos no desenvolvimento da rede estruturante, isto é, em Subestações, Rede AT e MT, Telecomando da Rede MT.

A segunda está focada na resolução de problemas estruturais e de uniformização na área da ligação à terra de neutros das instalações. É um projeto de complexidade elevada porque intervém em instalações em serviço, com necessidade de coordenação entre diversas áreas operacionais da Empresa. Teve durante o ano uma implementação exemplar com intervenção em 52 Subestações.

2. Qualidade de desempenho dos PSE

Constituído por três projetos: (I) Cumprimento de todos os SLA contratualizados na EC 2010; (II) Adequar os SLA/Objetivos contratualizados à evolução das necessidades; (III) Medidas e métodos de trabalho que melhorem os resultados da avaliação.

Atuam, respetivamente, no acompanhamento dos indicadores de desempenho contratualizados com os Adjudicatários e carregamento semanal das obras a realizar, na revisão de objetivos estabelecendo novos valores de referência, e na modelização da realização de vistorias visando, em simultâneo, a avaliação das componentes técnica, ambiental e de segurança.

3. Serviço ao Cliente

Com esta iniciativa, pretende-se atingir um nível superior de reconhecimento por parte dos clientes atuando ao nível da qualidade do serviço e da simplificação de processos. Desenvolveram-se em 2012 um conjunto de ações no âmbito de dois projetos: (I) Ligação de Clientes com a divulgação do “Manual de Ligação” e implementação do “Orçamento na hora”; (II) Resolução de reclamações com a uniformização de processos e desenvolvimento que permita informaticamente medir os níveis de serviço “end to end”.

4. Automação da Rede

Esta iniciativa considera três projetos que permitam sustentar a qualidade de serviço através da expansão do telecomando da Rede MT, minimizando os tempos de atuação na deteção e reposição do serviço, permitindo ainda manter o serviço ativo durante a reparação em zonas da Rede não afetadas pelo incidente.

5. Gestão de crises

O âmbito desta iniciativa, que pretende criar as condições que contribuam para uma mais eficiente e rápida resolução dos grandes incidentes na Rede, quer segundo o ponto de vista dos clientes, como também da Empresa, procedeu-se à revisão do Plano Operacional de Atuação em Crise (POAC) e a aquisição de equipamentos para alimentação de recurso, quer ao nível dos serviços auxiliares das subestações e postos repetidores de telecomunicações, quer ao nível de parcelas de rede de média tensão. Criou-se ainda uma estrutura nos Prestadores de Serviço Externos (PSE), articulada com a Estrutura Operacional da EDP Distribuição, para permitir ganhos de desempenho em situações de crise.

6. Gestão da Iluminação Pública

Foi efetuado um projeto piloto para levantamento do cadastro georeferenciado com posterior inserção no Sistema de Informação Técnica (SIT). O desenvolvimento global do projeto perspectiva-se para o ano de 2013.

EIXO INOVAÇÃO CONSTANTE

Este eixo tem como principal objetivo a promoção de uma cultura de inovação, acompanhando novas tecnologias, modelos de negócio e processos. Tem contribuído fortemente nos últimos anos para a evolução do negócio da operação da Rede de Distribuição para o paradigma das redes inteligentes.

No âmbito da Iniciativa inovd, destaca-se a realização de seminários e sessões temáticas nacionais, internas e externas ao Grupo EDP, nomeadamente o “Road Show Distribuição Harmónica – Impactos e Soluções”, na Ordem dos Engenheiros, e conferências internacionais em que se destaca a conferência “Strategies in Light Europe 2012” que decorreu em Munique na Alemanha.

No âmbito das redes inteligentes e da mobilidade elétrica, este eixo continuou a contribuir com sessões temáticas e a promoção de novas iniciativas que muito têm contribuído para a adoção de soluções e tecnologias para estes projetos.

EIXO CULTURA ORGANIZACIONAL

Este Eixo é constituído por uma iniciativa com o objetivo principal de consolidar a cultura e o ADN da EDP Distribuição.

No ano foi construída uma Carta de Compromissos para 2012, a seguir pelos colaboradores, a qual resultou da reflexão e votação de todos os quadros superiores da Empresa ainda no ano de 2011. Os 12 Compromissos mais votados integraram esta Carta cuja primeira divulgação se processou no Encontro da EDP Distribuição realizado em 25 de maio de 2011. A divulgação desta carta a todos os colaboradores da Empresa ocorreu em janeiro de 2012 através de 68 sessões em 25 locais do país, tendo-se verificado uma taxa de participação de 97%.

Em meados do ano, lançou-se uma segunda iniciativa, denominada “Viver os Compromissos nos próximos 12 meses” pretendendo promover a discussão e a recolha de evidências de práticas dos Compromissos. Para o efeito, foram criadas 12 equipas.

Nesta mesma iniciativa e após a identificação das melhores histórias de cada Compromisso, distribuiu-se a cada colaborador em dezembro de 2012 a brochura “12 Compromissos em 2012 ilustrados”, resultado duma reflexão alargada de colaboradores da EDP Distribuição, com histórias que ilustram a presença destes compromissos no seu dia-a-dia profissional.

CAMPANHA DE INSTALAÇÃO DE TELECONTAGEM NOS CLIENTES DE BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE)

Na sequência da revisão tarifária, concretizada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em 2009, que determinou a criação de novas tarifas para os clientes de Baixa Tensão Normal (BTN) e de Baixa Tensão Especial (BTE), assim como alteração dos períodos horários aplicáveis em ciclo diário para este segmento de clientes, a EDP Distribuição decidiu implementar a telecontagem em todo o segmento de clientes BTE, com a revisão dos processos atuais tendo como objetivo maximizar os ganhos em termos de eficiência. Um dos principais benefícios será a eliminação da necessidade de recolha local de leituras e a realização de algumas operações de forma remota, aumentando a eficiência operacional da EDP Distribuição. Esta operação teve a sua conclusão em 2012, com a exceção de alguns casos isolados por dificuldades técnicas.

A tecnologia implementada, associada a desenvolvimentos aplicativos na Central de Telecontagem, veio melhorar significativamente a monitorização remota das condições de funcionamento dos equipamentos de contagem. Por outro lado, também permite detetar remotamente eventuais práticas fraudulentas, contribuindo assim para um maior controlo das perdas comerciais.

CONTADORES MULTITARIFA, DIRETIVA 10/2012

Após a deteção de um problema de desacerto da data/hora foi possível em interação com os fabricantes, identificar dois tipos de anomalia: (I) precisão do relógio de uma série limitada de contadores de um dos fabricantes não conforme com a especificação fornecida em 2007; (II) erro de software na configuração dos contadores híbridos de um fabricante na campanha DIA/DIB realizada em 2009/2010, em que, pela sua natureza, a anomalia só se verifica nas situações de acerto da data/hora.

Na sequência do impacto mediático desta situação, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), publicou em junho de 2012 a Diretiva nº 10/2012 que impôs (i) o pagamento no prazo de 30 dias, de compensações a todos os clientes multitarifa, independentemente do desvio verificado no relógio do seu contador, no valor estimado de 4,1 M€, que se veio a verificar ser de 3,1 M€, pagos até 31 de dezembro de 2012, (ii) a realização de uma auditoria por uma entidade externa independente ao universo total de contadores com tarifas bi-horárias e tri-horárias, (iii) na sequência destas disposições, a EDP estabeleceu por sua iniciativa um programa de reforço de instruções aos leitores para verificação e reporte das situações detetadas.

À data da publicação deste relatório não estão disponíveis as conclusões finais da auditoria, contudo, as conclusões preliminares identificaram que:

- Cerca de 95% dos contadores estão dentro da banda de 9 minutos de atraso e 12 minutos de avanço;
- Identificaram-se 11 recomendações, nenhuma delas como sendo de prioridade máxima;
- Recomendada a importância da definição, por parte da ERSE, de uma banda de tolerância para os relógios dos contadores por forma a (I) clarificar a situação para os clientes e (II) não onerar excessivamente o setor;
- Confirma o cumprimento integral, por parte da EDP Distribuição, do disposto na Diretiva nº 10/2012, nomeadamente no que concerne com o pagamento aos clientes.

VERIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CONTAGEM EM CLIENTES EMPRESARIAIS

No âmbito do previsto pelo Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados (GMLDD), anualmente é definido um programa de auditorias periódicas aos equipamentos de medição em serviço nas instalações de clientes empresariais.

Em adição às verificações definidas pelo GMLDD, aproveitando as potencialidades da telecontagem, foram realizadas mais de 4 000 verificações remotas nos segmentos telecontados, de forma a garantir a fiabilidade da medida e o combate à fraude.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Tendo em conta a recente revisão dos regulamentos para o setor elétrico, que impõe a introdução de medida em todos os circuitos de Iluminação Pública (IP), por forma a facilitar a passagem destes contratos para o mercado liberalizado, e que, por outro lado, a mesma revisão regulamentar, introduz uma nova necessidade referente à instalação de telecontagem da energia transitada nos postos de transformação de distribuição (PTD), por forma a permitir a elaboração de Balanços Energéticos por nível de tensão, foi iniciado no 2º semestre de 2012 a colocação de equipamentos de contagem em instalações de IP nos concelhos do Porto, Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais e Vila Franca de Xira.

Em paralelo, estão a ser estudadas soluções e prevê-se a colocação de telecontagem nos PTD e na iluminação pública até finais de 2015.

Ainda no âmbito da Iluminação Pública, desenvolveu-se, em colaboração com o Município de Vila Franca de Xira, um Projeto-Piloto que dotou este município de equipamentos que, para além da capacidade de telecontagem, também permitem a parametrização remota do respetivo comando, e permite ao município aceder aos dados do diagrama de carga e de consumo das várias instalações através de um portal Web.

O cumprimento dos requisitos regulamentares criou uma oportunidade de melhoria e modernização da Rede de Distribuição e da prestação de um melhor serviço aos seus clientes. Neste âmbito, será instalada tecnologia inovadora nos postos de transformação que disponibilizará a recolha de leituras de forma remota e síncrona, o que permitirá não só aos Municípios ter uma participação mais ativa no controlo dos seus consumos de energia em Iluminação Pública, facilitando a prossecução de projetos de eficiência energética, mas também à EDP Distribuição obter a informação mais célere dos trânsitos de energia na sua rede de Baixa Tensão.

GESTÃO DE FORNECEDORES

No âmbito do relacionamento com os Prestadores de Serviços Externos (PSE) e também internos, merecem especial atenção dois projetos desenvolvidos durante o ano: (I) Sustentabilidade do Outsourcing e (II) Compras.

O primeiro, desenvolvido em colaboração com os prestadores de serviço externos, visou a criação de cursos profissionais de eletricistas de redes (9º ano de escolaridade) e de técnicos de redes elétricas (12º ano de escolaridade), de modo a dotar a EDP Distribuição e os seus fornecedores de técnicos qualificados e em número necessário. Estes cursos foram entretanto aprovados pela ANQEP, Agência Nacional de Qualificação e Formação Profissional, tutelada pelos Ministério da Educação e Ministério da Energia e serão ministrados nas escolas secundárias com formação profissional e nos centros de formação e emprego.

Visou ainda a criação da Academia Técnica do Setor Energético, como centro de reconhecimento de competências das empresas de formação e de qualificação dos cerca de 4700 técnicos que já hoje constroem, realizam a manutenção e fazem reparações de avarias nas redes elétricas, através dos PSE. Para isso foram identificados 25 perfis de trabalho relativamente aos quais cada técnico para ser qualificado terá de evidenciar o “saber fazer” em cada um deles. No futuro, todos os eletricistas de redes ou técnicos de redes elétricas terão, também, de se qualificar na Academia, traduzindo o grande

objetivo de todos os técnicos que prestam serviços de natureza elétrica à EDP Distribuição estarem devidamente qualificados.

O segundo, desenvolvido com a EDP Valor, Empresa do Grupo EDP, visou a otimização da fileira “qualificação de fornecedores / realização de concursos de aquisição de materiais e equipamentos / identificação de necessidades e logística dos armazéns e transportes”, com os objetivos de melhorar os processos de qualificação dos fornecedores de materiais, obter melhor resultados dos concursos de aquisição, racionalizar stocks nos armazéns e reduzir o respetivo imobilizado, bem como distribuir equitativamente ao longo do ano as necessidades de produção de materiais pelos seus fabricantes e as necessidades de mão-de-obra dos PSE.

DESEMPENHO AMBIENTAL

À semelhança dos anos anteriores, a preocupação com a matéria de Ambiente está sempre presente na atividade da EDP Distribuição, consciente da crescente sensibilidade da sociedade neste domínio e com a perceção de que a minimização dos impactos ambientais é um dos maiores desafios atuais do setor elétrico.

Manteve-se o desenvolvimento de práticas dirigidas para promoção da cultura ambiental em toda a Empresa, quer internamente quer com os seus prestadores de serviços externos. Estas práticas têm-se consubstanciado na realização de auditorias, de ações de sensibilização, formação e de atuação no terreno, cujos âmbitos incidem essencialmente nas áreas dos sistemas informáticos específicos, da gestão de resíduos e emissões para a atmosfera, da proteção da fauna animal e no desenvolvimento de estudos, registos e esclarecimentos, internos e públicos, sobre a influência que os equipamentos da Rede provocam no meio ambiente e nas pessoas em geral. O ano de 2012 caracterizou-se por ser um ano em que culminaram diversas ações lançadas em anos anteriores.

Concretizou-se, na Auditoria de Renovação de Abril último, a renovação da Certificação ISO 14001 do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), cujo crescimento do respetivo perímetro e metas até 2015 são muito ambiciosas. No âmbito deste Sistema, foram auditadas, certificadas e inseridas 33 Subestações e 14 Postos de Corte e Seccionamento AT para além das 40 Subestações já inseridas anteriormente, tendo o processo decorrido de uma forma muito positiva não se detetando nenhuma não conformidade. Estão assim englobadas atualmente 73 Subestações, representando cerca de 18% do número total.

Resultante destas auditorias e da renovação da última certificação, o âmbito do SGA já inclui a atividade de manutenção destas instalações, assim como das atividades de projeto e construção de Linhas de Alta Tensão e de Subestações. Para os próximos anos continuará o desenvolvimento deste processo, estando previstas, para o ano, a inclusão de 20 novas Subestações e 25 novos Postos de Corte e Seccionamento, além de edifícios e outras obras em curso.

Em consequência do ano de 2011 ter sido o último ano de execução do Plano de Promoção de Desempenho Ambiental (PPDA) 2009 – 2011, foi entregue à Entidade Reguladora dos Sistemas Energéticos o Relatório de Execução pormenorizado e, obviando o fim deste instrumento tão importante, foi decidido manter em execução 3 projetos de extrema importância para o

desempenho ambiental da Empresa: (I) Projeto PENA dedicado à Avifauna que consiste essencialmente na correção de linhas, intervenção em ninhos e monitorização de estudos diversos; (II) Projetos Retenção de Óleos em Subestações e (III) Projeto Transformadores MT/BT dedicado à substituição dos óleos com teores de PCB antes do fim da sua vida útil.

As práticas assumidas pela EDP Distribuição nesta área foram muito importantes para o reconhecimento internacional, traduzido principalmente pela EDP figurar entre as empresas do mesmo ramo mais sustentáveis e com melhor desempenho nos índices Dow Jones, além de ser considerada como uma das três mais éticas do mundo neste setor.

MOBILIDADE ELÉTRICA

Em março de 2011, a Comissão Europeia publicou o “Livro Branco – Roteiro do espaço único europeu dos transportes – Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos”, onde afirma que o sistema de transportes terá que ser no futuro, menos energívoro e mais ecológico. Este documento visa reduzir em 60% as emissões do GEE até 2050 no espaço europeu, e estabelece como metas de referência, reduzir o número de veículos automóveis de motorização convencional no transporte urbano em 50% até 2030 e retirá-los da circulação até 2050.

A mobilidade elétrica é uma parte da resposta a este desafio, graças à evolução tecnológica registada nos últimos anos, que permitiu a existência no mercado de um leque já expressivo e tendencialmente crescente de soluções. Dado tratar-se de um novo conceito e destinar-se a um novo mercado, acarreta um conjunto de desafios, nomeadamente na sua integração com os atuais sistemas de energia, mas também um conjunto de oportunidades ao nível da reorganização da mobilidade urbana e da inovação e do desenvolvimento de novas tecnologias.

Através do Decreto-Lei n.º 39/2010, foram estabelecidas as bases do modelo da mobilidade elétrica em Portugal. Para dar maior impulso ao desenvolvimento de uma rede pública de abastecimento, foi lançado um ambicioso projeto-piloto, que visa a instalação de 1.350 pontos de carregamento, no qual a EDP Distribuição tem tido um papel fundamental, principalmente através da sua participada EDP MOP, mas também da SGORME.

Neste âmbito, a EDP MOP continuou a sua atividade em estreita colaboração com os Municípios, Ministério da Economia, fornecedores de equipamentos e outras entidades, tendo concretizado o objetivo governamental estabelecido para 2012 de instalação de 1 060 pontos de carregamento normal da rede piloto nacional de abastecimento deste tipo de veículos, e à instalação de um ponto de carregamento rápido. A experiência acumulada já lhe valeu a realização de um conjunto de trabalhos para entidades públicas e privadas.

A gestão do funcionamento da rede de mobilidade elétrica é uma atividade que compete à SGORME. Manteve, nesta atividade, relações operacionais com os Operadores de Pontos de Carregamento e contactos com potenciais Comercializadores de Mobilidade Elétrica sobre a utilização da rede pelos seus Clientes.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício, não estão identificadas ocorrências com repercussão relevante nos resultados ou na posição financeira da Empresa com referência a 31 de Dezembro de 2012, ou que requeiram divulgação, à exceção da tempestade Gong de 19 de janeiro de 2013.

A tempestade Gong tratou-se de um evento meteorológico de carácter extraordinário que assolou Portugal Continental, com especial incidência na zona Norte e Centro de Portugal, realçando-se a sua intensidade e persistência no tempo (as rajadas de vento atingiram velocidades superiores a 140 km/h e manifestaram-se ao longo de todo o sábado e madrugada de domingo), tendo provocado grandes perturbações na rede de distribuição, originadas sobretudo pela queda de árvores e de outros obstáculos sobre os condutores das linhas elétricas de alta, média e baixa tensão.

A EDP Distribuição respondeu de forma célere procurando efetuar a reposição do fornecimento de energia elétrica aos clientes no menor espaço de tempo possível, recorrendo à instalação de inúmeros grupos eletrogéneos, centrais MT/BT móveis e de outras unidades de socorro. De realçar o forte envolvimento de meios humanos, internos e dos prestadores de serviço, que vestiram a camisola EDP e, apesar do grande esforço e sacrifício, fizeram um trabalho irrepreensível.

RISCOS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE

A atividade de distribuição de energia elétrica e, consequentemente, os proveitos dela resultante, é naturalmente afetada pelo desempenho da atividade económica do país, pelo que o atual clima de diminuição desta atividade e de incerteza quanto à sua evolução futura, tem repercussões nos resultados da Empresa, associados ao maior ou menor volume da energia distribuída e ao número de clientes, difíceis de prever e quantificar com uma aproximação confortável.

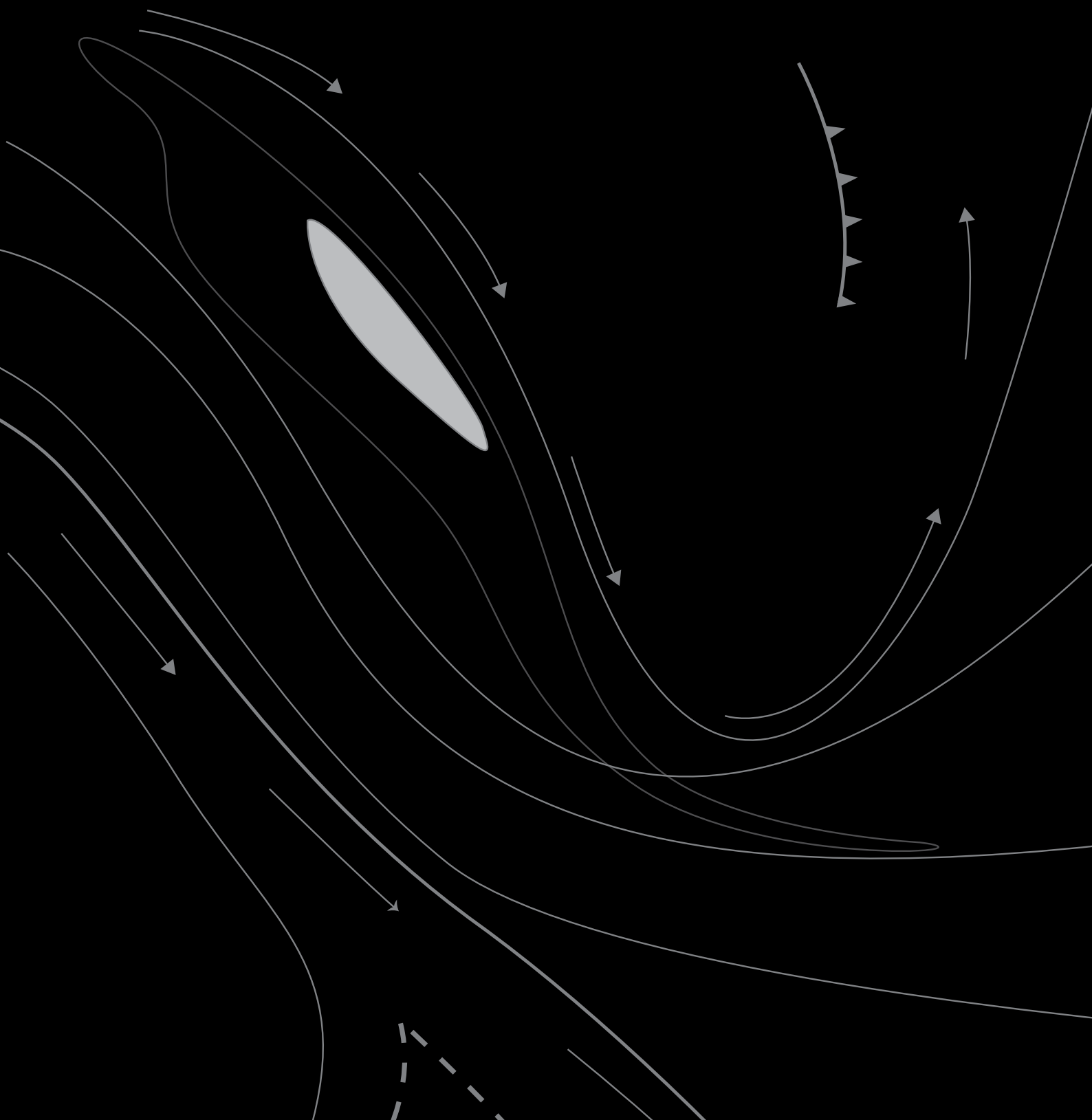
Um desvio de 1% nas quantidades totais de energia distribuída em Alta, Média e Baixa tensões e no número médio de clientes, tem um impacto próximo de 1,5 e de 1,3 milhões de euros respetivamente nos proveitos resultantes desta atividade, podendo variar em função da estrutura da energia entregue por nível de tensão.

Apesar do ativo corrente ser inferior ao passivo corrente, o Conselho de Administração considera não existir um efetivo risco de liquidez na empresa, derivado do facto desta estar inserida no Grupo EDP, tendo por esse meio suporte do seu acionista e acesso a fontes de financiamento para suprir as suas necessidades correntes se tal se revelar necessário.



ATIVIDADE OPERACIONAL E COMERCIAL

energia distribuída	22
clientes	25
faixas de proteção e rede secundária de faixa de gestão de combustível	26

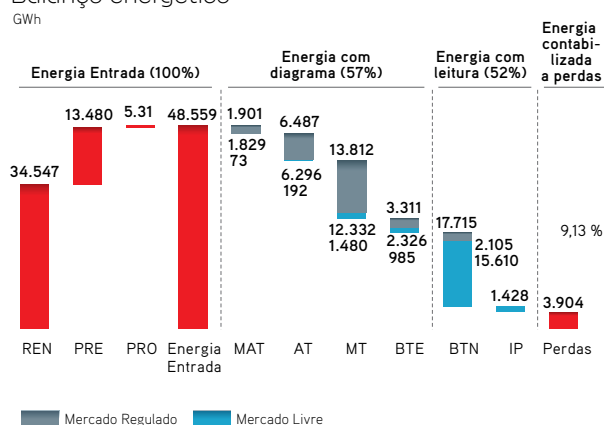


ATIVIDADE OPERACIONAL E COMERCIAL

ENERGIA DISTRIBUÍDA

A energia entrada na Rede de Distribuição no ano de 2012 para satisfazer a procura de energia elétrica no Mercado Regulado (MR) e no Mercado Livre (ML), no valor de 48,6 TWh, registou um decréscimo de 2,8% relativamente ao ano de 2011. Esta tendência de redução já se verificou no ano passado (-3,2%), e é reflexo da situação económica que o país atravessa.

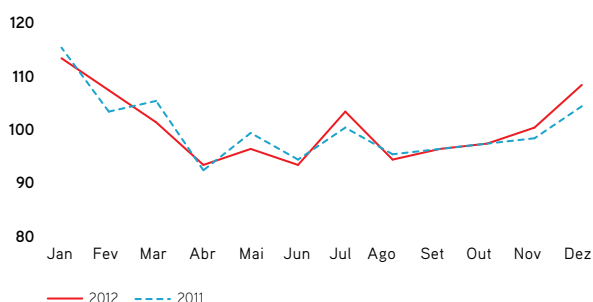
Balço energético



Ao longo do ano, verifica-se que o consumo revela uma amplitude de aproximadamente 20%. A análise trimestral permite constatar que no primeiro trimestre, o consumo pode superar a média mensal em aproximadamente 13%.

ENERGIA DISTRIBUÍDA MENSAL

base 100 = média mensal



A energia saída da Rede para alimentação dos consumos dos clientes, no valor de 44,7 TWh, teve um decréscimo de 4% comparativamente com o ano anterior, contribuindo com maior peso para esta redução os níveis de tensão mais baixos, principalmente a Baixa Tensão (BT) em que se verificou um decréscimo de 6,3%. Na Média Tensão (MT), a redução foi mais modesta no valor de 3,4%. A análise anterior para o nível de tensão BT incluiu os consumos em Iluminação Pública (IP), cujo decréscimo foi de 7,5%, o que já reflete as novas políticas e tecnologias aplicadas que contribuem para uma redução do consumo.

O Balço de Energia Elétrica está representado nas duas tabelas seguintes.

BALÇO DE ENERGIA ELÉCTRICA

GWh	2011	2012	Var.
Energia Entrada na Rede de Distribuição⁽¹⁾	49 972	48 559	-2,8%
Energia Saída da Rede de Distribuição	46 508	44 655	-4,0%
Perdas da Distribuição	3 464	3 904	12,7%
Distribuição de Energia⁽²⁾	46 508	44 655	-4,0%
Muito Alta Tensão	1 775	1 901	7,1%
Alta Tensão	6 462	6 488	0,4%
Média Tensão	14 305	13 812	-3,4%
Baixa Tensão Especial	3 522	3 312	-6,0%
Baixa Tensão	18 900	17 714	-6,3%
Iluminação Pública	1 544	1 428	-7,5%

(1) Inclui consumos MAT
(2) Inclui perdas

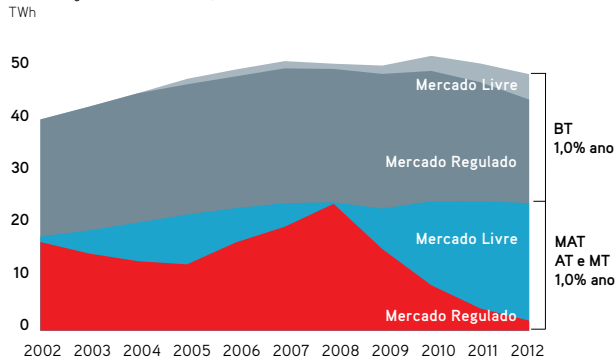
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

GWh	2011	2012	Var.
Distribuição de Energia ao Mercado Regulado	24 579	19 767	-19,6%
Muito Alta Tensão	266	73	-72,7%
Alta Tensão	1 008	192	-81,0%
Média Tensão	2 595	1 480	-43,0%
Baixa Tensão Especial	1 615	985	-39,0%
Baixa Tensão	17 551	15 609	-11,1%
Iluminação Pública	1 544	1 428	-7,5%
Distribuição de Energia ao Mercado Livre	21 930	24 887	13,5%
Muito Alta Tensão	1 508	1 828	21,2%
Alta Tensão	5 455	6 296	15,4%
Média Tensão	11 711	12 332	5,3%
Baixa Tensão Especial	1 907	2 326	22,0%
Baixa Tensão	1 349	2 105	56,0%

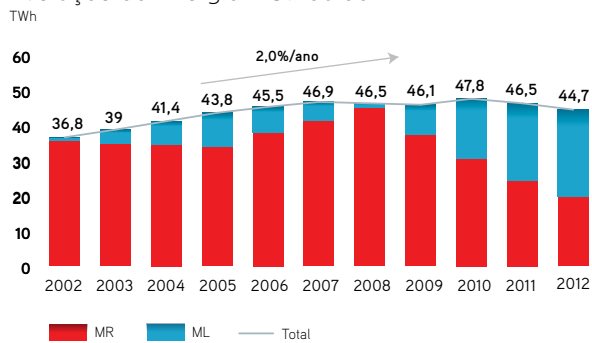
A distribuição do consumo pelos dois mercados, Mercado Regulado (MR) e Mercado Livre (ML), mantém a mesma tendência verificada nos últimos anos com um aumento visível do consumo no ML por contrapartida do consumo no MR, prevendo-se que esta tendência se incremente significativamente no próximo ano com a migração dos clientes de Baixa Tensão Normal (BTN) para o ML de acordo com o estabelecido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). No final deste ano, os consumos dos clientes deste mercado representavam 44,3% do consumo total.

A evolução do consumo de energia elétrica nos últimos anos, desagregada por mercados está representada no gráfico seguinte, sendo visível os momentos diferentes em que a liberalização do mercado de energia elétrica foi sucessivamente sendo lançado.

Evolução da Energia Distribuída

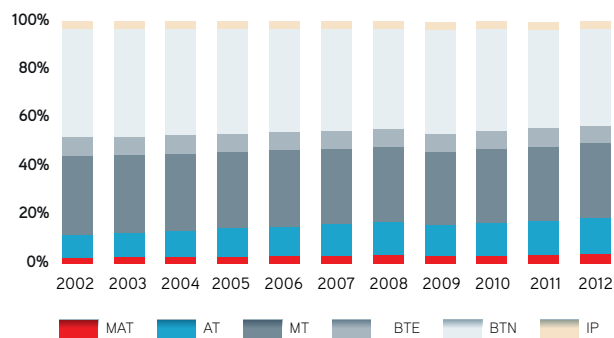


Evolução da Energia Distribuída



A estrutura dos consumos por nível de tensão mantém praticamente constante ao longo dos últimos anos, sendo as entregas em Baixa Tensão Normal (BTN) predominantes com um peso de 40% do total da energia distribuída, logo seguida da Média Tensão (MT) com um peso de 31%.

Estrutura por Níveis de Tensão

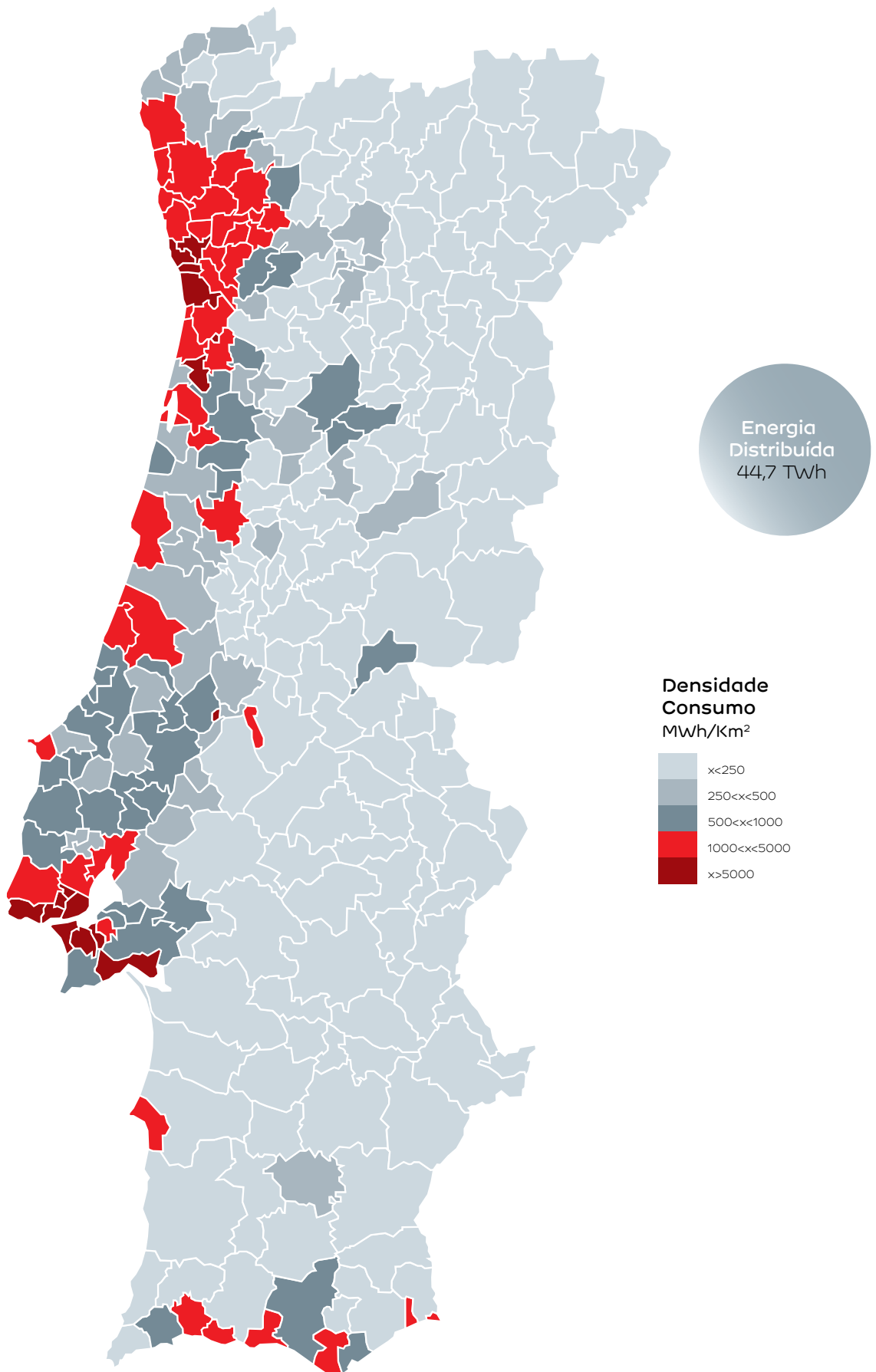


A repartição do número da energia distribuída em função do setor de atividade económica é a seguinte.



A distribuição regional em Portugal Continental dos níveis de procura da energia elétrica, representada pela densidade dos consumos em cada município, está representada no mapa seguinte, mantendo-se a grande concentração dos consumos no litoral do país e nas periferias das grandes cidades.

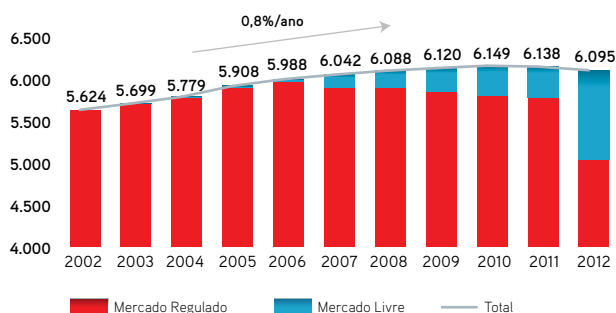
DENSIDADE DO CONSUMO DE ENERGIA



CLIENTES

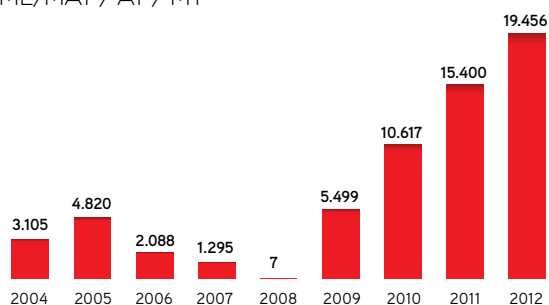
Paralelamente com a evolução verificada nos consumos de energia elétrica, também a evolução verificada no número de clientes é negativa, verificando-se uma redução em 2012 de 0,7% comparativamente com o ano de 2011. Esta redução tem origem nos clientes de Baixa Tensão Normal (BTN) e Baixa Tensão Especial (BTE) com 0,8% e 1,0% respetivamente de decréscimo. Nos restantes níveis de tensão verificam-se aumentos pouco significativos à exceção do verificado na Muito Alta Tensão (MAT) cuja evolução foi de +3,1%.

Evolução do Número de Clientes
milhares

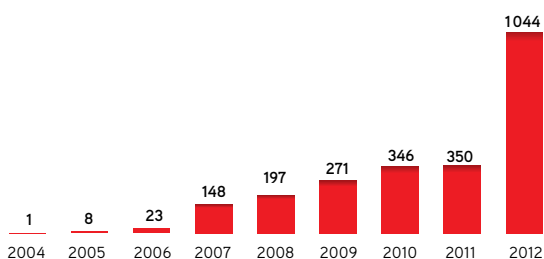


O movimento de migração dos clientes do Mercado Regulado (MR) para o Mercado Livre (ML) acentuou-se significativamente neste ano, e reside principalmente no universo dos clientes de Baixa Tensão Normal (BTN) como resultado do estipulado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em que, com início em junho 2012 e com conclusão em dezembro de 2015, todos os clientes deste nível de tensão deverão escolher um comercializador e abandonar o MR. Este movimento de migração é bem visível nos gráficos seguintes.

Evolução do Número Total de Clientes
ML/MAT / AT / MT



Evolução do Número Total de Clientes ML/BT
Milhares



É o seguinte o número de clientes em 2012 por nível de tensão e por mercados:

NÚMERO DE CLIENTES NO FINAL DO ANO

	MR	ML	Total
MAT (Muito Alta Tensão)	1	66	67
AT (Alta Tensão)	22	253	275
MT (Média Tensão)	4 401	19 137	23 538
BTE (Baixa Tensão Especial)	9 661	23 824	33 485
BTN (Baixa Tensão Normal)	4 958 852	1 020 603	5 979 455
IP (Iluminação Pública)	58 386	0	58 386
Total	5 031 323	1 063 883	6 095 206

O bom relacionamento com os clientes continuou a ser uma preocupação constante da EDP Distribuição, como objetivo de garantir a respetiva satisfação com o serviço prestado. Pela equipa de gestores de Clientes, mantiveram-se os contactos regulares, de modo presencial, com os clientes de Muito Alta, Alta, Média tensões e alguns de Baixa Tensão Especial, assim como com entidades representativas de empresas e clientes, pretendendo apresentar as melhores soluções e facilitar a resolução dos problemas que se colocam quer em termos de ligação à Rede, quer na mitigação dos impactos provocados pelas perturbações registadas nessa mesma Rede. Neste âmbito, foram realizadas 6 355 visitas durante o ano.

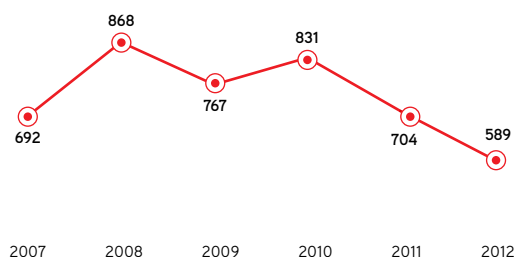
Face às diversas alterações verificadas na regulamentação vigente, houve a necessidade de adaptar métodos e processos às novas realidades e dar formação aos colaboradores, procurando sempre melhorar a comunicação entre os interessados e dotar a Empresa dos meios capazes de responder aos novos desafios, recorrendo, sempre que possível e justificado, a processos automáticos através do desenvolvimento de sistemas informáticos, abandonando-se assim um significativo conjunto de atuações e controlos manuais.

Neste âmbito assume particular relevância, o relacionamento com os pequenos produtores de energia elétrica ligados à Rede de Distribuição, considerando a sua importância para o setor elétrico e economia nacional, assim como das particularidades técnicas durante a fase de ligação à Rede e durante o decurso da vida ativa deste tipo de instalações.

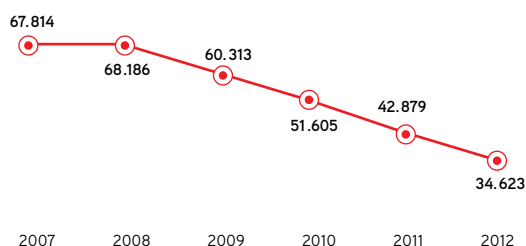
A atividade operacional associada ao relacionamento direto com o cliente, decorrente das leituras presenciais dos contadores, das operações de novas ligações, de corte e religação e da resolução de incidentes diversos, mobiliza recursos humanos, técnicos e financeiros significativos. Implica num grande número de deslocações e de aplicação de meios técnicos pelos Prestadores de Serviços Externos (PSE) e, também, por colaboradores da Empresa. A maior eficácia e eficiência desta atividade, a resolução dos novos desafios estabelecidos e a recolha e registo de mais e melhor informação, têm sido objeto de grande atenção no desenvolvimento e melhoramento de processos, quer internos quer de relacionamento com os PSE, reduzindo assim o grande esforço operacional e os recursos financeiros envolvidos.

A evolução número de novas ligações em MT e BT mantém a mesma tendência de redução verificada nos anos anteriores, denotando os efeitos associados às difíceis condições económicas do país em geral.

Novas Ligações MT (realizadas)

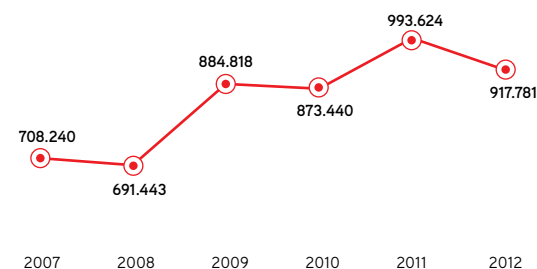


Novas Ligações BT (realizadas)



A evolução do número de intervenções para corte e religação de instalações e do número de leituras realizadas está representada no gráfico seguinte.

Ordens de Serviço de Corte* (realizadas)



*Inclui cortes e religações e revisões de corte

A evolução do número de leituras está de acordo com as recentes determinações regulamentares que alteraram a periodicidade desse número, relativamente aos circuitos de Iluminação Pública e dos clientes de Baixa Tensão Normal (BTN), de seis para três meses.

FAIXAS DE PROTEÇÃO E REDE SECUNDÁRIA DE FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

Em Portugal a área ocupada por floresta corresponde a cerca de 39 % do território, pelo que uma grande percentagem de rede aérea AT/MT cruza zona florestal. Dos aproximadamente 83.500 km de rede de alta e média tensão (AT/MT), cerca de 67.000 km são em traçado aéreo e destes, 26.000 km estão estabelecidos em zona florestal.

Como operador de rede, a EDP Distribuição obriga-se a manter e gerir estes ativos técnicos garantindo o cumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, no integral cumprimento do DR 1/92 de 18 de Fevereiro – Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta e Média Tensão (RSLEAT).

A Empresa procede à monitorização da condição técnica da Rede Aérea AT/MT através da realização de inspeções visuais, termográficas e com medição de distâncias (por laser) dos condutores aos obstáculos (edifícios, árvores, ...), sobretudo por via aérea através de helicóptero. Em função da avaliação efetuada, a EDPD estabelece planos de manutenção com o intuito de assegurar a boa exploração da rede, nomeadamente, garantindo as distâncias regulamentares dos condutores às árvores.

Anualmente a EDP Distribuição efetua ações de manutenção da faixa de proteção em aproximadamente 7.000 km de rede aérea AT/MT (≈27% da rede AT/MT estabelecida em zona Florestal).

É também responsável pela gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10m (Linhas Aéreas de Alta Tensão) e 7m (Linhas Aéreas de Média Tensão) para cada um dos lados, nos troços de rede que integrem as Redes Secundárias de Faixa de Gestão de Combustível e de acordo com o definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Anualmente, a Empresa procede à constituição de 2.730 ha de Rede Secundária de Faixa de Gestão de Combustível (RSFGC), cumprindo integralmente com o definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Em consonância com as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e em perfeita articulação com os Gabinetes Técnicos Florestais dos respetivos Municípios, estabeleceu-se um período médio de 4 anos para se proceder à reconstituição da RSFGC, não impeditivo de se poderem efetuar intervenções pontuais, com uma outra periodicidade, sempre que tal se justifique. Em 2012 procedeu-se à reconstituição de 2.347 ha de RSFGC.

: atividade operacional e comercial :

Tipo de Intervenção	2009		2010		2011		2012		Total (2009-2012)	
	km	k€	km	k€	km	k€	km	k€	km	k€
Manutenção de Faixas de Protecção	4 348	1 188	4 031	1 856	5 994	2 764	5 632	2 635	20 005	8 443
Constituição/reconstituição de RSFGC	1 517	2 422	2 060	3 140	1 706	2 565	2 657	3 469	7 940	11 597
Total	5 865	3 610	6 091	4 996	7 700	5 330	8 288	6 104	27 945	20 039

De 2009 a 2012 foi feita a manutenção a mais de 20.000 km de faixas de proteção (FP) de linhas aéreas de alta e média tensão. No mesmo período foram constituídos quase 6.500 km (10.920 ha) e reconstituídos mais de 1.400 km (2.350 ha) de estruturas da rede secundária de faixas de gestão de combustível (RSFGC).

Perante condições normais, as atividades referidas, têm-se revelado muito positivas para o bom desempenho da rede,

contribuindo para a diminuição sustentável dos índices de Qualidade de Serviço. Contudo, perante condições atmosféricas extremamente adversas, importa prosseguir o esforço de melhoria de forma a conferir às redes aéreas níveis de resiliência crescentes. A EDP Distribuição irá encetar contactos com os reguladores, na procura de melhores soluções com o objetivo de se mitigarem ainda mais os riscos associados a condições meteorológicas adversas.





INVESTIMENTOS

ativos da rede	31
microprodução	32
ligação de produtores em regime especial (PRE)	33

INVESTIMENTOS

As obras de investimento desenvolvidas pela EDP distribuição e a política de investimento seguida na Empresa, têm como objetivo garantir a satisfação da procura de energia elétrica atual e previsível em condições técnicas adequadas e de acordo com as exigências regulamentares, nomeadamente em termos de qualidade de serviço, procurando simultaneamente o aumento da eficiência da Rede e o retorno dos investimentos realizados, tendo sempre presente o fator de preservação do ambiente.

Em função da respetiva motivação principal, as obras de investimento são classificadas na Empresa do seguinte modo:

- Investimento Obrigatório, inerentes à ligação de novos clientes e produtores e ao cumprimento das disposições legais estabelecidas nos contratos de concessão com os municípios;
- Investimento de Iniciativa da Empresa, associadas à manutenção e melhoria das condições de funcionamento da Rede, incluindo, por exemplo, aumentos de capacidade existente, reabilitação de instalações desadaptadas face às atuais exigências técnicas, instalação de telecomandos na Rede MT.

Este tipo de obras obedece a um planeamento cuidadoso, realizado todos os anos, que exige um conhecimento grande da rede atual, dos seus pontos com maior carência de condições técnicas de satisfação das condições de qualidade e regulamentares, da previsão e/ou conhecimento de desenvolvimentos futuros em termos de procura de energia e potência a instalar e, de grande importância, o conhecimento do estado dos ativos cujo envelhecimento natural constitui um fator de possíveis futuros problemas na exploração da Rede.

Como detentora da concessão da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade em Média e Alta Tensão em Portugal Continental e das Redes de Distribuição em Baixa Tensão em todos os municípios do país, a EDP Distribuição está obrigada a realizar de dois em dois anos o Plano de Desenvolvimento e Investimento quinquenal da Rede de Distribuição (PDIRD), conforme estabelecido em legislação publicada em 2012, o qual deve estar coordenado com o planeamento da Rede de Transporte e tendo por base a caracterização técnica da Rede e da oferta e procura atuais e previstas. Este Plano é enviado, cada ano par, de acordo com legislação, à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) para apreciação, que por sua vez o remete à ERSE após eventuais alterações, a qual a submete a consulta pública. No fim do processo, o Plano é sujeito a aprovação pelo Governo.

No PDIRD 2012 – 2016 estabeleceu-se uma estratégia para a melhoria da qualidade de serviço técnica incidindo na redução das assimetrias verificadas entre regiões, e conferiu-se especial atenção à melhoria da eficiência da Rede com a criação de um programa específico para redução complementar da energia de perdas.

No mesmo âmbito de melhoria da qualidade de serviço técnica, manteve-se o esforço de dotar a Rede com mais e melhores sistemas que promovam a respetiva automação, quer por atuação no Telecomando da Rede MT em que se instalaram 1 100 novos pontos de automação, quer por atuação em equipamentos instalados, ou a instalar, em outros tipos de instalações, nomeadamente subestações.

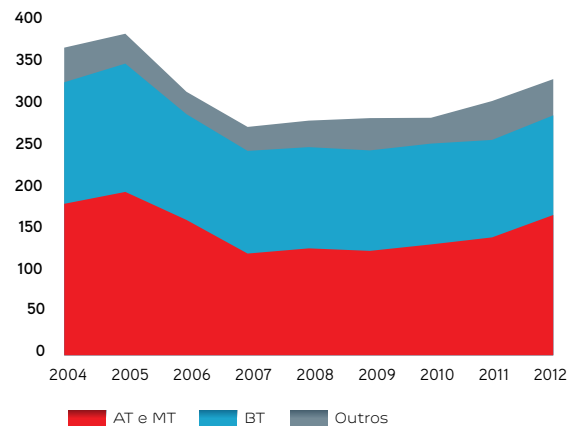
Este crescimento da inteligência instalada na Rede, obrigou à tomada de medidas com o objetivo de obviar as respetivas vulnerabilidades em termos de segurança. Para o efeito, foi concluído o Projeto de Ciber-Segurança tendo-se iniciado o respetivo funcionamento do seu Centro de Gestão de Eventos de Segurança (SIEM – Security Information Event Manager).

De acordo com a legislação em vigor, prevê-se um crescimento do número de Produtores em Regime Especial (PRE) a ligar à Rede nos próximos anos. Para estes casos, as redes de distribuição estão preparadas para e com capacidade suficiente para satisfazer a maioria dos pedidos conhecidos. Nos casos em que tal situação não se verifica, estão previstos os projetos necessários para permitir essas ligações. É, no entanto, sempre necessária uma análise individual.

A EDP Distribuição está ciente do crescente incremento da microprodução e da miniprodução, pelo que os seus planos de investimento plurianuais integram as necessárias atuações na Rede de Baixa Tensão para fazer face às novas exigências que aqueles produtores induzem na respetiva exploração. O Projeto InovGrid está associado a esta problemática.

No gráfico seguinte está representada a evolução do investimento feito nos últimos anos, onde estão patentes os resultados da adoção de políticas de investimento conducentes a uma maior eficácia da Rede, principalmente face aos bons indicadores atuais que medem a qualidade de serviço.

Investimento a custos técnicos (preços correntes)
milhões de euros



ATIVOS DA REDE

O Quadro seguinte dá-nos a indicação da quantidade dos ativos da Rede em serviço no final do ano.

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EM SERVIÇO

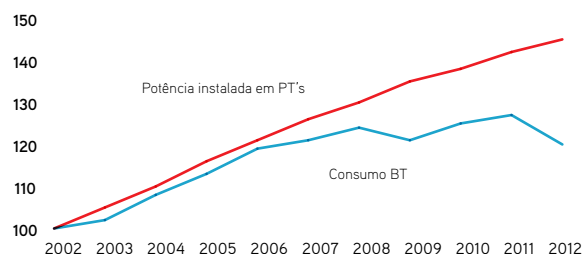
RUBRICA	Unid	2012
		No Final do Ano
Subestações		
Unidades	nº	414
Transformadores	nº	726
Potência instalada	MVA	17047
Linhas (inclui ramais)		
	km	83 319
Aéreas	km	66777
AT (60/132 kV)	km	8625
MT (6/10/15/30 kV)	km	58152
Cabos Subterrâneos	km	16542
AT (60/132 kV)	km	515
MT (6/10/15/30 kV)	km	16027
Postos de Transformação		
Unidades	nº	65 151
Potência instalada	MVA	19610
Redes BT (km)		
	km	140 415
Aéreas	km	107516
Subterrâneas	km	32899

O esforço de otimização da Rede de Distribuição que se tem verificado na Empresa, através das políticas de investimento e de manutenção adotados com o objetivo de garantir a satisfação da procura de energia elétrica com cada vez melhor eficiência, qualidade de serviço e acompanhando e respondendo às recentes exigências em termos de inteligência na sua operacionalidade e resposta às exigências do mercado, levou a uma evolução dos seus ativos consistente com a evolução dessa procura de energia elétrica, só prejudicada nos últimos anos pela evolução dos consumos que sofreram significativas reduções.

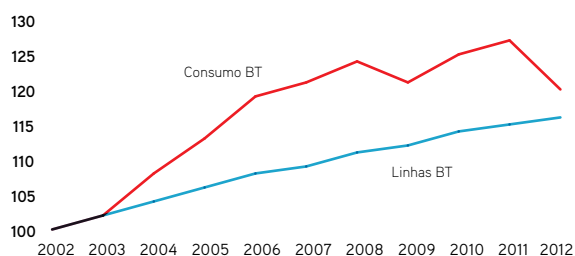
A representação gráfica seguinte mostra a correlação existente nos últimos anos entre os ativos da Rede e os consumos de energia nas diversas tensões que estão associadas e esses ativos, sendo patente o efeito da redução dos consumos.

EVOLUÇÃO DA ENERGIA TRANSITADA NA REDE E DOS EQUIPAMENTOS (ÍNDICES: 20012= 100)

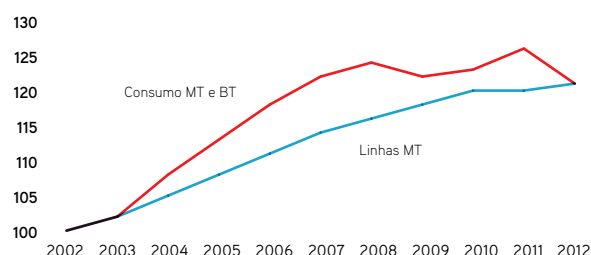
Potência em Postos de Transformação



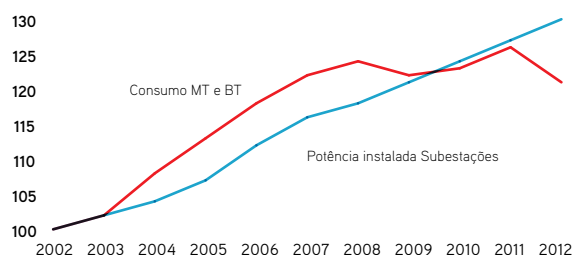
Rede de Baixa Tensão



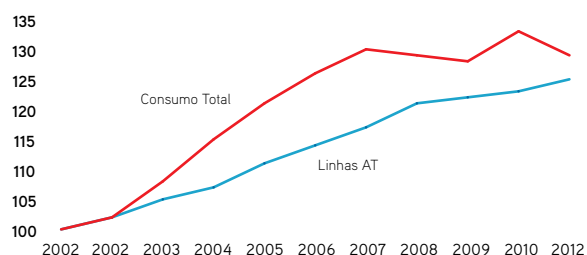
Rede de Média Tensão



Potência em Subestações

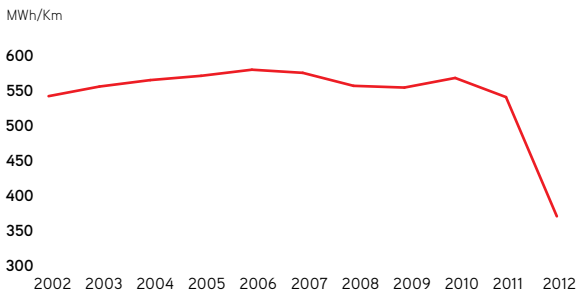


Rede de Alta Tensão

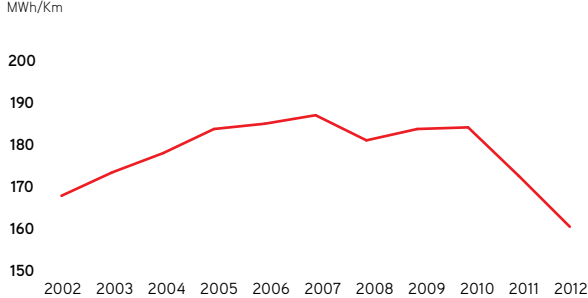


Uma análise semelhante aplica-se à evolução dos índices que medem a utilização das redes de Média e Baixa tensões, assim como das subestações e postos de transformação como se pode ver na representação gráfica seguinte.

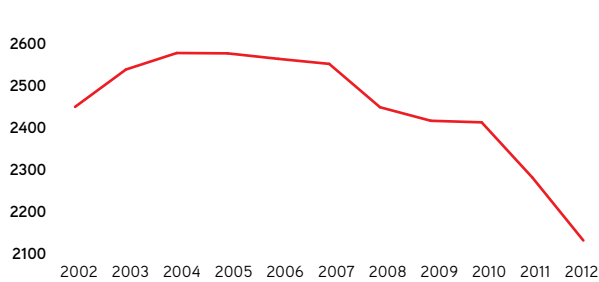
Utilização da Rede de MT



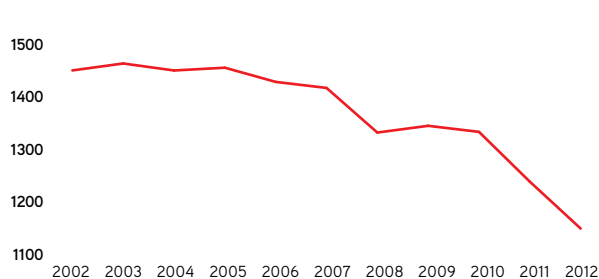
Utilização da Rede de BT



Utilização das Subestações (Consumo MT + BT / Potência Instalada)



Utilização dos Postos de Transformação (Consumo BT / Potência Instalada)



No âmbito da atividade de proteção, comando e controlo de instalações, prosseguiu o investimento no desenvolvimento do telecomando da Rede de Média Tensão com o estudo de novas localizações ideais para montagem de novos equipamentos e com a concretização da respetiva montagem. Prosseguiu também

a montagem e modernização de novos sistemas de Proteção, Comando e Controlo (SPCC) em instalações.

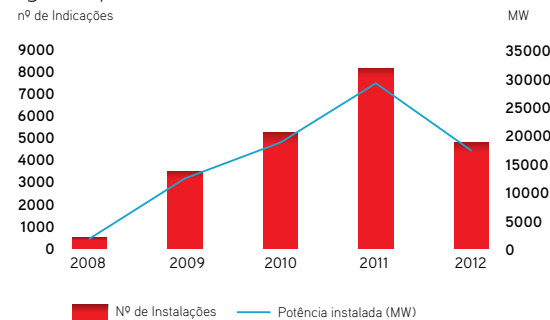
MICROPRODUÇÃO

As instalações de microprodução são unidade de produção de energia elétrica caracterizadas por terem baixas potências instaladas e de serem ligadas à Rede de Baixa Tensão. As respetivas condições de instalação, licenciamento e relacionamento comercial para a ligação à Rede estão definidas por normativos específicos regulamentados pelo Dec-Lei nº 363/2007.

Como resultado desta política, tem-se verificado nos últimos anos um número significativo de novas instalações deste tipo ligadas à Rede. Durante o ano de 2012, foram ligadas 4 787 novos clientes (8 136 em 2011), com uma potência de 17 MW (29 MW em 2011), existindo, no final do ano 22 114 microprodutores em exploração com uma potência total instalada de 79 MW, predominando o tipo de produção fotovoltaico seguido do eólico.

A evolução do número e potências instaladas deste tipo de instalações ligadas nos últimos anos está patente no Gráfico seguinte.

Número de Instalações de Microprodução ligadas por ano



MINIPRODUÇÃO

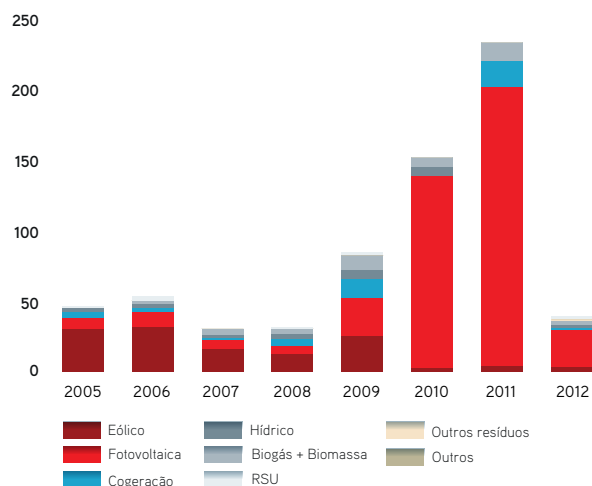
Em 2012 já se verificou uma atividade significativa de ligação de miniprodutores à Rede, com a ligação de 442 novos clientes com a potência de 21 MW. Em 2011 tinham sido ligados os primeiros 2 clientes com uma potência de 0,035 MW. O tipo de produção destas novas instalações é o solar, verificando-se um único produtor baseado na produção através do biogás.

A ligação destas instalações enquadra-se na Estratégia Nacional para a Energia (ENE2020) e está regulamentada pelo Dec.-Lei nº 34/2011 de 8 de Março. É um regime de produção descentralizada que complementa o regime estabelecido para a microprodução na expectativa de aproveitar o sucesso verificado com este regime desde que foi implementado. Estas instalações caracterizam-se por ter como limite à potência instalada de ligação à Rede o valor de 250 kW e se basearem, individualmente, num único tipo de produção.

LIGAÇÃO DE PRODUTORES EM RÉGIME ESPECIAL (PRE)

Verificou-se no ano uma redução significativa no número de PRE ligados à Rede, patente no gráfico seguinte com a evolução do número de novas instalações desde 2005.

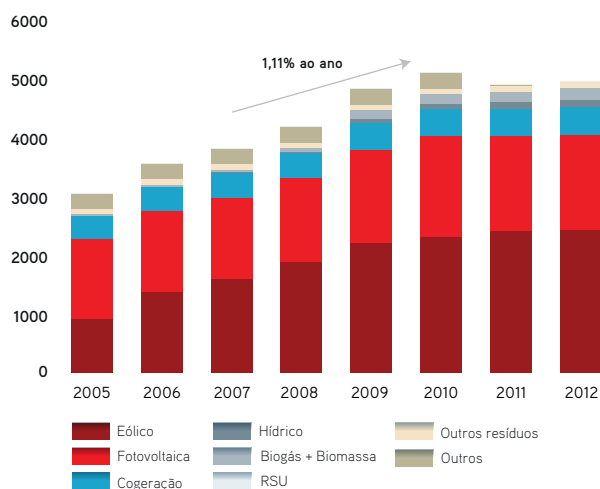
Número de Instalações de PRE's ligados por ano
Por tipo de Produção



O número de novas instalações ligadas foi de 38 (215 no ano anterior), com uma potência instalada de 63,6 MVA (244.2 MVA em 2011). O tipo de produção ligado no ano predominante é o fotovoltaico, caracterizado por potências unitárias mais baixas.

No final do ano, estavam ligados à rede de distribuição 998 (956 em 2011) instalações de PRE's, com 4 156 MVA (5 323 MVA em 2011) de potência instalada. No total das instalações ligadas, predominam a de tipo de produção eólica.

Potência total de PRE's instalada por ano
Por tipo de Produção
potência instalada em MVA







QUALIDADE DE SERVIÇO

qualidade de serviço comercial	36
qualidade de serviço técnica	36

QUALIDADE DE SERVIÇO

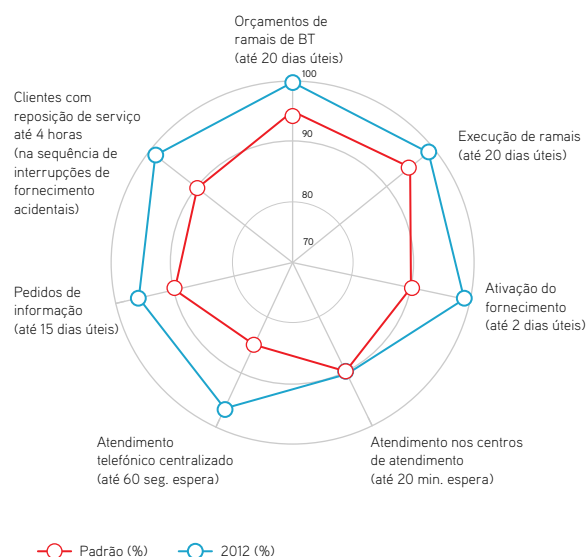
QUALIDADE DE SERVIÇO COMERCIAL

Em termos de qualidade de serviço comercial prestada aos utilizadores da Rede de Distribuição, continuou a registar-se um desempenho digno de nota, verificando-se o cumprimento dos sete padrões gerais estabelecidos no Regulamento de Qualidade de Serviço (RQS) conforme indicado nos Quadro e Gráfico seguintes.

EDP DISTRIBUIÇÃO - INDICADORES GERAIS DO RELACIONAMENTO COMERCIAL

	Padrão (%)	2012(%)
Orçamentos de ramais de BT (até 20 dias úteis)	95	99,8
Execução de ramais (até 20 dias úteis)	95	98,9
Ativações do fornecimento (até 2 dias úteis)	90	99,0
Atendimento nos centros de atendimento (até 20 min. espera)	90	90,5
Atendimento telefónico centralizado (até 60 seg. espera)	85	96,6
Pedidos de informação (até 15 dias úteis)	90	96,1
Cientes com reposição de serviço até 4 horas (na sequência de interrupções de fornecimento acidentais)	90	98,8

Indicadores Gerais de Qualidade de Serviço Comercial



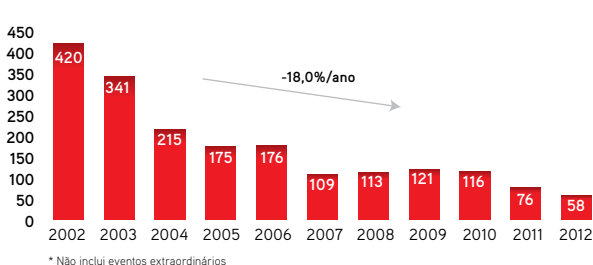
QUALIDADE DE SERVIÇO TÉCNICA

As políticas de investimento implementadas nos últimos anos, simultaneamente com um crescente investimento em automação da rede, e a implementação de novos processos na área da manutenção, têm tido excelentes resultados na evolução dos indicadores que medem a qualidade técnica de serviço, nomeadamente no Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (TIEPI) que regista no ano, em termos globais, 58 minutos. Este valor corresponde a uma melhoria relativamente ao ano anterior, (76% em 2011).

A ocorrência de furtos e consequentes interrupções de serviço que se tem verificado nos últimos anos, teve um decréscimo (cerca de 14% relativamente a 2011) sendo ainda significativo neste ano muito devido também à degradação das condições socioeconómicas do país. Verificaram-se 4 550 furtos com incidência predominante ao nível das redes aéreas de baixa tensão (95%) e envolvendo postos de transformação cerca de 10% das ocorrências verificadas. Registrando-se também uma maior especialização dos autores contrariando os esforços feitos na dissuasão e proteção das instalações.

A evolução do TIEPI nos últimos anos apresenta uma redução sustentada, não havendo a registar no presente ano condições atmosféricas significativamente adversas.

Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada em Média Tensão - TIEPI

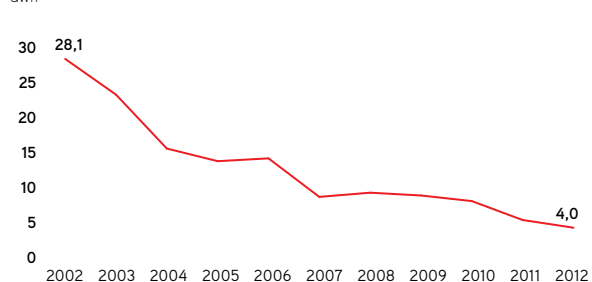


Os restantes indicadores gerais de qualidade de serviço, nomeadamente a energia não distribuída (END), a frequência média de interrupções do sistema (SAIFI), a duração média das interrupções do sistema (SAIDI) e o número de interrupções a clientes, acompanharam a evolução do TIEPI, refletindo também, à semelhança deste, as boas condições atmosféricas do presente ano.

O bom desempenho verificado, demonstrado por estes indicadores, só é possível com a permanente atenção que a Empresa presta a esta atividade, promovendo um conjunto de iniciativas na área comercial, internas e externas, e acompanhando e atuando em conformidade face às diversas alterações regulamentares verificadas. Neste âmbito, faz-se uma forte aposta na formação e divulgação de informação às estruturas da organização e aos colaboradores envolvidos nestas atividades, no sentido de melhor responderem aos novos desafios.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TIEPI MT (minutos)	420	341	215	175	176	109	113	121	116	75	58
END (GWh)	28,1	23,0	15,3	13,5	13,9	8,4	9,0	8,6	7,8	5,1	4,0
SAIFI MT (nº)	9,0	7,0	4,5	3,9	4,2	3,2	3,0	3,1	3,6	2,4	1,7
SAIDI MT (minutos)	596	490	310	248	263	170	167	186	189	126	87
SAIFI BT (nº)	7,6	6,2	4,0	3,6	3,7	2,8	3,0	3,5	4,0	2,5	1,9
SAIDI BT (minutos)	520	448	268	222	236	144	166	238	222	134	98

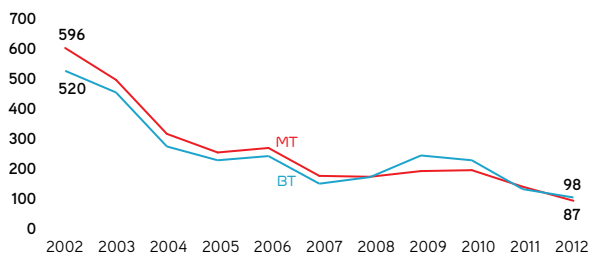
Energia não Distribuída
END
GWh



Em 2012 ficou concluído o projeto de concentração da operação da rede de distribuição em apenas dois locais: Lisboa - Palhavã e Porto - Edifício Boavista. O projeto de concentração da operação da rede da EDP Distribuição vinha sendo realizado desde o ano 2000, altura em que esta função estava dispersa por mais de 18 locais, e terminou com a transferência da operação da rede de Média e Baixa Tensão da região Mondego de Coimbra para o Porto.

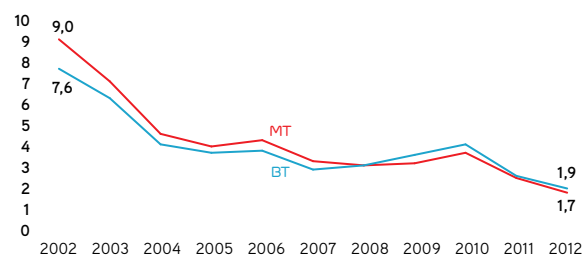
Com a conclusão deste projeto de concentração, foi também possível implementar em 2012 os esquemáticos digitais das redes de Alta e Média Tensão, eliminando os esquemáticos murais de papel, e renovar todos os equipamentos de visualização da rede, de que se destaca a instalação de novos Video Hall nas salas dos Despacho de Alta Tensão.

SAIDI MT e BT
Duração das Interrupções
minutos



A conclusão do projeto de concentração dos Centros de Condução da rede em apenas dois locais, permitiu ainda garantir que a operação da rede, em situações de contingência e por um período limitado, possa ser efetuada a partir de um único local (Lisboa ou Porto).

SAIFI MT e BT
Frequência das Interrupções
número







RECURSOS HUMANOS

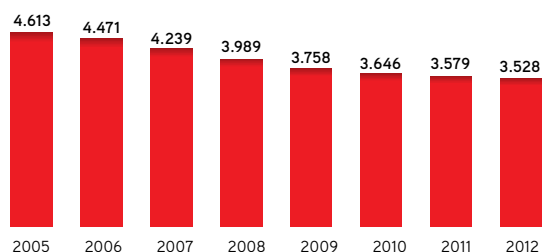
quadro de pessoal	40
programas e ações	40
formação profissional	41
prevenção, segurança e sinistralidade	41

RECURSOS HUMANOS

QUADRO DE PESSOAL

O número de colaboradores da EDP Distribuição em 31 de dezembro de 2012, era de 3 528 considerando também os que estão afetos à EDP Estudos e Consultoria.

Colaboradores em exercício



COLABORADORES EM EXERCÍCIO

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
4 613	4 471	4 239	3 989	3 758	3 646	3 579	3 528

Nota: inclui os colaboradores ativos da EDP Distribuição e outros colaboradores cedidos pela EDP Estudos e Consultoria

O saldo da movimentação líquida ocorrida em 2012, no que respeita a colaboradores no Ativo da EDP Distribuição, foi de menos 51 colaboradores do que os existentes em Dezembro de 2011.

Verificaram-se durante o ano alterações do nível de qualificação de 100 Colaboradores e promoveram-se, com o objetivo de concentração geográfica de recursos ou na sequência de ajustamentos organizativos, 69 movimentações com alteração de local de trabalho, estando associadas a 45 delas a atribuição de compensação.

PROGRAMAS E AÇÕES

À semelhança dos anos anteriores, prosseguiram diversas ações no âmbito da gestão e valorização dos colaboradores da Empresa. Entre estes destacam-se:

PLANO DE REJUVENESCIMENTO DE QUADROS SUPERIORES

REJUVENESCIMENTO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO



Realizaram-se 7 processos de recrutamento para a EDP Distribuição, tendo-se verificado 3 transferências entre outras empresas do Grupo EDP. No âmbito do processo de acolhimento e integração dos novos colaboradores, garantiu-se o acompanhamento de 30 Quadros Superiores e de 31 Técnicos.

PROGRAMA NAVEGAR



Com o objetivo de continuar a promover o desenvolvimento das pessoas, foi implementada a 4ª Edição deste Programa, dirigindo-se à mobilidade e polivalência dos Quadros Superiores. Esta edição prolongar-se-á até fevereiro de 2013, concretizando-se a rotação de 7 colaboradores para novas áreas de atividade.

PROGRAMA SEXTANTE



Realizou-se a 5ª Edição deste Programa de Mentoring, que tem como objetivo orientar e desenvolver jovens Quadros Superiores perfazendo 17 Mentorados.

PROGRAMA ARQUIMEDES



Ocorreu o encerramento da 6ª Edição deste Programa de Coaching, que pretende apoiar chefias recentes a desenvolver as suas competências de liderança, tendo contado com 5 Coachees.

PROGRAMA SER EQUIPA EDP

Foi implementada a 1ª Edição deste Programa, dirigido a Quadros Superiores sem função de chefia e em que participaram 21 colaboradores. Tem o objetivo de reforçar competências comportamentais, promover desempenhos mais eficientes e aumentar os níveis de motivação e satisfação, reforçando a cultura da Empresa.

PROGRAMA VALORIZAR A EXPERIÊNCIA

Este Programa é de âmbito corporativo e tem a finalidade de aproveitar a experiência e o saber acumulados dos colaboradores do Grupo EDP com mais de 30 anos de antiguidade de todas as funções e geografias. Durante o ano procedeu-se ao encerramento da 2ª Edição, onde participaram 149 colaboradores e iniciou-se a 3ª Edição com a identificação de 188 colaboradores e a realização de 5 sessões de sensibilização.

ENERGIZING DEVELOPMENT PROGRAM E EXECUTIVE DEVELOPMENT PROGRAM

Tiveram início na segunda metade do ano e desenvolvem-se no âmbito da Escola de Desenvolvimento de Diretivos. No primeiro Programa, decorreram os Níveis I e II em que foram integrados 21 jovens da Empresa no primeiro, e 26 Quadros Superiores que deram continuidade ao segundo o qual teve o seu começo em 2011. No segundo Programa, foram integradas 21 chefias.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito da formação profissional, concretizaram-se 15 598 participações em ações de formação, que se traduziram num total de 98 988 horas de formação com uma taxa de cobertura de 99%.

A formação profissional assenta no domínio e atualização dos conhecimentos e competências individuais dos colaboradores, como condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional, fundamental para a sustentação de uma organização empresarial inteligente, próspera e socialmente responsável.

O Plano de Formação esteve aderente aos conceitos “Execução”, “Simplicidade”, “Envolvimento” e “Inovação”, e a respetiva concretização assume um compromisso que assenta nos objetivos de desenvolvimento individual com a participação de todos na aquisição de competências e disponibilização de oportunidades e meios, na responsabilidade da organização garantindo disponibilidade no acesso à formação, no alinhamento com o negócio, na gestão do conhecimento e na partilha com a sociedade.

A formação técnica e organizacional teve um papel fulcral neste Plano de Formação, e manteve-se também a aposta no desenvolvimento dos conhecimentos e competências de gestão, com a participação de 6 colaboradores em cursos de Formação Avançada.

Na área da formação contínua, a EDP Distribuição foi a primeira empresa em Portugal a ser acreditada pela qualidade e compromisso dos seus programas e práticas de Desenvolvimento Profissional Contínuo para os seus Quadros Superiores, por um período de dois anos, certificado atribuído na sequência de uma auditoria realizada pela Ordem dos Engenheiros Portuguesa em colaboração com a Ordem dos Engenheiros da Irlanda.

PREVENÇÃO, SEGURANÇA, E SINISTRALIDADE

No ano de 2012, foram desenvolvidas diversas iniciativas destinadas a consolidar a organização de segurança integrada na EDP Distribuição, aprofundando o exercício da linha hierárquica na gestão da segurança e das relações de parceria, e o alinhamento com os prestadores de serviços externos na prossecução do objetivo “zero acidentes”.

Neste âmbito, deu-se início à atividade do Fórum de Segurança dos Parceiros com a realização de Encontros Locais de Segurança envolvendo todos os profissionais que operam na Rede de Distribuição, e a edição e distribuição de uma brochura com o título “Aprender Com os Acidentes da EDP Distribuição”. Operacionalizou-se ainda a campanha de prevenção “Risque os Riscos”, incrementaram-se as observações preventivas de

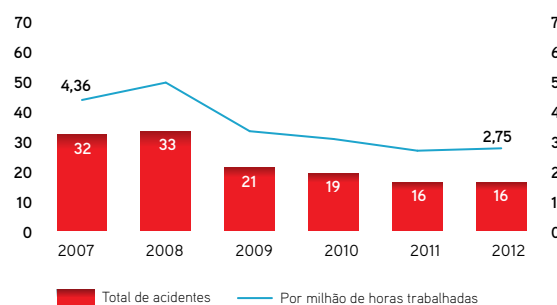
segurança e realizou-se o 3.º Encontro de Segurança da EDP Distribuição, onde foram partilhadas as práticas e projetos em curso, orientadas para a melhoria dos comportamentos e reforço da cultura de segurança.

Cumulativamente, prosseguiu a realização continuada de auditorias de segurança, ações de formação e sensibilização em segurança e o exercício da coordenação de segurança, em projeto e em obra.

Globalmente, realizaram-se 1 248 ações de formação e sensibilização que envolveram 11 643 participações e 33 105 horas, 2 037 auditorias de segurança e 1 499 observações preventivas de segurança.

Em matéria de sinistralidade, registaram-se 16 acidentes com baixa, nas atividades asseguradas por colaboradores internos, que representaram 2,75 acidentes por milhão de horas trabalhadas e ausências ao serviço de 268 dias por milhão de horas trabalhadas.

Número de Acidentes. Índices de Sinistralidade



Nas atividades realizadas por prestadores de serviços externos, registaram-se 33 acidentes com baixa, havendo a lamentar 4 vítimas mortais, que representaram 4,82 acidentes por milhão de horas trabalhadas e ausências ao serviço de 376 dias por milhão de horas trabalhadas.

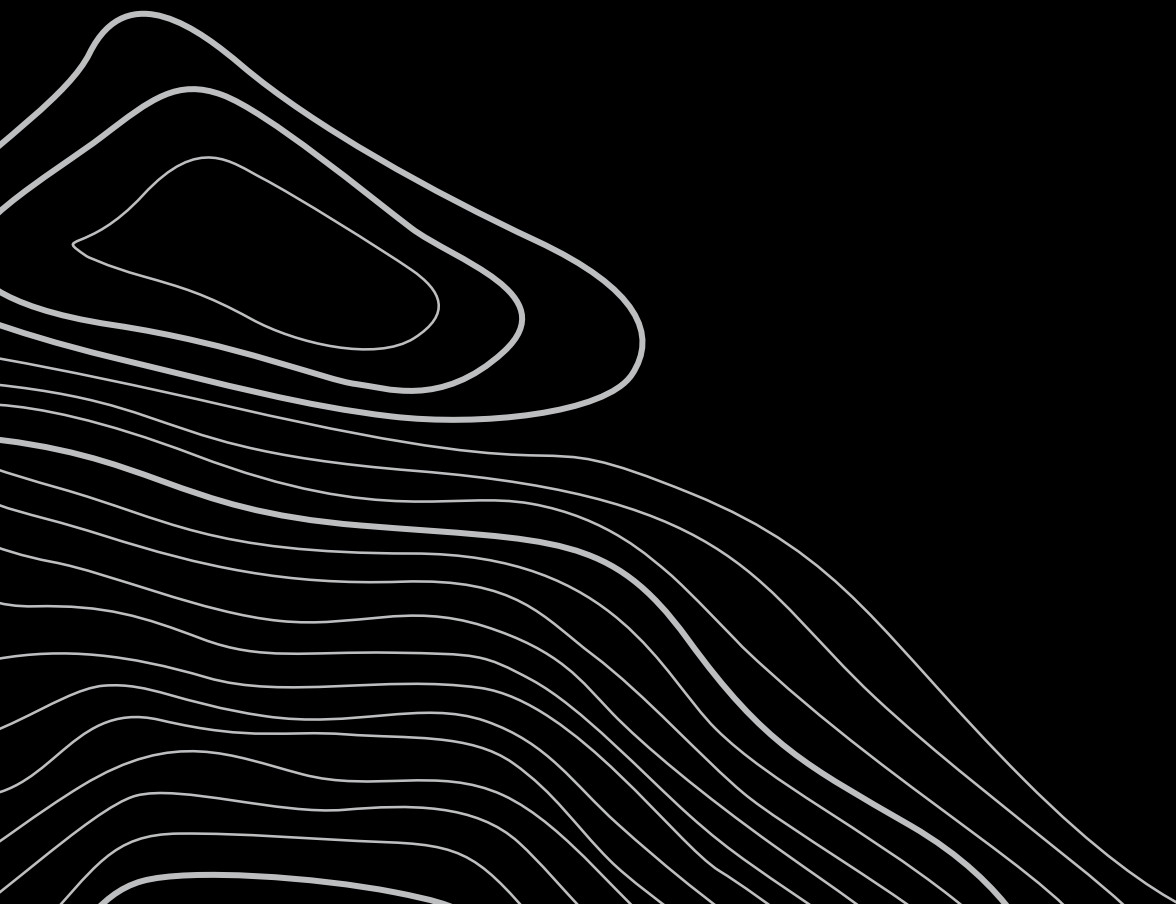
Todos os acidentes ocorridos foram objeto de investigação, visando a identificação das causas e a proposta de medidas de prevenção que evitem a sua repetição, e analisados nas reuniões da Comissão e Subcomissões de Segurança e do Fórum de Segurança dos Parceiros.

No que respeita aos acidentes mortais e graves com prestadores de serviços externos, os relatórios foram analisados mais aprofundadamente com as empresas envolvidas, com vista à tomada das medidas de prevenção propostas e a sua implementação objeto de acompanhamento continuado, com pontos de situação reportados mensalmente ao Conselho de Administração.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

demonstração da posição financeira	44
financiamento	44
demonstração de resultados	44
detalhe dos resultados operacionais brutos em 2012	45
Investimento	46



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA FINANCIAMENTO

O ano de 2012 foi marcado pela envolvente macroeconómica que se fez sentir nas operações da empresa, na evolução da energia distribuída e clientes, com o respetivo impacto nos resultados da empresa.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

No final do exercício, o ativo totalizou 4.992 milhões de euros, evidenciando um aumento de 6% face a dezembro de 2011:

Milhões de Euros	2012	2011	%Δ
ATIVO			
Ativos tangíveis e intangíveis	2 432	2 411	1%
Investimentos financeiros	105	105	0%
Ativos por Impostos diferidos	275	361	-24%
Clientes	614	659	-7%
Devedores e outros ativos *	1 546	1 169	32%
Inventários	20	24	-19%
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	-70%
Total	4 992	4 729	6%
CAPITAL PRÓPRIO	564	609	-7%
PASSIVO			
Dívida financeira*	2 340	2 041	15%
Benefícios aos empregados	1 206	1 227	-2%
Provisões para riscos e encargos	55	59	-6%
Credores e outros Passivos	827	793	4%
Total	4 992	4 729	6%

* Inclui Suprimentos concedidos à EDP SU (Ativo) e suprimentos contraídos junto da EDP S.A. (Passivo) no montante de 900 milhões de euros em 2012 e 600 milhões de euros em 2011.

Os Ativos tangíveis e intangíveis, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotado pela União Europeia, apresentam-se líquidos de Participações de Clientes e representam cerca de 50% do Ativo total.

A rubrica Devedores e outros ativos inclui suprimentos concedidos à EDP SU (Ativo), no montante de 900 milhões de euros em 2012 e 600 milhões de euros em 2011, para fazer face às necessidades de financiamento da EDP Serviço Universal. Este suprimento não tem impacto na EDP Distribuição uma vez que também está registado no Passivo (em Dívida Financeira) o suprimento contraído junto da EDP, SA.

O Capital Próprio reduz cerca de 46 milhões de euros devido à cobertura de variações negativas derivadas de responsabilidades atuariais e redução de 10 milhões de euros no Resultado Líquido em 2012 face a 2011. Foram pagos em 2011 dividendos no valor 305 M€ relativos ao ano 2010.

No Passivo observa-se um aumento de 263 milhões de euros que resulta maioritariamente do suprimento contraído junto da EDP,SA no montante de 300 milhões de euros. Excluindo os efeitos de financiamento à EDP SU (600 milhões de euros em 2011 e 900 milhões de euros em 2012) sem impacto na EDP Distribuição, o Passivo cresce 9 milhões de euros face a 2011, conforme referido anteriormente.

A evolução da dívida financeira líquida da EDP Distribuição em 2012 é evidenciada no quadro seguinte:

DÍVIDA LÍQUIDA

Milhões de euros	2011	2012	Δ Valor
Suprimentos (CP + MLP)	1 441	1 440	-1
Conta Corrente com EDP, SA	-52	219	271
Dívida Líquida *	1 389	1 659	270

* Dívida Líquida de suprimentos concedidos à EDP SU, 900 milhões de euros em 2012 e 600 milhões de euros em 2011

Verifica-se um aumento da Dívida Líquida de 270 milhões de euros face a 2011 resultante sobretudo, da necessidade de financiamento dos Ativos Regulatórios, a receber em 2014, que aumentaram significativamente face ao período homólogo.

Com referência a 31 de dezembro de 2012 a conta corrente com a EDP, S.A. apresenta um saldo credor no montante de 219 milhões de euros pelo que se encontra classificada no Passivo.

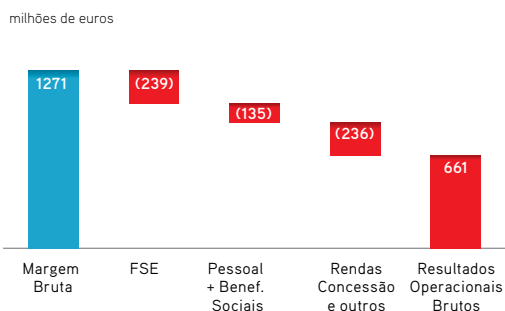
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Apresenta-se de seguida a Demonstração dos Resultados que reflete o aumento da atividade operacional no ano de 2012.

Milhões de Euros	2012	2011	ΔValor	%Δ
Margem Bruta	1 271	1 182	88	7%
Fornecimentos e serviços externos	239	234	5	2%
Custos com Pessoal e Benefícios aos Empregados	135	127	8	6%
Rendas das concessões	249	242	7	3%
Outros custos operacionais (líquidos)	-13	-61	48	-78%
Custos Operacionais	610	542	68	13%
Resultados Operacionais Brutos	661	641	20	3%
Provisões para riscos e encargos	3	3	0	-2%
Depreciações e Amortizações Líquidas	231	245	-14	-6%
Resultados Operacionais	427	393	34	9%
Resultados Financeiros	-124	-124	0	0%
Resultados antes de impostos	303	269	34	13%
IRC e Impostos diferidos	-90	-47	-43	90%
Resultado Líquido do Exercício	213	222	-9	-4%

Os Resultados Operacionais Brutos cresceram 3% face ao período homólogo de 2011 atingindo 661 milhões de euros em 2012.

DETALHE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS BRUTOS EM 2012



Como se pode observar pelo gráfico acima, os resultados operacionais resultam da Margem Bruta da empresa, de 1.271 milhões de euros e são consumidos pelos custos operacionais e rendas de concessão.

O crescimento da Margem Bruta resulta, principalmente do aumento do retorno sobre a Base de Ativos (de 8,56% para 10,05%) cujo efeito foi mitigado pela redução do consumo no período.

Os custos operacionais refletem:

- 239 milhões de euros de Fornecimentos e serviços externos, com aumento de 5 milhões de euros, sendo de destacar: o aumento de serviços ao cliente, nomeadamente alterações contratuais, alteração de potência, alteração de tarifa; aumento de custos com transportes em consequência do aumento significativo do preço dos combustíveis; aumento de custos com comunicações, em linha com o aumento de instalações em telecontagem; estes custos foram mitigados pela redução global de serviços prestados por terceiros; redução de serviços com tecnologias de informação refletindo maior racionalização destes serviços.

- 135 milhões de euros de Custos com Pessoal e Benefícios Sociais, que refletem: o efeito de redução de custos com colaboradores no ativo em resultado da diminuição de colaboradores nos últimos anos e uma atualização das responsabilidades com Fundo de Pensões e Atos Médicos inferior em 2012 face a 2011.
- 236 milhões de euros de Rendas de Concessão e Outros custos e proveitos operacionais, com a respetiva atualização do valor a pagar aos Municípios pela Concessão da rede de Baixa Tensão.

Em 2012 o Resultado Líquido alcançou os 213 milhões de euros, o que compara com 222 milhões de euros no ano anterior. Esta redução ficou a dever-se a efeitos extraordinários em Impostos em 2011.

O aumento do imposto sobre os lucros deveu-se ao aumento da taxa de imposto de 29% para 31,5%, com impacto positivo em 2011, por via do Ativo por imposto diferido e negativo em 2012, por via do aumento do imposto corrente do exercício.

INVESTIMENTO

O investimento a custos totais líquido de participações realizado pela EDP Distribuição ascendeu a 310 milhões de euros em 2012, ou seja, um acréscimo de 14,2% face a 2011.

Apresenta-se de seguida o detalhe do investimento realizado pela EDP Distribuição nos últimos dois anos.

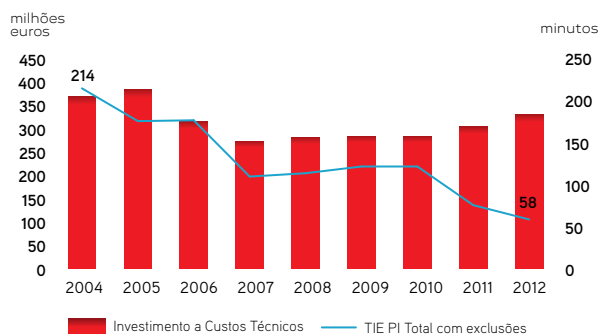
Milhões de Euros	2011	2010	%Δ
INVESTIMENTO CUSTOS PRIMÁRIOS	249	225	11%
Específico	239	214	12%
Alta Tensão	46	39	18%
Média Tensão	77	60	28%
Baixa Tensão	81	81	0%
Iluminação Pública	12	8	50%
Outros	23	26	-12%
Não específico	10	11	-1%
Sistemas informáticos	3	2	50%
Outros	7	9	-22%
Encargos Gestão, Estrutura e Financeiros	88	84	5%
INVESTIMENTOS CUSTOS TOTAIS	337	309	9%
Participações Financeiras	27	37	-27%
INVESTIMENTO CUSTOS TOTAIS LÍQUIDO COMPARTIÇAÇÕES FINANCEIRAS	310	272	14%
Participações em Espécie	31	36	-14%

No que concerne ao Investimento Específico, o ano de 2012, foi marcado, por uma maior alocação de recursos na Alta Tensão, designadamente nas Subestações, e na Média Tensão, com incidência nas Linhas Aéreas, nos Cabos Subterrâneos, por efeito da campanha de instalação de telecontagem, na Baixa Tensão e em Iluminação Pública.

No Investimento Não Específico verificou-se uma diminuição de 2,2 milhões de euros face a 2011, principalmente em edifícios e terrenos.

No ano 2012 é possível observar uma redução significativa do valor de Participações principalmente resultado do abrandamento do investimento obrigatório associado a novas ligações.

Evolução do Investimento e do Tempo de Interrupção



Nos últimos anos a EDP Distribuição tem mantido uma forte política de investimento focado na melhoria da qualidade de serviço que tem verificado uma sustentada descida.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

perspetivas para 2013	50
proposta de aplicação de resultados	50
nota final	51

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPETIVAS PARA 2013

O dinamismo que o mercado de energia elétrica tem experimentado nos últimos anos traduz-se em desafios que a EDP Distribuição tem procurado responder proactivamente, mantendo as suas prioridades orientadas para a resposta a exigências crescentes, quer no que respeita à integração das energias renováveis, da mobilidade elétrica, da disponibilização de cada vez mais e melhor informação e da melhoria da qualidade de serviço.

A EDP Distribuição prosseguirá com o trabalho desenvolvido na gestão do talento, procurando manter as competências chave na empresa e procurando adequar a organização para responder ao novo paradigma do sector energético, desenvolvendo novas competências e articulando os prestadores de serviço internos e externos por forma a garantir a sustentabilidade e atratividade do sector.

A Segurança dos colaboradores, quer da empresa quer dos prestadores de serviços, continuará a estar na agenda de 2013 prevendo-se a realização de diversas iniciativas de sensibilização (nomeadamente, workshops e projetos empresariais) ao longo do ano.

O foco da empresa manter-se-á na melhoria operacional da sua atividade dando continuidade aos programas de redução de custos e melhoria de processos iniciados em anos anteriores (o Opex e o Lean) e que têm permitido bons resultados. No âmbito qualidade de serviço técnica e tendo presente a garantia da melhoria contínua dos processos e da gestão da rede, dar-se-á continuidade ao desenvolvimento de projetos de resposta a regime perturbado, a gestão de pedidos de indisponibilidade e a localização de defeitos na rede, entre outros.

Ainda neste âmbito, perspetiva-se a continuação do desenvolvimento do investimento em sistemas, merecendo atenção especial a concretização da integração da nova informação georreferenciada levantada com recurso ao GeoAct no Sistema de Informação Técnica (SIT), e das especificações e processos que garantam a atualização desta informação nos sistemas e a divulgação e formação nesta plataforma pelas Unidades Organizativas. Está ainda prevista a implementação de um piloto com o Power Designer, que é um importante sistema que permite guardar informação sobre a estrutura da informação (meta-informação), composição e caracterização dos sistemas de TI, processos e equipamentos associados a essas TI, arranque do Projeto GME II, fases 2.1 e 2.2, do Projeto Gaibeu que permitirá a integração e análise dos diferentes tipos de informação avaliando a respetiva consistência entre aplicações e a continuação das revisões e melhorias em sistemas e projetos já em curso.

Estará em preparação o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição (PDIRD) 2015-2019 que permitirá rever o modelo de avaliação das necessidades de investimento, quer nas vertentes da melhoria da qualidade de serviço quer na vertente de redução das perdas, para além de constituir uma ferramenta essencial para a melhoria da eficiência na rede, em que simultaneamente com a consolidação do programa de Gestão de Ativos, permitirá dar continuidade à política de Investimento

e Manutenção da empresa e garantir a trajetória de melhoria da qualidade de serviço.

A EDP Distribuição está empenhada na implementação e na promoção das redes inteligentes, concentrada em maximizar o seu potencial, e está a preparar a evolução da organização tendo este objetivo em vista, adequando recursos humanos, processos e sistemas. O projeto Inovgrid, com a extensão da instalação de novas EDP Box em seis novos municípios e duas ilhas algarvias, agora em fase de ensaio alargado de novas tecnologias de comunicação e integração de múltiplos sistemas e equipamentos de diferentes fornecedores, vai-se materializando como uma opção altamente criadora de valor para o sistema elétrico.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Considerando a situação económica e financeira da Sociedade, tal como descrita no presente Relatório, e a prática por ela seguida de distribuir resultados aos trabalhadores como reconhecimento pelo seu contributo para os resultados da empresa e do Grupo EDP, o Conselho de Administração considera que é de manter essa prática no que respeita ao exercício de 2012. De acordo com as normas contabilísticas em vigor, o valor a distribuir foi provisionado nas contas do exercício a que respeita, pelo que o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no valor de 212 592 221,64 euros, já se encontra deduzido do montante de 14.500.623,65 euros, correspondente à estimativa de custo para atribuição de resultados aos trabalhadores e órgãos sociais. Assim sendo, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2012, no valor 212 592 221,64 euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	190 000 000,00
Resultados Transitados	22 592 221,64
Resultado Líquido do Exercício de 2012	212 592 221,64

NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece a todos os colaboradores da Empresa que, com grande empenho e dedicação, permitiram que esta tivesse enfrentado com sucesso os desafios que o mercado lhe tem colocado.

O Conselho manifesta particular apreço ao Revisor Oficial de Contas pela inteira disponibilidade demonstrada.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmento

Carlos Alves Pereira





ANEXOS

anexos ao relatório de gestão	54
demonstrações financeiras	56
notas às demonstrações financeiras	61
extrato da ata da assembleia geral	104
certificação legal de contas	105



ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1) POSIÇÃO ACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (ARTº 447º, Nº5, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Energias de Portugal, S.A., Holding do Grupo no qual se integra a EDP Distribuição – Energia, S.A., e na EDP Renováveis, S.A.:

AÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC

	Movimentos em 2012		Preço Médio Aquisição/ Alienação	Saldo (Nº Acções) 31/12/2012	Saldo (Nº Acções) 31/12/2011
	Compras	Vendas			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
João José Saraiva Torres	8718	*	2,179 €	54 980	46 262
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	11146	**	2,094 €	68 592	57 446
Carlos Alves Pereira	6850	*	2,104 €	0	0
* Atribuição de parte do prémio em ações					
** Atribuição de parte do prémio em ações e aquisição em bolsa					

OBRIGAÇÕES DA EDP DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC

	Movimentos em 2012		Preço Médio Aquisição/ Alienação	Saldo (Nº Obrigações) 31/12/2012	Saldo (Nº Obrigações) 31/12/2011
	Compras	Vendas			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
João José Saraiva Torres	-	-	-	-	-
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	-	-	-	5	5
Carlos Alves Pereira	-	-	-	-	-

AÇÕES DA EDP RENOVÁVEIS DETIDAS POR TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP DISTRIBUIÇÃO

Anexo referido no nº5 do Artigo 447º do CSC

	Movimentos em 2012		Preço Médio Aquisição/ Alienação	Saldo (Nº Acções) 31/12/2012	Saldo (Nº Acções) 31/12/2011
	Compras	Vendas			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
João José Saraiva Torres	-	-	-	1200	1200
Ângelo Manuel de Melo Sarmento	-	-	-	1200	1200
Carlos Alves Pereira	-	-	-	0	0

2) LISTA DE ACIONISTAS (ARTº 448º, Nº 4, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Acionistas que, em 31 de dezembro de 2012, eram titulares do capital da EDP Distribuição – Energia, S.A.:

EDP – Energias de Portugal, S.A., com sede na Praça Marquês de Pombal, 12, Lisboa: 100% do capital social.

3) AÇÕES PRÓPRIAS

(Nos termos dos Artigos 66º alínea d) e 325º-A nº1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2012, a EDP Distribuição não adquiriu nem alienou ações próprias. A 31 de dezembro de 2012, a EDP Distribuição não era detentora de ações próprias.

4) AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

(Nos termos dos Artigos 66º alínea e) e 397º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2012 autorizações a membros do Conselho de Administração da EDP Distribuição para a realização de negócios com a sociedade.

5) DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

João José Saraiva Torres

Ângelo Manuel de Melo Sarmiento

Carlos Alves Pereira

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração dos Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Milhares de euros	Notas	2012	2011
Volume de negócios	5	2 612 954	3 424 642
Custos com acessos	5	-1 338 543	-2 236 391
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis*	5	-3 775	-5 758
		1 270 636	1 182 493
Rédito associado a ativos afetos a concessões	6	305 212	266 462
Encargos com ativos afetos a concessões	6	-305 212	-266 462
		-	-
Outros proveitos / (custos) de exploração			
Outros proveitos de exploração	7	32 801	73 717
Fornecimentos e serviços externos	8	-239 408	-234 282
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	9	-134 643	-126 784
Outros custos de exploração	10	-268 608	-254 622
		-609 858	-541 971
		660 778	640 522
Provisões do exercício	11	-3 008	-3 061
Amortizações do exercício	12	-230 834	-244 638
Compensações de amortizações	12	86	98
		427 022	392 921
Proveitos financeiros	13	77 465	13 899
Custos financeiros	13	-201 593	-137 488
Resultado antes de impostos		302 894	269 332
Impostos sobre lucros	14	-90 302	-47 430
Resultado líquido do exercício		212 592	221 902
Resultado por ação (Básico) - Euros	26	5,31	5,55

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

O Técnico Oficial
de Contas N.º 27.894

O Conselho de Administração

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Milhares de euros	2012	2011
Resultado líquido do exercício	212 592	221 902
Ganhos / (perdas) atuariais	-45 826	36 996
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	2 230	-1 960
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	-43 596	35 036
Total do rendimento integral do exercício	168 996	256 938

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

O Técnico Oficial
de Contas N.º 27.894

O Conselho de Administração

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração da Posição Financeira
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Milhares de euros	Notas	2012	2011
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	15	88130	94605
Ativos intangíveis	16	2344272	2316237
Investimentos financeiros em empresas filiais	17	105100	105343
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	17	18
Ativos por impostos diferidos	19	275181	361117
Clientes	21	82558	82729
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	512260	389308
Outros devedores e outros ativos	23	902171	602189
Total dos Ativos Não Correntes		4309689	3951546
Inventários	20	19606	24255
Clientes	21	531201	576737
Devedores e outros ativos de atividades comerciais	22	126874	123686
Outros devedores e outros ativos	23	4748	52345
Impostos a receber	24	45	199
Caixa e equivalentes de caixa	25	35	117
Total dos Ativos Correntes		682509	777339
Total do Ativo		4992198	4728885
Capitais Próprios			
Capital	26	200000	200000
Prestações suplementares	26	95000	95000
Reservas e resultados acumulados	27	56200	92394
Resultado líquido do exercício		212592	221902
Total dos Capitais Próprios		563792	609296
Passivo			
Dívida financeira	28	1700224	2028325
Benefícios aos empregados	29	1206135	1227257
Provisões para riscos e encargos	30	55367	59211
Credores e outros passivos de atividades comerciais	31	3468	2788
Total dos Passivos Não Correntes		2965194	3317581
Dívida financeira	28	639954	12243
Credores e outros passivos de atividades comerciais	31	565541	737300
Outros credores e outros passivos	32	231581	17412
Impostos a pagar	33	26136	35053
Total dos Passivos Correntes		1463212	802008
Total do Passivo		4428406	4119589
Total dos Capitais Próprios e Passivo		4992198	4728885

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

O Técnico Oficial
de Contas N.º 27.894

O Conselho de Administração

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Milhares de euros	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prestações Supplement.	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2010	486 358	200 000	95 000	40 657	23 176	127 525
Rendimento integral:						
Resultado líquido do exercício	221 902	-	-	-	-	221 902
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	35 036	-	-	-	35 036	-
Rendimento integral total do exercício	256 938	-	-	-	35 036	221 902
Distribuição de dividendos	-127 000	-	-	-	-	-127 000
Distribuição de reservas	-7 000	-	-	-	-7 000	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	609 296	200 000	95 000	40 657	51 212	222 427
Rendimento integral:						
Resultado líquido do exercício	212 592	-	-	-	-	212 592
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de imposto	-43 596	-	-	-	-43 596	-
Rendimento integral total do exercício	168 996	-	-	-	-43 596	212 592
Distribuição de dividendos	-214 500	-	-	-	-	-214 500
Saldos em 31 de dezembro de 2012	563 792	200 000	95 000	40 657	7 616	220 519

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

O Técnico Oficial
de Contas N.º 27.894

O Conselho de Administração

EDP Distribuição - Energia, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Milhares de euros	dez 2012	dez 2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	2 301 347	3 698 414
Recebimentos por securitização dos ajustamentos tarifários	141 081	-
Pagamentos a fornecedores	-1 631 912	-2 454 215
Pagamentos ao pessoal	-275 575	-257 791
Pagamentos de rendas de concessão	-248 959	-240 473
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	48 005	21 553
Fluxo gerado pelas operações	333 987	767 488
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-16 409	-73 429
Fluxo das Atividades Operacionais	317 578	694 059
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1 211	33 418
Comparticipações de clientes relativos a ativos intangíveis	30 196	39 640
Juros e proveitos similares	70 291	10 864
	101 698	83 922
Pagamentos:		
Ativos financeiros	-700	-405
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-335 440	-311 568
Empréstimos concedidos	-247 763	-600 000
	-583 903	-911 973
Fluxo das Atividades de Investimento	-482 205	-828 051
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos/(pagamentos) de empréstimos obtidos	519 303	510 873
Juros e custos similares	-140 258	-72 552
Dividendos pagos	-214 500	-305 000
Fluxo das Atividades de Financiamento	164 545	133 321
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-82	-671
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	117	788
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)	35	117

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 25 às Demonstrações Financeiras

Lisboa, 22 de fevereiro de 2013

O Técnico Oficial
de Contas N.º 27.894

O Conselho de Administração

Notas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

pág

1. Atividade económica da EDP Distribuição	62
2. Políticas contabilísticas	63
3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras	69
4. Políticas de gestão do risco financeiro	70
5. Volume de negócios	71
6. Rédito associado a ativos afetos a concessões	72
7. Outros proveitos de exploração	73
8. Fornecimentos e serviços externos	73
9. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	74
10. Outros custos de exploração	74
11. Provisões do exercício	75
12. Amortizações do exercício	75
13. Proveitos e Custos financeiros	76
14. Impostos sobre os lucros	76
15. Ativos fixos tangíveis	78
16. Ativos Intangíveis	79
17. Investimentos financeiros em empresas filiais	80
18. Ativos financeiros disponíveis para venda	81
19. Impostos diferidos ativos e passivos	81
20. Inventários	81
21. Clientes	82
22. Devedores e outros ativos de atividades comerciais	83
23. Outros devedores e outros ativos	85
24. Impostos a receber	85
25. Caixa e equivalentes de caixa	85
26. Capital e Prestações suplementares	86
27. Reservas e resultados acumulados	86
28. Dívida financeira	87
29. Benefícios aos empregados	87
30. Provisões para riscos e encargos	91
31. Credores e outros passivos de atividades comerciais	92
32. Outros credores e outros passivos	93
33. Impostos a pagar	93
34. Compromissos	93
35. Partes relacionadas	94
36. Eventos relevantes ou subsequentes	98
37. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	98
38. Matérias ambientais	101

notas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA EDP DISTRIBUIÇÃO

a) Objeto social e detentores de capital

A EDP Distribuição - Energia, S.A. (EDP Distribuição), pessoa coletiva nº 504394029, com sede na Rua Camilo Castelo Branco, nº 43, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o nº 8847, foi constituída, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 4/2000, de 29/01, por fusão das sociedades distribuidoras de energia elétrica, CENEL - Eletricidade do Centro, S.A., EN - Eletricidade do Norte, S.A., LTE - Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. e SLE - Eletricidade do Sul, S.A., através da constituição de uma nova sociedade.

A EDP Distribuição tem por objeto a distribuição e venda de energia elétrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada. O seu capital social é de 200.000.000 Euros e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela EDP - Energias de Portugal, S.A.

Com a publicação do DL 29/2006, complementado pelo DL 172/2006, foram estabelecidas as novas leis de base do setor elétrico, revogando-se o regime consagrado na legislação de 1995 e, procedendo-se simultaneamente à transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva nº 2003/54/CE. A figura de "Comercializador de Último Recurso" (CUR), prevista na Diretiva, foi também enquadrada na ordem jurídica interna, tendo sido atribuída à EDP Distribuição a obrigação de criar uma entidade autónoma para desempenhar aquela atividade.

Nestes termos, o Conselho de Administração da EDP Distribuição deliberou, no dia 15 de dezembro de 2006, constituir a sociedade anónima denominada EDP Serviço Universal, S.A. através da cisão do seu património. A partir do dia 1 de janeiro de 2007, a EDP Distribuição centrou-se na operação de redes tendo transferido a atividade de venda de eletricidade para a nova empresa EDP Serviço Universal, que passou a assegurar a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores no regime de tarifa regulada.

As demonstrações financeiras da empresa são consolidadas pela EDP - Energias de Portugal, S.A., sua acionista e empresa mãe do Grupo EDP, com sede na Praça Marquês de Pombal, nº 12, em Lisboa.

b) Atividade no setor energético em Portugal - eletricidade

As bases da organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e a organização dos mercados, estão estabelecidas no DL 29/2006 de 15 de fevereiro, diploma que foi desenvolvido pelo DL 172/2006 de 23 de agosto. O referido DL 29/2006 foi entretanto atualizado pelo DL 104/2010 de 29 de setembro e pelo DL 78/2011 de 20 de junho, pelo DL 75/2012, de 26 de março e pelo DL 215-A/2012 e B/2012, de 8 de outubro, incorporando, no essencial, os princípios da Diretiva 2009/72/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de julho de 2009 que estabelece regras comuns para o mercado interno de eletricidade.

O Sistema Elétrico Nacional integra as atividades de produção e comercialização exercidas em regime de concorrência, mediante a atribuição de licença, e as atividades de transporte e distribuição, exercidas em exclusivo mediante concessões de serviço público.

As atividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso estão sujeitas a regulação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos - ERSE, a quem compete a preparação, emissão e aplicação de regulamentos, bem como a definição das tarifas e preços respeitantes à utilização das infraestruturas - tarifas de acesso - e ao fornecimento de energia elétrica aos clientes do mercado regulado - tarifas de venda a clientes finais.

Para as atividades de transporte, distribuição e comercialização de último recurso, a lei estabelece o direito a uma remuneração fixada pela ERSE, nos termos do Regulamento Tarifário, que assegure o equilíbrio económico e financeiro nas condições de uma gestão eficiente.

c) Regime de preços de venda de acessos

A comercialização de eletricidade é livre, sujeita à atribuição de licença, sendo, para o efeito, assegurado aos comercializadores o direito de acesso às redes de transporte e de distribuição, mediante o pagamento de tarifas reguladas pela ERSE.

Os preços de venda de energia elétrica e acessos (tarifas) para 2012 foram fixados pela Diretiva nº 7/2011 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), de 15 de dezembro de 2011, publicado no Diário da República nº 244 (2ª série), de 22 de dezembro de 2011.

d) Regime de concessão da distribuição de energia elétrica

Em Alta e Média Tensão

A distribuição de eletricidade processa-se através da exploração da Rede Nacional de Distribuição (RND), que compreende a rede em média e alta tensões e as redes de distribuição em baixa tensão, e é exercida igualmente mediante contratos de concessão de serviço público em exclusivo. A concessão para a exploração da RND em média e alta tensões foi atribuída pelo Estado português à EDP Distribuição por um prazo de 35 anos, a partir de 25 de fevereiro de 2009.

Em Baixa Tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº 344-B/82), o direito de distribuir energia elétrica em baixa tensão em Portugal está atribuído aos municípios. No entanto, através da celebração de contratos de concessão, por períodos que, de uma forma geral, ascendem a 20 anos, esse direito foi concedido à EDP Distribuição, podendo os referidos contratos cessar pelo decurso do prazo, por rescisão ou por resgate por parte do concedente, com aviso prévio de pelo menos 1 ano e mediante pagamento de indemnização à concessionária. Estas concessões têm como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes.

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afetação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de ativos intangíveis (Nota 16), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 31), conforme referido na política contabilística definida na Nota 2 t).

e) Bens de domínio público

Em Portugal, alguns imobilizados afetos à distribuição de energia elétrica no SEN estão sujeitos ao regime de domínio público. Estes imobilizados estão afetos à atividade da EDP Distribuição que os pode administrar livremente embora, no âmbito do domínio do comércio jurídico privado, não possa dispor dos mesmos enquanto se mantiver a sua afetação ao regime de domínio público.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, agora apresentadas refletem os resultados das suas operações e a posição financeira, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EDP Distribuição no dia 22 de fevereiro de 2013 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, as demonstrações financeiras da EDP Distribuição são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da EDP Distribuição, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2012.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a EDP Distribuição ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas utilizadas pela EDP Distribuição na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, são consistentes com as utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2011.

Tal como descrito na Nota 37, a EDP Distribuição adotou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pela EDP Distribuição na preparação das demonstrações financeiras, descritas nessa nota, foram adotadas em conformidade. A adoção destas normas e interpretações em 2012 não teve um impacto significativo nas contas da Empresa.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

c) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

d) Investimentos financeiros em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

e) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

f) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de janeiro de 2009, a empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Ao abrigo do regime do DL 344-B/82	10 a 30
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento de transporte	3 a 7
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	10 a 50

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos ativos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas amortizações do exercício, são contabilizadas de forma prospetiva.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para

uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais não afetos à concessão são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivo não corrente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a empresa irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a empresa por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

O valor bruto de subsídios e participações de investimento imobilizado obtidos relativos a ativos afetos a concessões foi considerado como uma dedução ao valor bruto de ativos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 e a amortização destes subsídios e participações foi considerada na amortização acumulada de ativos intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de software efetuados pela empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados diretamente afetos aos projetos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

Direitos de concessão na distribuição de eletricidade

Os direitos de concessão relativos à distribuição de eletricidade, são registados como ativos intangíveis e amortizados de acordo com a vida útil dos ativos inerentes, como se segue:

	Número de anos
Distribuição de eletricidade	10 a 30

A política contabilística relativa aos ativos intangíveis afetos a concessões é descrita na Nota 2 t).

h) Locações

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados na demonstração da posição financeira como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

i) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

j) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

A EDP Distribuição atribui benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos do Grupo EDP, que inclui a EDP Distribuição, é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões existentes na empresa correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, a empresa optou, na data da transição de 1 de janeiro de 2009, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas atuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos em reservas.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

A EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas. O custo dos juros e o rendimento esperado dos ativos do fundo são reconhecidos como resultado financeiro.

Os ativos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

A EDP Distribuição dispõe ainda de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efetuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

A EDP Distribuição concede benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira

da empresa. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

Os acionistas da sociedade aprovam anualmente em Assembleia Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bônus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

l) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

m) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de acessos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação de vendas de acessos é efetuada numa base mensal. As faturas mensais de acessos são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efetuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

n) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

o) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

p) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da EDP Distribuição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela empresa.

q) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração do valor e convertíveis em caixa.

r) Desvios tarifários

Nas atividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efetivamente faturados (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e acessos aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, a Empresa regista em resultados do período na rubrica de Vendas de acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da atividade que cada uma das entidades, devendo a ERSE adotar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia elétrica.

s) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os pagamentos ao pessoal incluem os pagamentos aos colaboradores pertencentes ao quadro de pessoal, bem como aos colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

t) Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EDP Distribuição, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adoptou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. Nos termos definidos pela IFRIC 12, esta norma foi aplicada prospetivamente considerando a impraticabilidade de uma aplicação retrospectiva. De referir que a aplicação retrospectiva teria um efeito equivalente à aplicação prospetiva.

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão. As concessões da EDP Distribuição enquadram-se neste modelo.

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante (ver Nota 6).

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As participações recebidas de clientes relativas aos ativos afetos a concessões são entregues à empresa a título definitivo e, portanto, não são reembolsáveis. Estas participações são deduzidas ao valor dos ativos afetos a cada concessão.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela empresa são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela empresa e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela empresa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela EDP Distribuição os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Desvios tarifários

Nas atividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário (desvio tarifário) os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificados num determinado ano às tarifas dos anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras da EDP Distribuição correspondem à diferença entre os valores efetivamente faturados pela empresa (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e acessos aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

Considerando a legislação atualmente em vigor que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos desvios tarifários, a empresa registou nos resultados do exercício na rubrica de Volume de negócios - vendas de acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário, por contrapartida das rubricas Outros devedores/ Outros credores. No âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia elétrica, os desvios tarifários.

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de dezembro de 2006, veio reconhecer o direito incondicional à recuperação dos ajustamentos tarifários, por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de atividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento dos ajustamentos tarifários. No exercício de 2012, a EDP Distribuição procedeu à transmissão de forma plena e sem recurso do ajustamento tarifário relativo à parcela de acerto da compensação dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMC) referente a 2010, nos termos do Decreto-Lei nº 109/2011.

Com base na legislação referida a EDP Distribuição considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos défices tarifários como valores a receber, registados por contrapartida dos resultados do exercício.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da empresa.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas

estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de acessos são reconhecidos quando as faturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos relativos a acessos a faturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram fatores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da atividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, conseqüentemente, em diferentes impactos nos resultados da empresa.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A empresa pertence ao Grupo de sociedades integradas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) da EDP - Energias de Portugal, S.A. em Portugal. As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela EDP Distribuição durante um período de cinco anos para os períodos de tributação iniciados a partir de 2012, quatro anos para exercícios a partir de 2010 e seis anos para os exercícios anteriores, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da EDP Distribuição de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão do risco da taxa de juro tem como objetivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações de mercado. Desta forma, a exposição da empresa ao risco de taxa de juro é apenas indireta e na medida em que esta exposição afete os financiamentos obtidos junto da acionista (suprimentos).

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez encontra-se centralizada na direção de Gestão Financeira do Grupo EDP. Neste contexto, são contratadas e mantidas linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras, nacionais e internacionais, que permitem o acesso imediato a fundos, conforme as necessidades das empresas do Grupo. A EDP Distribuição como parte integrante do Grupo EDP, tem acesso a estes meios de financiamento imediato, por via da obtenção de suprimentos concedidos pela EDP, S.A.

5. VOLUME DE NEGÓCIOS

A análise do Volume de negócios por atividade, é a seguinte:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Vendas por atividade:		
Acessos	2 598 670	3 407 429
Outros	175	2 513
	2 598 845	3 409 942
Prestação de serviços por atividade:		
Associados a vendas de acessos	2 276	1 899
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	11 660	12 741
Outros	173	60
	14 109	14 700
	2 612 954	3 424 642
Volume de negócios:		
Acessos	2 600 946	3 409 328
Consultadoria e serviços de gestão e engenharia	11 660	12 741
Outros	348	2 573
	2 612 954	3 424 642

A rubrica de **Vendas** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Acessos:		
- Em muito alta tensão	37 732	30 076
- Em alta tensão	161 346	134 336
- Em média tensão	632 949	564 728
- Em baixa tensão (>39,6 KVA)	242 018	223 132
- Em baixa tensão	1 725 671	1 981 954
- Em baixa tensão (Iluminação Pública)	78 428	81 386
Desvio tarifário	298 009	42 247
Transferência déficit tarifário gerado entre 2006 e 2009	-248 530	-160 650
Diferencial tarifa social	-	-445
Recuperação através da REN referente à tarifa social do acesso às redes	764	4 308
Sustentabilidade de mercados	-350 307	445 870
Diferencial de extinção tarifas	-1 004	2 467
Sobreproveito	5 249	53 729
Correção hidraulicidade	15 155	8 036
Transferência para a EDP SU da reconversão do défice cogeração	-1 295	-
Comparticipação PPDA (Planos Promoção Desempenho Ambiental)	2 485	-3 745
	2 598 670	3 407 429
Outras Vendas:		
	175	2 513
	175	2 513
	2 598 845	3 409 942

A rubrica desvio tarifário e recuperação/atualização detalha-se como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Recuperação e atualização do desvio tarifário gerado em 2010 e 2009, respetivamente	67 562	16 833
Desvio tarifário de 2011	-	31 239
Atualização do desvio tarifário gerado em 2010	-	-1 754
Atualização do desvio tarifário gerado em 2011	-4 567	-4 071
Desvio tarifário de 2012	235 014	-
	298 009	42 247

A rubrica “Transferência défice tarifário gerado entre 2006 e 2009” refere-se à transferência para os titulares dos ativos do valor recuperado em 2011 e 2012 pela EDP Distribuição, na tarifa de Uso Global de Sistema.

No âmbito da sustentabilidade do mercado livre e do mercado regulado a EDP Distribuição procedeu durante o exercício de 2012 à recuperação do valor líquido dos ajustamentos referente aos custos decorrentes da atividade da compra e venda da energia elétrica do CUR, relativos ao ano de 2011 e previsionais para 2012, no montante de 350.307 milhares de Euros. Este mecanismo encontra-se definido pela ERSE nos termos do Regulamento Tarifário, através da tarifa de UGS a aplicar pelo operador da rede de distribuição (EDP Distribuição), em benefício de todos os clientes. Deste modo, durante o exercício de 2012 a EDP Distribuição recuperou dos seus clientes através das tarifas de acessos o referido montante, tendo-o devolvido à EDP Serviço Universal.

A entidade reguladora definiu para 2012 uma tarifa transitória a aplicar aos clientes MAT, AT, MT e BTE, que já não podendo estar na tarifa regulada, ainda não escolheram um comercializador em mercado. Esta tarifa dá origem a um sobreprovento recuperado pelo CUR e que será repercutido por todos os consumidores através da tarifa de UGS aplicada pelo Operador da Rede de Distribuição, nos respetivos níveis de tensão. O valor desta componente ascende a 5.249 milhares de Euros, transferida pela EDP SU para a EDP Distribuição.

A rubrica “Correcção hidraulicidade”, respeita à transferência ocorrida durante o exercício de 2012 do mecanismo de correção de hidraulicidade que se encontra na EDP, SA, para a EDP Distribuição, de acordo com o Decreto-Lei nº 110/2010, de 14 de outubro.

As rubricas de **Custos com acessos e Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis** são analisadas como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Custos com acessos		
Custos com acessos	1338543	2236391
Variação dos inventários e custo das matérias primas e consumidas		
- Outros custos	90153	88891
- Trabalhos para a própria empresa - consumo de materiais	-86378	-83133
	3775	5758
	1342318	2242149

6. RÉDITO ASSOCIADO A ATIVOS AFETOS A CONCESSÕES

No âmbito dos contratos de concessão da EDP Distribuição enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a EDP Distribuição não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes ativos apresentam igual montante, sendo analisados como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Ativos afetos a concessões:		
Rédito associado a ativos afetos a concessões	305212	266462
Encargos com a aquisição de ativos afetos a concessões		
Subcontratos e materiais diversos	-226372	-191573
Custos com pessoal capitalizados (Nota 9)	-70786	-69530
Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-8054	-5359
	-305212	-266462

Os movimentos do exercício dos ativos afetos a concessões encontram-se divulgados na Nota 16 - Ativos Intangíveis.

7. OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

A rubrica de **Outros proveitos de exploração** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Aluguer de equipamentos	5539	3703
Subsídios à exploração	180	438
Ganhos em imobilizações	1098	22092
Reversão de imparidades	-	-
- Cobranças duvidosas de clientes (Nota 21)	5846	8992
- Devedores e outros ativos de atividades comerciais (Nota 22)	900	-
Cedências de pessoal	9024	13193
Valores em excesso de participações de clientes	2736	5922
Recuperação de custos	2508	2731
Outros proveitos de exploração	4970	16646
	32801	73717

Em 2011, os ganhos em imobilizações incluem a mais-valia de aproximadamente 20,6 milhões de Euros, resultante da venda à EDP, S.A. de terrenos e edifícios em Lisboa.

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de **Fornecimentos e serviços externos** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Fornecimentos e serviços :		
Água, eletricidade e combustíveis	7498	7394
Utensílios e material de escritório	746	817
Rendas e alugueres	22252	18881
Comunicações	3998	4480
Seguros	9414	9735
Transportes, deslocações e estadias	2728	3320
Comissões e honorários	69	38
Conservação e reparação	52977	54806
Publicidade e propaganda	1028	1288
Vigilância e Segurança	1767	2044
Trabalhos especializados:		
- Atividade Comercial	92825	84775
- Serviços de Informática	7006	7198
- Serviços Jurídicos	307	435
- Serviços de Consultoria	1094	1666
- Serviços partilhados	20403	22127
- Serviços de gestão (EDP, S.A.)	9189	10281
- Outros Serviços	3489	4245
Cedência de Pessoal	9447	7636
Outros fornecimentos e serviços	1544	1395
Trabalhos para a própria empresa	-8373	-8279
	239408	234282

9. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Custos com o pessoal e benefícios aos empregados é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Custos com pessoal:		
Remuneração dos órgãos sociais	512	495
Remuneração dos colaboradores	127 461	126 965
Encargos sobre remunerações	31 452	31 328
Custos com indemnizações	140	-
Prémios de desempenho, assiduidade e antiguidade	18 779	18 037
Outros custos	6 040	7 095
Trabalhos para a própria empresa		
- Afetos a concessões (Nota 6)	-70 786	-69 530
- Outros	-668	-581
	112 930	113 809
Benefícios aos empregados:		
Custos com plano de pensões	7 902	10 422
Custos com plano médico e outros benefícios	3 846	3 964
Custos com racionalização de recursos humanos	-	2 397
Outros	9 965	-3 808
	21 713	12 975
	134 643	126 784

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2012 e 2011 por cargos de direção/dirigentes e categoria profissional é apresentado como segue:

	dez 2012 Nº empreg.	dez 2011 Nº empreg.
Órgãos sociais	5	5
Dirigentes	84	84
Quadros superiores	531	538
Quadros médios	19	21
Quadros intermédias	32	38
Profissionais altamente qualificados e qualificados	2 652	2 716
Profissionais semi-qualificados	38	40
Contratados a prazo	28	8
	3 389	3 450

Os custos com planos de pensões incluem 6.971 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 8.083 milhares de Euros) relativos a planos de benefícios definidos (ver Nota 29) e 931 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 2.339 milhares de Euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, no montante de 3.846 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 3.964 milhares de euros) respeitam a dotação do exercício, líquidos das reduções do exercício.

Em 2011, os custos com racionalização de recursos humanos decorreram de acordos de pré-reforma de 9 trabalhadores da EDP Distribuição, S.A.

10. OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

A rubrica de Outros custos de exploração é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Rendas de concessões pagas às autarquias	249 404	242 357
Impostos diretos	260	269
Impostos indiretos	1 375	1 331
Imparidade para créditos de cobrança duvidosa (nota 21)	4 067	1 572
Imparidade para devedores e outros ativos de atividades comerciais (nota 22)	844	207
Dívidas incobráveis	11	5
Perdas em imobilizações	192	401
Donativos	2 520	2 518
Outros custos e perdas operacionais	9 935	5 962
	268 608	254 622

A rubrica Rendas de concessão pagas às autarquias corresponde às rendas pagas pela EDP Distribuição às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

A Imparidade para créditos de cobrança duvidosa e para devedores e outros ativos de atividades comerciais é analisada nas Notas 21 e 22 às demonstrações financeiras, respetivamente.

Na sequência de uma reclamação apresentada por um cliente, a EDP Distribuição identificou durante o exercício de 2012 a existência de dois tipos de anomalia em alguns contadores de multitarifa. Na sequência da análise realizada, a Entidade Reguladora dos serviços Energéticos, através da Diretiva nº 10/2012 publicada em junho de 2012, decidiu que a EDP Distribuição, enquanto operador de rede de distribuição, deveria realizar o pagamento de uma compensação a todos os clientes multitarifa, no valor estimado de 4.113 milhares de Euros, que se encontra registado na rubrica de Outros custos e perdas operacionais. Durante o exercício de 2012 foram pagos aos clientes compensações no montante total de 3.055 milhares de euros, pelo que, com referência a 31 de dezembro de 2012 se encontra registado na rubrica Acréscimos de custos - Outros (Nota 31) o montante de 1.058 milhares de euros.

11. PROVISÕES DO EXERCÍCIO

A rubrica de **Provisões do exercício** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Dotação de provisões (Nota 30)	8 237	11 061
Redução de provisões (Nota 30)	-5 229	-8 000
	3 008	3 061

As dotações de provisões, incluem 3.567 milhares de Euros relativos às provisões para assuntos legais, laborais e outras contingências (31 de dezembro de 2011: 7.498 milhares de Euros) e 4.670 milhares de Euros para as provisões para outros riscos e encargos (31 de dezembro de 2011: 3.563 milhares de Euros), conforme referido na Nota 30. A redução de provisões inclui 1.868 milhares de Euros relativos às provisões para assuntos legais, laborais e outras contingências (31 de dezembro de 2011: 6.841 milhares de Euros) e 3.361 milhares de Euros para as provisões para outros riscos e encargos (31 de dezembro de 2011: 1.159 milhares de Euros), conforme referido na Nota 30.

12. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

A rubrica de **Amortizações do exercício** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Amortização de ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	1 147	1 528
Equipamento de transporte	4 081	4 632
Equipamento administrativo e utensílios	11 675	11 559
Outros ativos tangíveis	273	272
	17 176	17 991
Amortização de ativos fixos intangíveis:		
Amortização de intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12	213 658	226 647
	230 834	244 638
Compensação de amortizações:		
Ativos fixos tangíveis	-86	-98
	230 748	244 540

A rubrica Amortização de intangíveis afetos a concessões - IFRIC 12 diz respeito à amortização dos direitos de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão e em média/alta tensão em Portugal, conforme referido na política contabilística 2 t).

13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de **Proveitos e Custos financeiros** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Proveitos financeiros		
Juros de suprimentos concedidos	64178	-
Juros de gestão de tesouraria	9550	10673
Juros de desvios tarifários	2275	2502
Outros ganhos financeiros	1462	724
	77465	13899
Custos financeiros		
Juros de suprimentos contraídos à EDP, S.A.	134542	70172
Juros de gestão de tesouraria	11279	13011
Serviços bancários	531	18
Imparidade para Investimentos Financeiros e Partes de Capital	1023	262
Juros de Desvio Tarifário	2603	2404
"Unwinding" nas responsabilidades com pensões (nota 29)	30542	29257
"Unwinding" nas responsabilidades com atos médicos e outros benefícios (nota 29)	27576	28394
Outras perdas financeiras	1762	-378
TPE's - Juros de empréstimos obtidos capitalizados	-8265	-5652
	201593	137488
Resultados financeiros	-124128	-123589

A rubrica TPE's Juros de empréstimos obtidos capitalizados inclui os juros de empréstimos capitalizados em ativos fixos em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 2 f). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

As rubricas de Juros de gestão de tesouraria respeitam aos encargos / ganhos financeiros que resultam da utilização do sistema financeiro do Grupo (cashpooling) e são calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio das necessidades de fundo de maneio no âmbito da política de gestão de tesouraria do Grupo.

As rubricas de Juros obtidos e suportados de desvio tarifário (Ajustamento tarifário) dizem respeito à remuneração/encargo financeiro desses ativos a receber/passivos a pagar.

14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A EDP Distribuição, como empresa do Grupo EDP, é tributada em sede de IRC, pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), conforme autorização concedida pelo Ministério das Finanças.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável durante um período de quatro anos (5 para a Segurança Social). Havendo prejuízos fiscais, o prazo de caducidade é o do exercício desse direito, ou seja, seis anos até ao exercício de 2009 inclusivé, quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011 e cinco anos para períodos de tributação iniciados a partir de 2012.

A análise da rubrica de **Impostos sobre lucros** é a seguinte:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Imposto corrente		
Relativo ao exercício	-5877	-30608
Relativo a exercicios anteriores	3741	9272
Imposto diferido	-88166	-26094
	-90302	-47430

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2012, é analisada como segue:

	dez 2012		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	29,00%	302 894	87 839
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	1,48%	15 421	4 472
Benefícios fiscais, incluindo donativos	-0,09%	-931	-270
Diferença entre mais e menos valias contabilísticas e fiscais	-0,07%	-755	-219
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à coleta	0,16%	1 666	483
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,66%	-6 907	-2 003
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	29,82%	311 388	90 302

A Lei n.º 12-A/2010 publicada em 30 de junho de 2010, aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nomeadamente a introdução de uma derrama estadual, a qual, até 31 de dezembro de 2011, incidia sobre a parcela dos lucros tributáveis superiores a 2 milhões de Euros à taxa de 2,5%. Consequentemente, a taxa de imposto total aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável excedesse aquele montante passou a ser de 29%.

A Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2012) veio alterar a taxa acima referida, passando a derrama estadual a incidir (i) sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 10 milhões de Euros, à taxa de 3%, e (ii) sobre a parcela do lucro tributável superior a 10 milhões de Euros, à taxa de 5%. Refira-se que, de acordo com o n.º 4 do artigo 116.º da Lei n.º 64-A/2011, esta alteração aplica-se nos dois períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012.

Entretanto a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013) veio reduzir de 10 milhões de Euros para 7,5 milhões de Euros o limite a partir do qual há lugar ao pagamento de derrama estadual à taxa de 5%, sendo esta alteração aplicável apenas aos lucros tributáveis referentes ao período de tributação que se inicie após 1 de janeiro de 2013.

Assim, durante 2012 e 2013, a taxa de imposto total aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável exceda 10 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros, respetivamente, passou a ser aproximadamente 31,5%.

Os efeitos destas alterações da taxa de imposto foram considerados na determinação da estimativa de imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como no cálculo dos impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras.

Desta forma, com base na Lei n.º 64-B/2011 e na Lei n.º 66-B/2012, a taxa de imposto aplicável em 2012 à EDP Distribuição foi de 31,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC em 2011, é analisada como segue:

	dez 2011		
	Taxa %	Base Fiscal Euro '000	Imposto Euro '000
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	29,00%	269 332	78 106
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-1,66%	-15 428	-4 474
Pensões e outros benefícios de reforma	-2,56%	-23 779	-6 896
Diferença entre mais e menos valias contabilísticas e fiscais	-1,29%	-11 962	-3 469
Tributação autónoma e benefícios fiscais dedutíveis à coleta	1,25%	11 593	3 362
Alteração de taxa	-3,49%	-32 434	-9 406
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-3,64%	-33 769	-9 793
Taxa e imposto efetivo sobre os lucros	17,61%	163 552	47 430

Em 31 de dezembro de 2011, o montante registado em alterações de taxa respeita, na sua maioria, à atualização dos impostos diferidos ativos e passivos tendo por base a alteração na taxa de derrama estadual que determinou um acréscimo na taxa de imposto de 26,5% para 29%.

15. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	5 736	4 130
Edifícios e outras construções	59 865	59 587
Equipamento de transporte	33 830	35 025
Equipamento administrativo e utensílios	162 843	159 115
Outros ativos fixos tangíveis	13 714	13 714
Ativos fixos tangíveis em curso	17 384	14 508
	293 372	286 079
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício (Nota 12)	-17 176	-17 991
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-188 066	-173 483
	-205 242	-191 474
Valor líquido contabilístico	88 130	94 605

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	4 130	-	-	-	1 606	5 736
Edifícios e outras construções	59 587	-	-389	667	-	59 865
Equipamento de transporte	35 025	2 259	-3 454	-	-	33 830
Equipamento administrativo e utensílios	159 115	424	-25	3 329	-	162 843
Outros ativos fixos tangíveis	13 714	-	-	-	-	13 714
Ativos fixos tangíveis em curso	14 508	6 872	-	-3 996	-	17 384
	286 079	9 555	-3 868	-	1 606	293 372

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Amortização do exercício e imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	-33 285	-1 147	249	-	-34 183
Equipamento de transporte	-23 892	-4 081	3 138	-	-24 835
Equipamento administrativo e utensílios	-121 843	-11 675	21	-	-133 497
Outros ativos fixos tangíveis	-12 454	-273	-	-	-12 727
	-191 474	-17 176	3 408	-	-205 242

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	5 118	-	-1 909	-	921	4 130
Edifícios e outras construções	62 518	-	-6 368	1 963	1 474	59 587
Equipamento de transporte	36 810	2 197	-3 982	-	-	35 025
Equipamento administrativo e utensílios	149 153	811	-91	9 242	-	159 115
Outros ativos fixos tangíveis	13 578	-	-	136	-	13 714
Ativos fixos tangíveis em curso	17 258	8 591	-	-11 341	-	14 508
	284 435	11 599	-12 350	-	2 395	286 079

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Amortização do exercício e imparidade Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Amortizações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	-35 747	-1 528	4 493	-503	-33 285
Equipamento de transporte	-22 968	-4 632	3 708	-	-23 892
Equipamento administrativo e utensílios	-110 370	-11 559	86	-	-121 843
Outros ativos fixos tangíveis	-12 332	-272	-	150	-12 454
	-181 417	-17 991	8 287	-353	-191 474

À data de 31 de dezembro de 2012, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a 3.869 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 3.726 milhares de Euros), a amortização acumulada é de 1.720 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 1.500 milhares de Euros) e as respetivas rendas vincendas ascendem a 2.009 milhares de Euros (exclui IVA) (31 de dezembro de 2011: 2.034 milhares de Euros), cuja análise à maturidade dos contratos de locação financeira é apresentada na Nota 34.

O detalhe dos ativos financiados por contratos de locação financeira é apresentado de seguida:

	dez 2012			dez 2011		
	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000	Capital em dívida Euro'000	Juros em dívida Euro'000	Rendas Vincendas Euro'000
Menos de um ano	791	58	850	791	56	847
Entre um a três meses	949	61	1 010	1 043	47	1 090
Entre três a cinco meses	146	4	149	94	3	97
	1 886	123	2 009	1 928	106	2 034

No decorrer do exercício de 2012, o valor dos custos incorridos com estes ativos foi de 68 milhares de Euros (31 de dezembro 2011: 56 milhares de Euros), estando registados na rubrica Outros custos financeiros da demonstração dos resultados.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Valor bruto:		
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9 524 683	9 281 521
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	93 596	102 016
	9 618 279	9 383 537
Amortizações acumuladas:		
Amortizações do exercício de ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12) - (Nota 12)	-213 658	-226 647
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores (IFRIC 12)	-7 060 349	-6 840 653
	-7 274 007	-7 067 300
Valor Líquido	2 344 272	2 316 237

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9 281 521	35	-7 610	252 343	-1 606	9 524 683
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	102 016	299 956	-	-313 597	5 221	93 596
	9 383 537	299 991	-7 610	-61 254	3 615	9 618 279
Amortizações acumuladas:						
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)		-7 067 300	-213 658	6 951	-	-7 274 007
		-7 067 300	-213 658	6 951	-	-7 274 007

As transferências de ativos intangíveis afetos a concessões no valor de 61.254 milhares de Euros (2011: 87.381 milhares de Euros) são referentes à transferência para Devedores e outros ativos de atividades comerciais do valor correspondente aos aumentos do ativo financeiro associado ao IFRIC12.

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euro'000	Aquisições/ Aumentos Euro'000	Alienações/ Abates Euro'000	Transferências Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo em 31 dezembro Euro'000
Valor bruto:						
Ativos intangíveis afetos a concessões (IFRIC 12)	9 140 460	870	-2 991	145 576	-2 394	9 281 521
Ativos intangíveis em curso afetos a concessões (IFRIC 12)	61 388	265 592	-	-232 957	7 993	102 016
	9 201 848	266 462	-2 991	-87 381	5 599	9 383 537
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Ativos intangíveis afetos a concessões		-6 835 698	-226 647	2 737	-7 692	-7 067 300
		-6 835 698	-226 647	2 737	-7 692	-7 067 300

17. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS FILIAIS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	dez 2012 Valor Líquido Euro'000	dez 2011 Valor Líquido Euro'000
Partes de capital em empresas filiais	106 305	105 605
Perdas por imparidade em partes de capital em empresas filiais	-1 205	-262
	105 100	105 343

O detalhe dos investimentos financeiros em filiais para a empresa, é analisado como segue:

	dez 2012 Valor Líquido	dez 2011 Valor Líquido
Empresas filiais:		
EDP - Serviço Universal, S.A.	105.100	105.100
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.	-	193
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	-	50
	105 100	105 343

A variação na rubrica de investimentos financeiros em empresas filiais (243 milhares de Euros), resulta do registo de perdas por imparidade na SGORME e EDP MOP no valor de 893 milhares de euros e 50 milhares de Euros respetivamente e ainda um aumento de 700 milhares de euros em Prestações acessórias concedidas à EDP MOP.

A principal informação financeira das empresas filiais da sociedade é analisada como segue:

	Sede	Total do Ativo	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação
		31/dez/12 Euro '000	31/dez/12 Euro '000	31/dez/12 Euro '000	
EDP - Serviço Universal, S.A.	Lisboa	2 442 258	64 694	24 815	100%
SGORME - Sociedade Gestora de Operações da Rede de Mobilidade Elétrica, S.A.	Lisboa	240	(157)	(187)	91%
EDP MOP - Operações de Pontos de Carregamento de Mobilidade Elétrica, S.A.	Lisboa	1 445	114	(556)	100%
		2 443 943	64 651	24 072	

18. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Edifícios e outras construções	17	18
	17	18

19. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

A empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Impostos Diferidos Ativos		Impostos Diferidos Passivos		Saldo Líquido Impostos Diferidos	
	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Provisões	264 853	278 532	-	-	264 853	278 532
Ajustamentos de clientes de cobrança duvidosa	12 989	14 437	-	-	12 989	14 437
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	52 634	81 778	-	-	52 634	81 778
Mais-Valias reinvestidas	-	-	-	4 157	-	-4 157
Desvio tarifário do ano	18	20 480	36 993	10 034	-36 975	10 446
Reavaliações contabilísticas	-	-	15 834	19 919	-15 834	-19 919
Outras diferenças temporárias	1 437	-	3 923	-	-2 486	-
	331 931	395 227	56 750	34 110	275 181	361 117

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os exercícios de 2012 e 2011, são os seguintes:

	Impostos Diferidos	
	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Saldo em 1 de janeiro	361 117	389 171
Dotação a resultados (Nota 14)	-88 166	-26 094
Dotação a reservas	2 230	-1 960
Saldo em 31 de dezembro	275 181	361 117

A análise do Imposto reconhecido em reservas é a seguinte:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Imposto diferido		
Ganhos e perdas atuariais	2 230	-1 960
	2 230	-1 960

20. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Materiais diversos e outros	19 747	24 338
Imparidade de inventários	-141	-83
	19 606	24 255

21. CLIENTES

A rubrica de **Clientes** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Cientes - Corrente:		
Setor empresarial e particulares:		
Setor empresarial e particulares	258571	259464
Estimativa de vendas não faturadas	276045	318762
Setor Público:		
Estado e organismos oficiais	616	375
Autarquias locais	10955	9678
	546187	588279
Perdas por imparidade	-14986	-11542
	531201	576737
Cientes - Não Corrente:		
Setor Público:		
Autarquias locais	126864	132257
	126864	132257
Perdas por imparidade	-44306	-49528
	82558	82729
	613759	659466

A rubrica de perdas por imparidade inclui a imparidade dos ativos a receber das autarquias com acordo de pagamento que, no final de 2012, ascende a 39.467 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 44.681 milhares de Euros), dos quais 39.300 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 44.523 milhares de Euros) são não correntes e 167 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 158 milhares de Euros) são correntes. Este ajustamento destina-se a cobrir a diferença entre o valor nominal da dívida e o valor atualizado da mesma à data de 31 de dezembro de 2012, considerando os prazos de pagamento previstos nos acordos com as autarquias.

Durante o exercício de 2012, os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Setor empresarial e particulares	10820	4002	-632	-	1	14191
Setor público	50250	65	-5214	-	-	45101
	61070	4067	-5846	-	1	59292

Durante o exercício de 2011, os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reversões Euro'000	Utilizações Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Setor empresarial e particulares	4792	1572	-3611	-1	8068	10820
Setor público	63699	-	-5381	-	-8068	50250
	68491	1572	-8992	-1	-	61070

22. DEVEDORES E OUTROS ATIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Devedores e outros ativos de atividades comerciais é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Corrente:		
Adiantamentos a fornecedores	226	966
Outros devedores:		
- Adiantamentos a pensionistas por conta de Inst. Previdência Social	2548	1943
- Adiantamentos a pensionistas por conta do Fundo de Pensões	17296	10084
- Dívidas referentes a pessoal	105	518
Valores a receber por desvios tarifários	32182	-
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - empresas do Grupo	53175	72999
Devedores por fornecimento outros bens e serviços - Outros	8355	2565
Encargos com concessões	299	1333
Seguros	2828	2825
Rendas de instalações	545	535
Outros custos diferidos	168	-
Valores a receber no âmbito do PPEC	4456	3670
Outros devedores e operações diversas	12017	33641
	134200	131079
Imparidade para Devedores - Corrente	-7326	-7393
	126874	123686
Devedores e outros ativos de atividades comerciais - Não Corrente:		
Valores a receber por desvios tarifários	93537	31859
Ativos fixos tangíveis em integração compensados	2894	2894
Valores a receber por Concessões IFRIC 12	418685	357431
Cauções prestadas a outros devedores	31	-
	515147	392184
Imparidade para Devedores - Não Corrente	-2887	-2876
	512260	389308
	639134	512994

Os ativos fixos tangíveis em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de dezembro de 1988 compensadas com os respetivos patrimónios em integração (Ativos fixos tangíveis do regime do DL 344-B/82.). A transferência destes valores para ativos fixos tangíveis está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a empresa e as Autarquias.

A rubrica Valores a receber por desvios tarifários, no valor de 125.719 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 2.275 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 31.859 milhares de Euros, incluindo juros no montante de 620 milhares de Euros), regista a diferença entre os proveitos permitidos e a margem real, a qual é recuperada pelas tarifas futuras de acessos, de acordo com o Regulamento Tarifário e a legislação aplicável.

A rubrica Valores a receber por concessões IFRIC 12, no montante de 418.685 milhares de Euros refere-se ao ativo financeiro a receber pela EDP Distribuição no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo misto, de acordo com a política contabilística 2 t) (ver Nota 16).

Nos termos do Decreto-Lei nº344-B/82, a concessão da distribuição elétrica em baixa tensão compete aos municípios, os quais podem exercê-la em regime de exploração direta ou em regime de concessão. Assim nos termos do Decreto-Lei, a empresa procedeu à celebração de contratos de concessão com todas as autarquias de Portugal Continental por um prazo de 20 anos, renováveis por iguais períodos de tempo, os quais não envolvem a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes. O montante registado na rubrica Encargos de concessões respeita ao diferimento dos custos com a prorrogação dos contratos de concessão celebrados com as autarquias de Braga, Santo Tirso e Vila do Conde, pelo período do referido contrato.

O movimento do período na rubrica Valores a receber por desvios tarifários (Corrente e Não corrente) é analisado como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de janeiro de 2011	20727	-
Recebimento através da tarifa de energia elétrica	-22609	-
Desvio tarifário do período	-	31 239
Encargos financeiros	1882	620
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	31 859
Titularização do ajustamento tarifário dos CMEC de 2010	-143566	-
Recebimento através da tarifa de energia elétrica	-1295	-
Acerto do desvio de 2011	-705	-
Desvio tarifário do período	141 477	93 537
Encargos financeiros	2 275	-
Transferência para desvios tarifários a pagar	842	-
Transferência para desvios EDP Serviço Universal	1 295	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	31 859	-31 859
Saldo em 31 de dezembro de 2012	32 182	93 537

Em dezembro de 2012, a EDP Distribuição cedeu, de forma plena e sem recurso, o direito a recuperar a parcela da compensação dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) referente a 2010, nos termos do decreto-Lei nº 109/2011. A transação foi efetuada pelo montante de 144.320 milhares de Euros, dos quais 141.081 milhares de Euros recebidos no momento da transação e 3.239 milhares de Euros a receber da forma diferida, em 12 prestações mensais entre Fevereiro de 2013 e Janeiro de 2014, tendo gerado um proveito financeiro total de 254 milhares de Euros, incluindo os custos com a transação.

Em 2012, os movimentos da Imparidade para Devedores - Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-7393	-844	900	11	-7326
	-7393	-844	900	11	-7326

Em 2012, os movimentos da Imparidade para Devedores - Não Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-2876	-	-	-11	-2887
	-2876	-	-	-11	-2887

Em 2011, os movimentos da Imparidade para Devedores - Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-7204	-207	-	18	-7393
	-7204	-207	-	18	-7393

Em 2011, os movimentos da Imparidade para Devedores - Não Corrente, são analisados como segue:

	Saldo 1 janeiro Euro'000	Dotação do exercício Euro'000	Reduções Euro'000	Regularizações Euro'000	Saldo 31 dezembro Euro'000
Outros devedores	-2858	-	-	-18	-2876
	-2858	-	-	-18	-2876

23. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ATIVOS

A rubrica de **Outros devedores e outros ativos** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Outros devedores e outros ativos - Corrente:		
Empresas do Grupo (i)	4 641	52 238
Outros devedores e operações diversas	107	107
	4 748	52 345
Outros devedores e outros ativos - Não Corrente:		
Empréstimos a empresas do Grupo (ii)	900 000	600 000
Cauções e depósitos vinculados	2 171	2 189
	902 171	602 189
	906 919	654 534

(i) Em 2012, a rubrica “Empresas do Grupo - Corrente” diz respeito ao montante de juros a receber relativo aos Suprimentos concedidos à EDP SU.

Em 2011 diz respeito ao montante a receber relativo ao Sistema Financeiro do Grupo EDP - Cashpooling (Nota 35).

(ii) A rubrica “Empréstimos a empresas do Grupo - Não corrente” diz respeito ao suprimento concedido à EDP - Serviço Universal, no montante de 900.000 milhares de Euros. Este valor respeita a um suprimento de 600.000 milhares de Euros concedido em 31 de dezembro de 2011, reembolsável em 31 de dezembro de 2016, que vence juros semestrais à taxa mid Swap 5Y (1,76%) acrescido de um spread (8%), e outro de 300.000 milhares de euros concedido em 02 de novembro de 2012 com vencimento em 01 de novembro de 2017, que vence juros semestrais à taxa de mid Swap 5Y acrescido de 8%.

24. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de **Impostos a receber** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	45	46
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	153
	45	199

25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de **Caixa e equivalentes de caixa** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Depósitos bancários:		
- Depósitos à ordem	9	91
- Depósitos a prazo	26	26
Caixa e equivalentes de caixa líquido	35	117

26. CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES

A 31 de dezembro de 2012, o capital social da EDP Distribuição encontra-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo a 200 milhões de Euros sendo representado por 40.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 Euros. O seu capital social é detido a 100% pela EDP - Energias de Portugal, S.A., empresa mãe do Grupo EDP.

As rubricas de capital social e prestações suplementares são analisadas como segue:

	dez 2012	
	Capital Social	Prestações suplementares
Saldo em 31 de dezembro de 2011	200 000	95 000
Movimentos do ano	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	200 000	95 000

Os resultados por ação (EPS) atribuíveis aos acionistas da EDP Distribuição são analisados como segue:

	dez 2012	dez 2011
Resultado líquido (Euros)	212 592 222	221 902 326
Nº médio de ações durante o exercício	40 000 000	40 000 000
Resultado por ação (Euros)	5,31	5,55

27. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Reserva legal	40 657	40 657
Outras reservas e resultados acumulados	15 543	51 737
	56 200	92 394

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da EDP Distribuição, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva para Cobertura Variação Justo Valor

Para regularização dos impactos resultantes da aplicação das IFRS o Conselho de Administração da EDP Distribuição decidiu constituir em 2010 a "Reserva para a cobertura de variações negativas de justo valor" para cobertura de variações negativas derivadas de responsabilidades atuariais e de perdas de justo valor de instrumentos financeiros em resultado da entrada em vigor do novo normativo contabilístico, cujo período de transição teve início em 1 de janeiro de 2009.

No exercício de 2011, a EDP Distribuição efetuou uma distribuição de reservas no montante de 7.000 milhares de Euros (56.000 milhares de Euros em 2010) e dividendos relativos ao exercício anterior no montante de 127.000 milhares de Euros (31 de dezembro de 2010: 93.000 milhares de Euros).

28. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Empréstimos - Corrente		
Depósitos à ordem - descobertos bancários	-	1
Empréstimos de empresas relacionadas		
Juros a pagar - EDP, S.A.	11829	12 242
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	628125	-
	639954	12 243
Empréstimos - Não corrente		
Empréstimos de empresas relacionadas		
Suprimentos obtidos - EDP, S.A.	1700000	2028125
	1700000	2028125
Outros empréstimos	224	200
	224	200
	1700224	2028325
	2340178	2040568

As condições associadas aos suprimentos obtidos à EDP, S.A. resumem-se da seguinte forma:

Data Emissão	Data Reembolso	Taxa Juro	Montante (Euro'000)
31/05/2001	31/05/2013	Mid Swaps 5A + 0,80% (Fixa)	178125
01/10/2008	01/10/2013	Mid Swaps 5A + 0,80% (Fixa)	450000
30/06/2010	30/06/2015	Mid Swaps 5A + 1,25% (Fixa)	300000
31/12/2010	30/12/2015	Mid Swaps 5A + 2,5% (Fixa)	500000
31/12/2011	30/12/2016	Mid Swaps 5A + 8% (Fixa)	600000
02/11/2012	01/11/2017	Mid Swaps 5A + 8% (Fixa)	300000
			2328125

A análise da rubrica de **Empréstimos por maturidade**, é a seguinte:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Empréstimos de empresas relacionadas e juros a pagar:		
Até 1 ano	639954	12 243
De 1 ano a 5 anos	1700224	2028325
	2340178	2040568

O justo valor da dívida financeira da EDP Distribuição é analisado como segue:

	dez 2012 Euro'000		dez 2011 Euro'000	
	Valor Contabilístico	Valor de Mercado	Valor Contabilístico	Valor de Mercado
Dívida financeira:	2340178	2435121	2040568	1869018
	2340178	2435121	2040568	1869018

29. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de **Benefícios aos empregados** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	554986	655619
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	643944	562356
Outros	7205	9282
	1206135	1227257

A rubrica de "Outros" diz respeito aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos. O movimento do ano refere-se exclusivamente a utilizações dessa provisão no montante de 2.077 milhares de Euros.

O movimento da Provisão para responsabilidades e benefícios sociais é analisado como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Saldo no início do exercício	655 619	743 064
Dotação do exercício	37 513	37 340
Pré-reformas ("curtailments")	-	2 305
(Ganhos) / Perdas atuariais	-31 798	-16 021
Utilizações de provisões	-106 348	-111 069
Saldo no fim do exercício	554 986	655 619

Em 2011, a rubrica Pré-reformas ("curtailments") compreende os custos com a racionalização de recursos humanos, decorrentes de novos acordos de pré-reforma de 6 trabalhadores da EDP Distribuição, S.A.

O movimento da Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios é analisado como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Saldo no início do exercício	562 356	578 221
Dotação do exercício	31 422	32 358
Pré-reformas ("curtailments")	-	92
(Ganhos) / Perdas atuariais	77 624	-20 975
Utilizações de provisões	-30 026	-29 894
Outros movimentos	2 568	2 554
Saldo no fim do exercício	643 944	562 356

Conforme referido na política contabilística apresentada na Nota 2 k), a empresa optou na transição para as IFRS, reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas atuariais diferidas existentes a essa data para os vários planos de benefícios aos empregados. Nos exercícios seguintes, de acordo com a política contabilística adotada, foram diretamente reconhecidos em reservas os ganhos e perdas atuariais verificados nesses planos.

Planos de benefícios aos empregados

A EDP Distribuição atribui aos seus colaboradores, quer sob a forma de planos de benefícios definidos, quer sob a forma de planos de contribuição definida, alguns benefícios pós-reforma, nomeadamente, planos que pagam pensões complementares de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada, sendo também concedidos nalguns casos cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos do Serviço Nacional de Saúde. Apresentam-se de seguida os planos existentes, com uma breve descrição das suas características e das empresas por eles abrangidas, bem como os seus dados económico-financeiros:

I. Planos de Pensões - Tipo Benefício Definido

Em Portugal, as empresas do Grupo EDP resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994 dispõem de um plano de benefícios sociais parcialmente financiado através de um Fundo de Pensões fechado e complementado por provisão específica. O Fundo de Pensões da EDP Distribuição é gerido pela Pensõesger, subcontratando a gestão de ativos a entidades gestoras de ativos externas.

Neste Fundo de Pensões encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de pensões de reforma (idade, invalidez e sobrevivência) bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas. As responsabilidades com pré-reformas não estão cobertas pelos ativos do fundo sendo adequadamente provisionadas através de provisão específica.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelos planos de pensões e obrigações similares a pensões de reforma era o seguinte:

	2012	2011
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	14 669	14 791
Pessoal no ativo	3 564	3 689
	18 233	18 480

No apuramento das responsabilidades associadas aos planos de pensões e obrigações similares a pensões na empresa, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e atuariais:

	dez 2012	dez 2011
Pressupostos		
Taxa de rendimento dos ativos	3,25%	5,00%
Taxa de desconto	3,25%	5,00%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,50%
Taxa de revalorização dos salários da Segurança Social	2013 - 0% // após 2013 - 1,9%	2012 - 0% // após 2012 - 1,9%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	Nasc.<1950 -- TV88/90 // Nasc.>=1950 -- TV99/01	Nasc<1950 -- TV88/90; Nasc>=1950 -- TV99/01
Tábua de invalidez	50%EKV 80	50%EKV 80
% expectável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	(a)	(a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Os pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades associadas aos planos de benefícios definidos a empregados, foram atualizados considerando as evoluções ocorridas nos mercados financeiros em 2012.

As responsabilidades da empresa com pensões de reforma e respetivas coberturas, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são analisadas como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Provisão para Planos de Pensões		
Responsabilidades no fim do exercício	1342074	1406803
Ativos dos Fundos no fim do exercício	-787088	-751184
Valor da provisão no fim do exercício	554986	655619

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades por serviços passados associadas a estes planos de pensões eram as seguintes:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do exercício	1406802	1544834
Custo dos serviços correntes	6971	8083
Custo dos juros	66857	72859
Benefícios pagos	-155179	-158435
"Curtailments" / "Settlements"	-	2305
Perdas e ganhos atuariais	16623	-62843
Responsabilidades no fim do exercício	1342074	1406803

Os componentes do custo líquido reconhecido no exercício com estes planos são os seguintes:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Custo do exercício		
Custo dos serviços correntes	6971	8083
Custo dos juros	66857	72859
Retorno dos ativos dos Fundos	-36315	-43602
"Curtailments" / "Settlements"	-	2305
Custo líquido do exercício	37513	39645

A evolução dos ativos dos Fundos de Pensões foi a seguinte:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Fundos de Pensões		
Valor dos ativos no início do exercício	751183	801770
Pensões pagas no exercício	-48831	-47366
Rendimento dos Fundos	36315	43602
Ganhos / (Perdas) atuariais	48421	-46822
Valor dos ativos fim do exercício	787088	751184

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição verificada na carteira do fundo em Portugal é analisada como segue:

	Liquidez Euro'000	Obrigações Euro'000	Ações Euro'000	Imóveis Euro'000	Outros	Total
31 de dezembro de 2011	-0,26%	55,80%	23,19%	15,39%	5,88%	100,00%
31 de dezembro de 2010	1,11%	55,76%	20,71%	16,98%	5,44%	100,00%

Pressupostos relativos à taxa de desconto e à taxa de retorno esperado dos ativos

As taxas de desconto utilizadas para o plano de pensões foram selecionadas tendo por referência uma análise das taxas de rendimento, disponíveis à data, das obrigações consideradas mais adequadas. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e "rating" foram considerados como apropriados atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

A taxa de retorno real dos activos do fundo de pensões em 2012 foi positiva em 8,73% (2011: negativa em 1,39%).

Em 2012, o valor das pensões pagas pelo Fundo em Portugal imputável à EDP Distribuição ascendeu a 48.831 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 47.366 milhares de Euros).

II. Planos de Pensões - Tipo Contribuição Definida

A EDP Distribuição dispõe de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos Sistemas de Previdência Social aos colaboradores da Empresa, do tipo Contribuição Definida, efetuando, deste modo, em cada ano, uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada um dos casos.

III. Planos para responsabilidades por cuidados médicos e outros benefícios - Tipo Benefício Definido

A empresa dispõe de um Plano de Cuidados Médicos do tipo benefício definido, suportado através de uma provisão contabilística, onde se encontram incluídas a totalidade destas responsabilidades.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios são apresentados como segue:

	dez 2012	dez 2011
Pressupostos		
Taxa de desconto	3,25%	5,00%
Taxa anual de crescimento dos custos com serviços médicos	3,50%	4,00%
Despesas administrativas estimadas por beneficiário por ano (em Euros)	215/ano	200/ano
Tábua de mortalidade	Nasc.<1950 -- TV88/90 // Nasc.>=1950 -- TV99/01	Nasc.<1950 -- TV88/90; Nasc.>=1950 -- TV99/01
Tábua de invalidez	50% EKV 80	50% EKV 80
% expetável de adesão dos colaboradores elegíveis à reforma antecipada	a)	a)

(a) 40% da população elegível (colaboradores que estejam em condições de passagem à reforma antecipada de acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho: 36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade ou 40 anos de serviço e qualquer idade).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelos planos de cuidados médicos e outros benefícios era o seguinte:

	2012	2011
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	14669	14791
Pessoal no ativo	3564	3689
	18233	18480

A evolução das responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de cuidados médicos e outros benefícios é analisada como segue:

Milhares de Euros	dez 2012	dez 2011
Evolução das Responsabilidades		
Responsabilidades no início do exercício	562 356	578 221
Custo dos serviços correntes	3 846	3 964
Custo dos juros	27 576	28 394
Benefícios pagos	-30 026	-29 894
"Curtailments"/"Settlements"	-	92
(Ganhos) / Perdas atuariais	77 624	-20 975
Outras variações (mútua)	2 568	2 554
Responsabilidades no fim do exercício	643 944	562 356
Valor da provisão no fim do exercício	643 944	562 356

As responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas da empresa através de provisões que cobrem integralmente as responsabilidades, conforme apresentado em cima.

Os componentes do custo líquido reconhecido no exercício com este plano são os seguintes:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Custo do exercício		
Custo do serviço	3 846	3 964
Custo de juro	27 576	28 394
"Curtailment"	-	92
Custo líquido do exercício	31 422	32 450

A 31 de dezembro de 2012, a EDP Distribuição reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas. O custo dos juros e o rendimento esperado dos ativos do fundo são reconhecidos como resultado financeiro.

30. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de **Provisões para riscos e encargos** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	22 948	27 594
Provisão para outros riscos e encargos	32 419	31 617
	55 367	59 211

O movimento da **Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências** é analisado como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Saldo no início do exercício	27 594	26 937
Dotação do exercício	3 567	7 498
Redução da provisão	-18 668	-6 841
Utilização da provisão	-6 345	-
Saldo no final do exercício	22 948	27 594

A rubrica Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências, no montante 22.948 milhares de Euros, refere-se a provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais.

A administração da EDP Distribuição com base na informação prestada pelos seus assessores jurídicos e na sua análise dos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

As provisões para processos judiciais em curso contra a EDP Distribuição, incluem os seguintes processos:

- Em anos anteriores a C.M. da Póvoa do Varzim intentou uma ação judicial contra a EDP Distribuição, no valor de 5.703 milhares de Euros, para devolução por parte da EDP Distribuição de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) cuja responsabilidade estimada ascende a 2.852 milhares de Euros. Esta ação foi contestada pela EDP Distribuição, tendo esta efetuado pedido reconvenicional de cerca de 11.200 milhares de Euros. Ambos os pedidos foram julgados improcedentes pelo Tribunal, tendo

sido apresentado recurso por ambas as partes. Entretanto, foi reiniciado o processo negocial com a autarquia, tendo em vista a possibilidade de se pôr termo ao litígio por acordo.

ii) A C.M. do Seixal intentou três ações judiciais contra a EDP Distribuição, as duas primeiras no valor de 3.172 milhares de Euros cada e a última (realizada em 2011) no valor de 3.826 milhares de euros, relativas a divergências quanto a taxas de ocupação da via pública nos anos de 2004 a 2008. No decorrer do ano de 2012 e na sequência de uma decisão definitiva e desfavorável à EDP Distribuição referente aos litígios dos anos de 2004 e 2005, foi utilizada a provisão para processos judiciais no montante de 6.344 milhares de Euros, encontrando-se ainda a decorrer o processo relativo aos anos de 2006 a 2008, cuja responsabilidade estimada ascende a 3.852 milhares de Euros.

iii) Durante o ano de 2011, o Banco Comercial Português intentou uma ação contra a EDP Distribuição no valor de 2.467 milhares de Euros referente à reclamação de créditos de factoring de um prestador de serviços, que o BCP alega ter a receber da EDP Distribuição.

Os restantes processos judiciais em curso dizem essencialmente respeito a indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, bem como outros danos causados.

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Saldo no início do exercício	31617	30030
Dotação do exercício	4670	3563
Redução da provisão	-3361	-1159
Utilização da provisão	-507	-817
Saldo no final do exercício	32419	31617

31. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ATIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de **Credores e outros passivos de atividades comerciais** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Corrente:		
Fornecedores	286036	342136
Fornecedores de imobilizado	11974	8854
Adiantamentos de clientes	173630	235965
Férias, subsídios férias e outros encargos	40560	39994
Valores a pagar por desvios tarifários	-	64959
Acréscimos de custos		
- Acessos à rede de transporte	18794	17569
- Outros	3626	2470
Outros credores		
- Colaboradores	85	43
- Rendas de concessão	5001	5589
Outros credores e operações diversas	25835	19721
	565541	737300
Credores e outros passivos de atividades comerciais - Não corrente:		
Conta de Regularização - (Reg. DL 344-B/82)	177	264
Cauções recebidas de clientes e outros devedores	563	596
Fornecedores de imobilizado	1886	1928
Valores a pagar por desvios tarifários	842	-
	3468	2788
	569009	740088

O valor registado na rubrica Adiantamentos de Clientes respeita ao valor entregue pela EDP Serviço Universal à EDP Distribuição relativamente aos acessos cobrados pela EDP SU aos clientes de conta certa, cuja facturação por parte da EDP Distribuição se encontra pendente, nos termos dos planos comerciais a 31 de dezembro de 2012.

A rubrica Acréscimos de custos - Outros inclui o montante de 1.058 milhares de Euros, relativo às compensações a pagar aos clientes multitarifa, no âmbito da Diretiva nº 10/2012 da ERSE, tal como referido na Nota 10.

O movimento do período na rubrica Valores a pagar por desvios tarifários (Corrente e Não corrente) é analisada como segue:

	Corrente Euro'000	Não corrente Euro'000
Saldo em 1 de janeiro de 2011	37225	61557
Pagamento através da tarifa de energia elétrica	-37981	-
Constituição desvio tarifário de 2010	-	1754
Encargos financeiros	2404	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	63311	-63311
Saldo em 31 de dezembro de 2011	64959	-
Pagamento através da tarifa de energia elétrica	-67562	-
Transferência de desvios tarifários a receber	-	842
Encargos financeiros	2603	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	842

32. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de **Outros credores e outros passivos** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Credores e outros passivos - Corrente:		
Empresas do Grupo (i)	219280	-
IRC a pagar à EDP, S.A. (consolidado fiscal)	3139	17412
Dividendos atribuídos	9162	-
	231581	17412

(i) A rubrica "Empresas do Grupo - Corrente" diz respeito ao montante a pagar relativo à utilização do Sistema Financeiro do Grupo EDP (Cashpooling).

33. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de **Impostos a pagar** é analisada como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Estado e outros entes públicos:		
- Retenções na fonte	4552	4265
- Contribuições para a Segurança Social	4493	4402
- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	13308	23351
- Outras tributações	3783	3035
	26136	35053

34. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela empresa que não figuram no balanço, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, referentes a garantias recebidas e prestadas, são analisados como segue:

Tipo	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Garantias recebidas		
De clientes	75259	46243
De fornecedores	26620	27951
	101879	74194
Garantias de caráter operacional		
A outras entidades	20735	20518
Total	122614	94712

As garantias recebidas de clientes respeitam a garantias prestadas a título de cauções dos comercializadores externos do mercado livre. As garantias de caráter operacional incluem 1.888 milhares de Euros de garantias bancárias e 18.845 milhares de Euros de seguros-caução.

No final do exercício encontravam-se por satisfazer encomendas relativas a aquisições de imobilizado e serviços conexos nos seguintes montantes:

Tipo	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
De materiais	18383	16991
De serviços	29986	16253
Total	48369	33244

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os compromissos por rendas vincendas de locações financeiras são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	dez 2012				
	Total Euro'000	Menos de 1 ano Euro'000	Entre 1 e 3 anos Euro'000	Entre 3 e 5 anos Euro'000	Mais de 5 anos Euro'000
Rendas vincendas de locações financeiras	2009	850	1010	149	-
	2009	850	1010	149	-

	dez 2011				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Rendas vincendas de locações financeiras	2034	847	1090	97	-
	2034	847	1090	97	-

As rendas vincendas de locações financeiras estão relacionadas com os ativos fixos tangíveis cuja aquisição pela empresa foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

35. PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas

A única acionista da EDP Distribuição, S.A., com referência a 31 de dezembro de 2012, é a EDP S.A.:

	N.º ações	% Capital	% Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A.	40.000.000	100,00%	100,00%
	40.000.000	100,0%	100,0%

Remunerações a órgãos sociais

As remunerações a órgãos sociais no exercício resumem-se como segue:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Conselho de Administração	512	495
Fiscal Único/ROC	163	156
	675	651

No desenvolvimento normal da sua atividade, a EDP Distribuição celebra negócios e realiza operações com diversas entidades, entre as quais se incluem sociedades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a EDP Distribuição. Estas operações são realizadas em condições normais de mercado para operações similares, independentemente da sua relevância e fazem parte da atividade corrente da EDP Distribuição.

Saldos e transações com empresas do Grupo

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2012, são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos e juros a receber a empresas do grupo Euro'000	Outros Créditos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	2 085	2 085
EDP Comercial	-	-	73 725	73 725
EDP,S.A.	-529 323	-	8 062	-521 261
EDP SoluçõesComerciais	45	-	176	221
EDP RenováveisPortugal	-	-	99	99
EDP ServiçoUniversal	308 829	904.641	386 274	1 599 744
EME2	-	-	638	638
EDP MOP	1 095	-	221	1 316
SGORME	74	-	-	74
Labelec	-	-	46	46
Sávida	-	-	2 641	2641
EDP Valor	-	-	44	44
Outras	-	-	472	472
	-219 280	904.641	474 483	1 159 844

Os créditos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2011 são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos e juros a receber a empresas do grupo Euro'000	Outros Créditos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	1 697	1 697
EDP Comercial	-	-	48 849	48 849
EDP, S.A.	-170 355	-	32 974	-137 381
EDP Soluções Comerciais	85	-	623	708
EDP Renováveis Portugal	-	-	1 475	1 475
EDP Serviço Universal	222 177	600 000	532 356	1 354 533
EDP Serviner	-	-	268	268
EME2	-	-	849	849
Inovgrid ACE	-	-	620	620
EDP MOP	460	-	806	1 266
SGORME	-129	-	-	-129
Labelec	-	-	797	797
Sávida	-	-	3 825	3 825
EDP Valor	-	-	1 379	1 379
Outras	-	-	486	486
	52 238	600 000	627 004	1 279 242

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2012 são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos e juros a pagar a empresas do grupo Euro'000	Outros Débitos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Comercial	-	-	2 795	2 795
EDP Estudos e Consultoria	-	-	2 233	2 233
EDP, S.A.	-	2 339 954	13 283	2 353 237
EDP Imobiliária e Participações	-	-	515	515
EDP Soluções Comerciais	-	-	8 372	8 372
EDP Serviço Universal	-	-	265 664	265 664
EDP Valor	-	-	3 020	3 020
EME2	-	-	1 439	1 439
Labelec	-	-	1 647	1 647
Sávida	-	-	3 796	3 796
Outras	-	-	339	339
	-	2 339 954	303 103	2 643 057

Os débitos detidos sobre empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2011 são analisados como segue:

	Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Empréstimos e juros a pagar a empresas do grupo Euro'000	Outros Débitos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	343	343
EDP Comercial	-	-	2 424	2 424
EDP Estudos e Consultoria	-	-	1 671	1 671
EDP, S.A.	-	2 040 367	40 292	2 080 659
EDP Imobiliária e Participações	-	-	736	736
EDP Soluções Comerciais	-	-	19 621	19 621
EDP Serviço Universal	-	-	354 679	354 679
EDP Valor	-	-	12 397	12 397
EME2	-	-	1 266	1 266
Inovgrid ACE	-	-	722	722
Labelec	-	-	3 325	3 325
Sávida	-	-	4 480	4 480
Outras	-	-	444	444
	-	2 040 367	442 400	2 482 767

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2012 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Obtidos	Outros Custos	Total
Empresas				
EDP Comercial	-	-	415	415
EDP Estudos e Consultoria	-	-	9 279	9 279
EDP, S.A.	11 279	134 542	37 722	183 543
EDP Imobiliária e Participações	-	-	402	402
EDP Soluções Comerciais	-	-	70 343	70 343
EDP Serviço Universal	-	-	276 287	276 287
EDP Valor	-	-	23 207	23 207
EME2	-	-	3 403	3 403
Labelec	-	-	3 868	3 868
Sávida	-	-	23 070	23 070
Outras	-	-	378	378
	11 279	134 542	448 374	594 195

As transações em rubricas de custos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2011 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Obtidos Euro'000	Outros Custos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	-9	-9
EDP Comercial	-	-	-8	-8
EDP Estudos e Consultoria	-	-	-7 592	-7 592
EDP, S.A.	-13 009	-70 172	-35 702	-118 883
EDP Imobiliária e Participações	-	-	-598	-598
EDP Soluções Comerciais	-	-	-65 261	-65 261
EDP Serviço Universal	-	-	-103 120	-103 120
EDP Valor	-	-	-24 508	-24 508
EME2	-	-	-2 923	-2 923
SGORME	-2	-	-	-2
Labelec	-	-	-3 879	-3 879
Sávida	-	-	-23 370	-23 370
Outras	-	-	-256	-256
	-13 011	-70 172	-1195 307	-1 278 490

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2012 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Concedidos	Outros Proveitos	Total
Empresas				
EDP Produção	-	-	3 192	3 192
EDP Comercial	-	-	502 185	502 185
EDP, S.A.	-	-	9 222	9 222
EDP Soluções Comerciais	-	-	1 693	1 693
EDP Renováveis Portugal	-	-	117	117
EDP Serviço Universal	9 522	64 178	1 415 387	1 489 087
EDP Valor	-	-	82	82
EME2	-	-	882	882
EDP MOP	27	-	569	596
SGORME	1	-	-	1
Outras	-	-	821	821
	9 550	64 178	1 934 150	2 007 878

As transações em rubricas de proveitos com empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2011 são analisadas como segue:

	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo Euro'000	Juros de Empréstimos Concedidos Euro'000	Outros Proveitos Euro'000	Total Euro'000
Empresas				
EDP Produção	-	-	1 290	1 290
EDP Comercial	-	-	402 435	402 435
EDP, S.A.	-	-	11 080	11 080
EDP Soluções Comerciais	-	-	2 006	2 006
EDP Renováveis Portugal	-	-	1 273	1 273
EDP Serviço Universal	10 667	-	2 677 370	2 688 037
EDP Valor	-	-	296	296
EME2	-	-	769	769
Inovgrid ACE	-	-	528	528
EDP MOP	6	-	774	780
Outras	-	-	593	593
	10 673	-	3 098 414	3 109 087

36. EVENTOS RELEVANTES OU SUBSEQUENTES

Evento meteorológico de carácter extraordinário

No decorrer do mês de janeiro de 2013 verificou-se um evento meteorológico de carácter extraordinário com elevada intensidade, que assolou Portugal Continental, com especial incidência na zona Norte e Centro de Portugal. Esse evento provocou perturbações na rede de distribuição, originadas sobretudo pela queda de árvores e de outros obstáculos sobre os condutores das linhas elétricas de alta, média e baixa tensão. Este evento terá impacto nas demonstrações financeiras de 2013 da EDP Distribuição, na sequência dos custos com reposição e reparação dos ativos, na sua componente não segurável e que, a esta data, não se encontram ainda quantificados.

37. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitida que entraram em vigor e que a EDP Distribuição aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2011.

A alteração à IFRS 7 vem clarificar as divulgações exigidas em relação a todos os ativos financeiros que não tenham sido desreconhecidos e qualquer envolvimento continuado num ativo transferido, existente à data de relato, independentemente do momento em que tenha ocorrido a transferência.

Uma entidade transfere a totalidade ou parte do ativo financeiro se e apenas se:

- isenção parcial dos requisitos de divulgação do parágrafo 18 no que respeita às transações e saldos pendentes com entidades ligadas à administração pública.
- transferir os direitos contratuais para receber os fluxos de caixa desse ativo financeiro; ou
- reter os direitos contratuais para receber os fluxos de caixa desse ativo financeiro, mas assumir uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a um ou mais beneficiários num acordo.

As divulgações exigidas aos ativos financeiros transferidos não desreconhecidos na sua totalidade incluem: (i) a natureza dos ativos transferidos; (ii) a natureza dos riscos e benefícios inerentes à propriedade desses ativos e (iii) uma descrição da natureza da relação entre os ativos transferidos e os passivos associados.

Para os ativos financeiros transferidos desreconhecidos na sua totalidade, as divulgações exigidas incluem: (i) a quantia escriturada dos ativos e passivos reconhecidos na demonstração da posição financeira, bem como as rubricas a que a quantia escriturada desses ativos e passivos foi reconhecida; (ii) o justo valor dos ativos e passivos que representam o envolvimento continuado da entidade nos ativos financeiros desreconhecidos; (iii) a quantia que melhor representa a exposição máxima da entidade a perdas decorrentes do seu envolvimento continuado nos ativos desreconhecido e o modo de cálculo da exposição máxima a perdas; e (iv) os fluxos de saída de caixa não descontados que sejam ou possam ser necessários para a recompra de ativos financeiros desreconhecidos ou de outras quantias a pagar ao destinatário da transferência em relação aos ativos transferidos, com indicação das maturidades contratuais remanescentes em função do envolvimento continuado da entidade.

Além disso, uma entidade deve divulgar, para cada tipo de envolvimento continuado:

- os ganhos e perdas reconhecidos à data da transferência dos ativos;
- os rendimentos e gastos reconhecidos, tanto durante o período de relato como de forma cumulativa, devido ao envolvimento continuado da entidade nos ativos financeiros desreconhecidos;
- se a quantia total dos proveitos da atividade de transferência num período de relato não estiver uniformemente distribuída ao longo do mesmo;
- em que período se concentrou a atividade de transferência durante o período de relato em causa;
- a quantia reconhecida para a atividade de transferência nessa parte do período de relato; e
- a quantia total dos proveitos da atividade de transferência nessa parte do período de relato.

Esta informação deve ser divulgada sempre que seja apresentada uma demonstração do rendimento integral.

A Empresa não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

Annual Improvement Project

Em maio de 2012, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontravam em vigor. As alterações são efectivas a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua aplicação antecipada permitida. Este projeto, não foi ainda adotado pela União Europeia.

- Alteração à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. A alteração clarifica a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e informação comparativa mínima exigida, sempre que se efetuem reexpressões retrospectivas, reclassificações ou alterações às políticas contabilísticas. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

A Empresa não espera obter impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

- Alteração à IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis. A alteração efetuada a esta norma esclarece que se os equipamentos de serviço cumprem com a definição de ativo fixo tangível não devem ser classificados em inventários.

A Empresa não espera obter impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

- Alteração à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. A alteração clarifica que os impostos relacionados com a distribuição de dividendos e detentores de capital seguem o tratamento preconizado na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento.

A Empresa não espera obter impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Empresa

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiro

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em dezembro de 2011, alterações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Com esta alteração, as divulgações dos instrumentos financeiros passam a incluir informações que permitirão avaliar o efeito ou o potencial efeito dos acordos de compensação, incluindo os direitos de compensação reconhecidos como ativos financeiros e passivos financeiros na Demonstração da Posição Financeira.

A adoção desta norma apenas terá impacto ao nível das divulgações nas notas às demonstrações financeiras da Empresa.

IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e introduz um conjunto de alterações na contabilização dos investimentos conjuntamente controlados, sendo o principal aspecto a eliminação da opção de consolidação de empreendimentos conjuntos pelo método de consolidação proporcional, as quais passam a ser obrigatoriamente registadas pelo método de equivalência patrimonial.

Nos termos desta norma, a estrutura de um acordo conjunto deixa de ser o principal factor na determinação do modelo contabilístico a adoptar. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica do acordo contractual e de outros factos e circunstâncias.

A Empresa está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma requer que seja divulgada informação que permita avaliar a natureza e os riscos associados nas participações em outras entidades e os efeitos dessas participações nas demonstrações financeiras. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- nas participações em subsidiárias, deve ser divulgado: (i) a composição do grupo; (ii) interesses não controláveis; (iii) restrições sobre a capacidade de aceder ou utilizar os activos e liquidar os passivos da subsidiária; (iv) a natureza e as alterações nos riscos associados às participações; e (v) alterações na participação detida que pode ou não resultar numa perda de controle durante o exercício;
- nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas, deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações em empreendimentos conjuntos e associadas, incluindo a natureza e os efeitos da sua relação contractual com os outros investidores ; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas;
- nas participações em empresas não consolidadas deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em participações não consolidadas.

A Empresa está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor, assim como novos requisitos de informação. No entanto, não altera os requisitos para a mensuração ou divulgação pelo justo valor.

A Empresa não espera impactos significativos com a adoção desta norma.

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em junho de 2011, alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: Rendimento integral, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2012, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta alteração consiste no seguinte:

- mantém a opção de apresentar os resultados e o rendimento integral numa única demonstração financeira, ou em demonstrações financeiras separadas mas consecutivas;
- os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;
- os montantes apresentados na demonstração do rendimento integral e o seu respetivo efeito fiscal devem ser agrupados entre aqueles que vão ou não ser posteriormente reclassificados para resultados.

A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta alteração.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Individuais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Individuais, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

No âmbito do projeto relativo à alteração das normas de consolidação, o International Accounting Standards Board (IASB) procedeu à emissão em 2011 do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas que aborda o princípio de controle e as exigências relativas à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Como resultado, a IAS 27 contém somente os requisitos relativos às demonstrações financeiras individuais.

A Empresa não espera impactos significativos com a adoção desta norma.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em dezembro de 2011, alterações à IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação - Compensação entre ativos e passivos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta alteração clarifica as condições requeridas para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na posição financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos; e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Empresa não espera impactos significativos com a adoção desta norma.

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em outubro de 2010, não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;
- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor; e
- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

- a exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;

- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de opção de justo valor ("fair value option") serão reconhecidas em Redimento integral do exercício. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no rendimento integral do exercício nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios aos empregados

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em junho de 2011, alterações à IAS 19 – Benefícios aos empregados, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

A alteração à IAS 19, consiste no seguinte:

- eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecido como "método de corredor", melhorando a comparabilidade e fidelidade da informação divulgada;
- racionalizar a divulgação de alterações nos activos e passivos decorrentes de planos de benefício definido, onde as mensurações subsequentes devem ser apresentadas em "outros rendimentos integrais" separando essas mudanças das operações decorrentes da actividade operacional da entidade;
- melhoramento dos requisitos de divulgação dos planos de benefícios definidos: as suas características e os riscos a que as entidades estão expostos através da participação nestes planos.

A Empresa não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em maio de 2011, a IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Joint Ventures, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio alterar a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em "joint ventures" definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para "joint ventures".

A Empresa não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

38. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da empresa.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, exceto se se qualificarem para reconhecimento como um ativo, conforme determinado pelo IAS 16.

Os investimentos de carácter ambiental reconhecidos em ativos fixos durante os exercícios de 2012 e 2011, na empresa, decompõem-se nos seguintes domínios:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Proteção da biodiversidade e paisagem	6 591	4 223
Gestão de resíduos	40	2
Gestão de águas residuais	475	-
Redução de ruído e vibrações	39	1
	7 127	4 226

A empresa reconheceu ainda despesas em resultados do exercício, que se decompõem nos seguintes domínios ambientais:

	dez 2012 Euro'000	dez 2011 Euro'000
Proteção do ar e do clima	-	59
Proteção da biodiversidade e paisagem	679	3403
Gestão de resíduos	365	336
Proteção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1521	2997
Redução de ruído e vibrações	27	-
Outras atividades de gestão e proteção do ambiente	124	165
Outras despesas	97	87
	2 813	7 047

Os proveitos ambientais reconhecidos no exercício de 2012 estão relacionados com a venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 135 milhares de Euros (31 de dezembro de 2011: 632 milhares de Euros).

Ao nível dos incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, foram registados em 2012, 2.485 milhares de euros (2011: 3.745 milhares de euros) como comparticipação de investimentos de carácter ambiental, ao abrigo do PPDA (Plano Promoção do Desenvolvimento Ambiental).



O Presidente da Mesa passou a ler a ordem do dia acima transcrita e deu início aos trabalhos. De seguida, no âmbito do **ponto primeiro** – "Apreciação e votação do relatório de gestão e dos demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e doze" – o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng. João José Saraiva Torres, fez uma exposição sobre os principais desenvolvimentos da actividade da empresa no exercício findo. Terminada a exposição, a accionista única apreciou o relatório e demais documentos de prestação de contas de 2012, e procedeu à respectiva aprovação.-----



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **EDP Distribuição – Energia, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 4.992.198 milhares de euros e um total de capital próprio de 563.792 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 212.592 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 5 de Março de 2013

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

